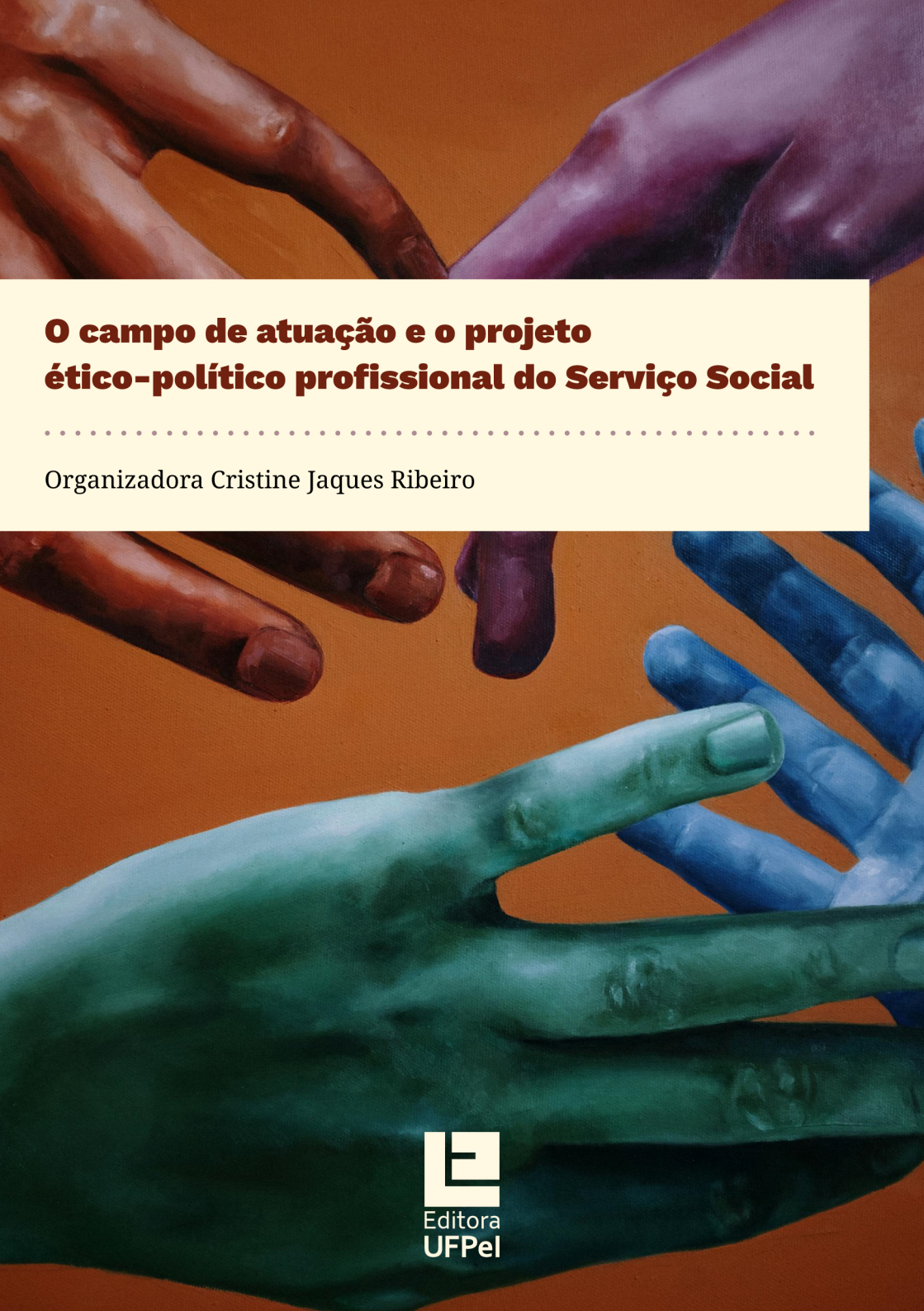




O campo de atuação e o projeto ético-político profissional do Serviço Social

Organizadora Cristine Jaques Ribeiro

O campo de atuação e o projeto ético-político profissional do Serviço Social

Organizadora Cristine Jaques Ribeiro



Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro*

Representantes da Área das Ciências Humanas: *Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite*



O campo de atuação e o projeto ético-político profissional do Serviço Social

Organizadora Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas, 2025



Filiada à ABEU

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com



Seção de Pré-Produção

*Isabel Cochrane
Suelen Aires Böttge*

Seção de Produção

*Preparação de originais
Eliana Peter Braz
Suelen Aires Böttge*

Catálogo

Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual

*Anelise Heidrich
Suelen Aires Böttge*

Projeto gráfico e diagramação

*Fernanda Figueredo Alves
Alicie Martins de Lima (Bolsista)*

Coordenação de projeto

Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção

*Marisa Helena Gonsalves de Moura
Eliana Peter Braz
Newton Nyamasege Marube*

Projeto Gráfico & Capa

Alicie Martins de Lima (Bolsista)

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação da Publicação
Elaborada por Dafne Silva de Freitas CRB: 10/2175

R484c Ribeiro, Cristine Jaques

O campo de atuação e o projeto ético-político profissional
do Serviço Social [recurso eletrônico] / Cristine Jaques Ribeiro,
organizadora. – Pelotas: Ed. UFPel, 2025.

150 p.: il.

E-book (PDF): 10,8 MB

ISBN: 978-85-60696-67-3

1.Projeto ético-político. 2. Intervenção profissional. 3.
Serviço Social. I. Título.

CDD 361.3

Apresentação

A construção deste livro resulta dos debates sobre a importância de descolar da intervenção profissional os discursos resultantes de uma história passada. Essa história surge aliada ao conservadorismo e às sequências de repressões dos anos 30 que se arrastaram até o início da década de 80. Com a abertura política no Brasil, em 1985, houve um movimento por dentro dos porões da ditadura, que impulsionou a mudança teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa na formação universitária e, conseqüentemente, na intervenção dos profissionais que já atuavam. Essa mudança surge dos diálogos com os povos que antes eram atendidos na perspectiva do assistencialismo revestido por ação “bondosa” do Estado, intermediado por ações profissionais, mas que, de fato, mantinham os processos que tentavam subalternizar tanto as e os profissionais quanto as famílias atendidas.

Com a virada dos fundamentos teóricos da profissão, propiciada pelo movimento de reconceitualização, derrubamos o positivismo para implantar a teoria dialética marxista. Com a crise das Ciências Sociais sob a perspectiva norte-americana, com a renovação das lutas e articulações internas da Igreja Católica, movidas pela Teologia da Libertação, com a forte articulação do movimento estudantil, bem como com a potência do movimento de educação de base que ocorria concomitante, configurou-se a urgência de uma outra conceitualização da profissão - uma configuração sociopolítica, resultante de um outro cenário na América Latina. As constantes denúncias dos processos de dominação e exploração por que passava a classe trabalhadora instigaram a profissão a mudar suas orientações políticas e pedagógicas. A ruptura com a influência imperial/colonial, aliada ao desenvolvimento do capitalismo, foi decisiva para construir um outro projeto ético- político profissional no Brasil.

De lá para cá, a profissão vem buscando defender seu projeto ético-político profissional, que tem sua gênese na segunda metade da década de 70, quando foi germinado pelas entidades representativas da profissão,

antes Abess e o hoje Abepss, como o conjunto Cfess/Cress e a organização estudantil Enesso. Tal projeto se relaciona com os projetos societários e com os projetos políticos, reafirmando que a sociedade é dividida em classes e que essa divisão determina a reprodução violenta da pobreza, resultante das diversas desigualdades por que passam milhares de pessoas, coletivos e famílias. Essas desigualdades são sociais, econômicas, políticas, territoriais, raciais, de gênero e de sexualidade. Trata-se de um projeto que considera a dinâmica antagônica imposta pelo sistema capitalista, que define as condições de sobrevivência das populações. Portanto, a dimensão contraditória da profissão é permeada por relações divergentes, não se expressando somente no engajamento político da profissão, mas na construção da consciência crítica-teórica.

Sendo assim, o projeto ético-político brasileiro é um projeto que busca defender a transformação da sociedade, pois se recusa a ser neutro, explicando a dimensão política da intervenção profissional no contato com os diferentes modos de vida. Portanto, tem uma direção social orientada pelo objeto profissional, objeto esse que é a Questão Social, reconhecida em suas diversas manifestações que escancaram não só a contradição entre capital x trabalho, mas também entre o racismo estrutural e o machismo, resultante do sistema patriarcal que se impõe de forma dominante sobre os corpos heterogêneos que habitam a cidade e que ocupam os espaços institucionalizados.

Portanto, o novo projeto ético-político que tem orientação teórica-metodológica e técnica-operativa busca, cotidianamente, através de seus princípios, orientar as intervenções profissionais na tentativa de romper com a racionalidade colonial capitalista. Essa racionalidade se apresenta no discurso dócil ou no discurso autoritário, ambos “necropolíticos” como contribui Achile Mbembe, pois mantém a dinâmica dos processos de subalternização. Propor uma outra racionalidade, melhor dizendo um “contracolonialismo”, como bem lembra Antônio Bispo dos Santos, é o desafio a que se propõe esta obra. Tentamos apresentar experiências profissionais bem como o exercício coletivo de desconstruir narrativas históricas que sustentaram a aliança das ações de caridade, sob o viés do assistencialismo, para impedir a luta e as denúncias dos povos. Seguimos

relacionando o projeto profissional com o Código de Ética para evidenciar que, nos tempos atuais, a profissão se encontra no lugar da defesa intransigente dos direitos sociais e humanos. No entanto, esses direitos se apresentam limitados, pois, quando constituídos, não incluíram todos os modos de vida, já que os direitos humanos foram articulados por homens, brancos e héteros. Entretanto, mesmo que limitados, são um dos instrumentos jurídicos para denunciar a violação produzida pelo Estado de morte, a violência contra as populações que sofrem com os constantes processos de concentração de terra, renda, riqueza e de recursos naturais. Consequentemente, possuem marcas instituídas através das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade.

Assim, nessa dinâmica problematizadora, iniciamos o primeiro capítulo com Cristine Jaques Ribeiro, que apresenta *À guisa da atuação profissional em Serviço Social: desafios frente à relação teoria e prática*. A autora propõe um mergulho crítico na relação construída entre teoria e prática. Problematicar a separação entre teoria e prática no campo de atuação profissional em Serviço Social é o objetivo desse texto. Para tanto, é feita uma rápida retrospectiva histórica sobre os fundamentos que orientaram o início da profissão no Brasil e sua mudança de projeto ético-político, que antes era influenciado pela teoria positivista e depois sofreu a influência da teoria dialética materialista. Logo após, o questionamento se volta para a necessidade de descolonizar narrativas, discursos e intervenções que tratam do policiamento das populações, dos coletivos e das famílias atendidas pelo Serviço Social. O método de análise proposto é qualitativo que segue com as contribuições da pesquisa bibliográfica e documental para instigar a desconstrução dos modelos impostos às vidas para solidificar a defesa dos direitos sociais e humanos como direitos heterogêneos de existência. A interlocução com as autoras e com os autores que partem da base específica do Serviço Social, para interseccionar com as demais epistemes, garante o movimento ético-estético e político de uma escrita que se propõe a subverter as práticas de morte.

Angelita Soares Ribeiro, em seu capítulo *É preciso estar atento/a/e e forte! Reflexões sobre rupturas cotidianas às persistências do conservadorismo na prática do Serviço Social*, busca, a partir de uma experiência de

trabalho no campo de atuação do Serviço Social, no campus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul), realizar uma reflexão sobre os enfrentamentos e as resistências diárias às persistências do conservadorismo na prática do/da/de assistente social. A escrita se inicia com uma breve releitura de referências clássicas e imprescindíveis para a compreensão das rupturas e continuidades entre conservadorismo e renovação na história da profissão. Logo em seguida, é apresentado o contexto de ampliação do trabalho do Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Nas partes finais do texto, a primeira pessoa do singular assume seu lugar de fala, e a autora/assistente social compartilha a forma como, inserida em coletividades, procura diariamente inventar, resistir e vivenciar uma atuação em Serviço Social que, para além dos messianismos e fatalismos, oriente-se por uma firme posição ético-política, uma sólida e crítica competência teórico-metodológica e pelo exercício contínuo de criatividade na construção de instrumentos que materializem uma prática que se mantém em ruptura constante com o conservadorismo.

Seguimos com *Direito à educação em contextos de privação de liberdade: contribuições do Serviço Social no cotidiano de trabalho do Presídio Regional de Pelotas*, produzido por Gabriela Pereira Di Muro, cuja finalidade é compreender os avanços conquistados e os desafios a serem enfrentados na efetivação do direito à educação em contextos de privação de liberdade e apresentar as contribuições do Serviço Social sob a perspectiva do projeto ético-político profissional no enfrentamento das vulnerabilidades e na garantia de direitos. Para tanto, realizou uma breve revisão bibliográfica do processo histórico de formação do Serviço Social e da política de educação como espaço de intervenção do/a assistente social. Destacou as normativas com o objetivo de regulamentar, ampliar e qualificar a oferta de educação nos espaços prisionais, refletindo acerca das relações e peculiaridades desse ambiente dentro de uma lógica punitiva e da contradição em estabelecer políticas com perspectivas emancipatórias. Por fim, apresenta a trajetória da educação formal no Presídio Regional de Pelotas, demonstrando os avanços e as práticas realizadas, pautadas em ações educativas humano-dignificantes e de construção de

uma consciência crítica e emancipadora, mesmo na condição de privação de liberdade.

Aline de Mesquita Duarte e Marlon Antônio Macedo Meireles apresentam *Relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social e iniciação científica como espaços de formação profissional e construção do projeto ético-político* cuja discussão a respeito do processo de formação profissional ocorreu a partir do projeto ético-político do Serviço Social, apresentando o relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social e iniciação científica de estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPel. Refletir sobre a formação e a prática profissional nos diferentes campos de atuação do/a assistente social – neste caso, especificamente nas políticas urbana/ habitacional e de saúde – torna-se essencial, pois, no processo de formação, o/a estudante depara-se com inúmeros desafios postos no cotidiano de trabalho do/a profissional de Serviço Social. Nesse sentido, a pesquisa e o estágio supervisionado contribuem para o desenvolvimento das competências profissionais, em direção ao projeto ético-político da profissão. O texto tem por objetivo também evidenciar o que o/a profissional de Serviço Social precisa superar para sustentar seu código de ética dentro de determinada instituição, uma vez que o/a assistente social também precisa vender sua força de trabalho, contribuindo com a discussão sobre como é ser um/ uma assistente social em uma sociedade capitalista e desigual.

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim apresenta *A contribuição do trabalho em Serviço Social na adoção de crianças maiores e de adolescentes: reflexões a partir da Doutrina da Proteção Integral*. O capítulo tem por finalidade proporcionar uma reflexão crítica acerca da adoção de crianças maiores e de adolescentes, com base na Doutrina de Proteção Integral. Do mesmo modo, busca apresentar as contribuições da profissão de Serviço Social nesse processo, tendo em vista ser uma profissão que integra as equipes especializadas e interdisciplinares previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir da interface com projeto ético-político que orienta o fazer profissional. A construção da pesquisa ocorreu por meio de revisão bibliográfica, com base em referenciais teóricos da área de Serviço Social, assim como de outras áreas das Ciências Humanas

e Sociais Aplicadas. Do mesmo modo, os autores utilizam-se da análise documental acerca das legislações e demais instrumentos normativos que versam sobre o tema. Ao lado das reflexões teóricas, o conhecimento empírico advindo da experiência profissional tem mostrado que a adoção só existe e só faz sentido, na perspectiva da proteção integral, se tiver como objetivo atender aos interesses das crianças e dos adolescentes. E, se quisermos realmente avançar nessa compreensão, não podemos permitir que esses sujeitos sejam tratados como objetos de tutela, o que requer, além de mudanças normativas, a construção de uma nova cultura em prol da adoção.

Jéssica Silva de Ávila em *Limites e possibilidades da inserção do Serviço Social na área de gestão de pessoas* objetiva problematizar a inserção da profissão nas áreas de gestão de pessoas. O relato trata da experiência profissional em duas universidades federais de ensino superior: Universidade Federal do Rio Grande e Universidade Federal de Pelotas. Nesse sentido, coube-lhe fazer uma reflexão sobre a emergência das áreas de gestão de pessoas no serviço público, bem como pensar a saúde do trabalhador como expressão da questão social. Ao longo do texto, buscou-se problematizar a ação profissional, trazendo a importância da ruptura com práticas conservadoras que podem vir a “culpar” os servidores por seu adoecimento. O espaço problematizado aponta limites e possibilidades de atuação que perpassam as disputas de projetos institucionais nas quais o assistente social, utilizando estratégias alinhadas ao projeto ético-político e às dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, pode contribuir para a construção de estratégias de promoção de saúde do servidor.

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo e Gabriela de Araújo Spotorno, em *A maternidade: relações patriarcais e a contribuição do exercício profissional de assistentes sociais – no âmbito hospitalar*, pretendem refletir sobre as relações patriarcais, sobre a projeção de um *maternar* ocidental e idealizado e sobre o exercício profissional de assistentes sociais em uma maternidade de um Hospital Universitário localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul, a partir da teoria decolonial como resistência epistemológica. Sem negar os desafios estipulados pelas perspectivas estruturais

societárias, em nível material e subjetivo, a trajetória analítica aborda questões de gênero e da mulher, fundamentais para o entendimento da maternidade. Trata também do compromisso com o projeto ético-político da profissão, do espaço sócio-ocupacional, das políticas públicas de saúde da mulher e das políticas intersetoriais identificadas no exercício profissional. No capítulo, encontra-se a experiência a partir de desafios e de reflexões críticas que visam a subsidiar um exercício profissional potente na superação das faces da opressão contra a mulher.

Assim, o conjunto desta obra propõe-se a apresentar as intervenções profissionais respaldadas pelo Código de Ética da profissão, bem como pelo seu projeto ético-político. Aqui inserimos o estético, no sentido proposto por Guattari e Deleuze, um “paradigma” que une uma criatividade ontológica, na perspectiva de acolher os heterogêneos modos de vida, ou seja, uma estética que não se enquadra nos modelos hegemônicos de existência.

Por fim, agradecemos, nesta obra, a colaboração do CNP para que essas experiências profissionais que articulam a problematização do campo de atuação pudessem ser viabilizadas e multiplicadas no campo do debate da categoria profissional, aliada aos seus pares em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Cristine Jaques Ribeiro

SUMÁRIO

Apresentação

Cristine Jaques Ribeiro 5

À guisa da atuação profissional em Serviço Social: desafios frente à relação teoria e prática

Cristine Jaques Ribeiro 13

É preciso estar atento/a/e e forte! Reflexões sobre rupturas cotidianas às persistências do conservadorismo na prática do Serviço Social

Angelita Soares Ribeiro 33

Direito à educação em contextos de privação de liberdade: contribuições do Serviço Social no cotidiano de trabalho do Presídio Regional de Pelotas

Gabriela Pereira Di Muro 52

Relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social e iniciação científica como espaço de formação profissional e construção do projeto ético-político

Aline de Mesquita Duarte e Marlon Antônio Macedo Meireles 71

A contribuição do trabalho em Serviço Social na adoção de crianças maiores e de adolescentes: reflexões a partir da Doutrina da Proteção Integral

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim 84

Limites e possibilidades da inserção do Serviço Social na área de gestão de pessoas que objetiva problematizar a inserção da profissão nas áreas de gestão de pessoas

Jéssica Silva de Ávila 107

A maternidade: relações patriarcais e a contribuição do exercício profissional de assistentes sociais – no âmbito hospitalar

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos e Gabriela de Araújo Spotorno 125

Autoras/Autor e Currículos

..... 146

À Guisa da Atuação Profissional em Serviço Social: Desafios Frente à Relação Teoria e Prática

Com a ciência pode-se deveras favorecer um e outro objetivo! Talvez seja ela mais conhecida dos nossos dias pela sua faculdade de privar o homem das suas alegrias e o tornar mais frio, mais “estátua”, mais estóico. Nada impede também que se descubra nela a grande causadora das dores; talvez, então, da mesma maneira, se encontre a sua força contrária, a sua prodigiosa faculdade de fazer brilhar a alegria dos humanos, novos universos de estrelas (Friedrich Nietzsche, 2004).

As linhas que seguem este texto pretendem conduzir o leitor à necessidade de combater a separação entre teoria e prática na intervenção profissional. É comum, no imaginário social, reproduzir o entendimento de que o assistente social é um profissional que age na dimensão investigativa policial. No entanto, esse imaginário não surge naturalmente, mas é construído por uma história inicial brasileira, que, nos anos 30, 40, 50, 60 e 70, formou profissionais sob a influência da filosofia de Augusto Comte. Nesse período, com influência positivista, o discurso profissional conduzia ações policiais e de culpabilização do pobre pela pobreza, não questionando a estrutura social imposta sobre a vida das pessoas. Porém, não só com a mudança curricular, influenciada pelo movimento de reconceituação, mas também com abertura política, a profissão abandona as bases positivistas para assumir o referencial teórico-crítico sob a influência da dialética materialista oriunda do pensamento marxista.

Portanto, a necessidade de combater a separação entre teoria e prática manifesta-se no exercício de descolonizar os discursos sobre

a vida dos povos que demandam o atendimento do Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais. Problematicar discursos que resultam em atendimentos é objetivo deste capítulo. Questionar o quanto a demanda é produzida possibilita qualificar a atuação profissional, pois se retira a dimensão de neutralidade para reconhecer a dimensão crítico-política existente na relação profissional com os coletivos que atende. Esse movimento é resultado dos processos de luta da categoria profissional para romper com a episteme conservadora que, em sua origem, tratou a pobreza como problema e não como questão social¹.

Assim, para combater a episteme conservadora, que sustenta o Estado de morte, propõe-se descolonizar a intervenção profissional, reconhecendo a importância das orientações curriculares do Curso de Serviço Social no Brasil, pós-ditadura militar, sobre a importância das novas orientações que surgem na década de 90. Este texto tenta, rapidamente, comentar a mudança teórico-prática e ético-política que influenciou a formação profissional com vistas à defesa dos direitos sociais e humanos até os dias atuais.

Teoria e prática: dimensões inseparáveis

O campo de atuação profissional exige, cada vez mais, a problematização da intervenção como exercício ético-político. No entanto, antes cabe questionar: A quem se direciona a intervenção profissional? Quem são as populações afetadas pela atuação dos profissionais que

1 “[...] questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (Telles, 2023, p. 1)”.z

trabalham com a defesa dos direitos sociais e humanos²? Tais questões possibilitam ampliar a perspectiva de atuação. Para além do acesso ao atendimento qualificado, garantido por meio de políticas sociais públicas, é importante afirmar que a micropolítica do atendimento reafirma ou nega o acesso.

Sendo assim, a formação profissional direciona-nos aos seus pressupostos que orientam a formação profissional para seu significado social, considerando a “especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (Abepss, 2023, p. 21). Conhecer a importância dos pressupostos da formação requer reafirmar a perspectiva histórica do Serviço Social no quadro das relações sociais produzidas no sistema capitalista:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores,

2 “Por que os direitos devem ser apresentados numa declaração? Por que os países e os cidadãos sentem a necessidade dessa afirmação formal? As campanhas para abolir a tortura e o castigo cruel apontam para uma resposta: uma afirmação formal e pública confirma as mudanças que ocorreram nas atitudes subjacentes” (Hunt, 2009, p. 113).

do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (Abepss, 2023, p. 22).

Sendo assim, a intervenção profissional tem como objeto as manifestações da questão social – manifestações que rompem com a perspectiva estrutural-funcionalista a partir de Émile-Durkheim e do pensamento de Augusto Comte, mediante a teoria positivista, que não possibilitava problematizar as relações sociais e localizava a realidade social na atuação dos indivíduos, responsabilizando-os pelas mazelas que sofriam, como se fossem problemas sociais isolados.

A moralização das classes dominadas era vista como um apostolado social, uma forma de salvação, rejeitando-se, ao mesmo tempo, toda forma e visão das relações sociais enquanto relações de classe, de exploração, de dominação, de luta, de conflito (Faleiros, 2015, p. 118).

A desconstrução dessa perspectiva, positivista e estrutural-funcionalista, surge com o movimento de reconceituação da profissão. Tal movimento nega a atuação caritativa que acontecia desde os anos de 1930, com a implementação da profissão no Brasil. “É no desenvolver desse debate que ganham relevo as tentativas de formulação de uma estratégia teórico-prática a serviço do fortalecimento do processo organizativo dos setores populares” (Iamamoto, 1998, p. 367).

Nos porões da ditadura no Brasil e na América Latina, intelectuais, na academia e nos diferentes espaços de atuação, começaram a articular outra perspectiva teórico-metodológica para a profissão: uma perspectiva crítica sob a luz da teoria dialética marxista³. Com a abertura política em 1984, a formação profissional no Brasil já não acolhe mais a influência de Comte no currículo profissional e modifica os seus fundamentos para garantir diretrizes curriculares comprometidas com a luta da classe trabalhadora. Reconhece que a

3 “A visão dialética supõe a unidade dos contrários em movimento permanente e não em oposição rígida, e supõe a análise da totalidade através de mediações complexas” (Faleiros, 2015, p. 126).

pobreza é resultado das relações desiguais, sendo elas econômicas, sociais, políticas, ambientais e territoriais. “[...] o investimento na vida acadêmica significou objetivamente uma escolha de assistentes sociais empenhados em uma renovação profissional que rompesse substantivamente com o tradicionalismo e seus corolários” (Netto, 2002, p. 252).

À custa de muita luta e de muitas vidas perdidas, durante a ditadura, a formação profissional “virou a mesa” e trouxe, para o campo acadêmico, a necessidade de preparar profissionais que negassem a reprodução dos preconceitos e das discriminações por que passavam os povos que viviam em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, foi necessária uma ampla revisão curricular, com diretrizes posicionadas em defesa da formação profissional teórico crítica:

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (Abepss, 2023, p. 25).

Considerando que as manifestações da questão social expressam-se na vida cotidiana, na relação contraditória entre capital x trabalho, afirmamos que a perspectiva da pobreza, como resultado dessa manifestação, garante deslocar a culpabilização que sofreu, e ainda sofre, a população empobrecida, já que não consegue gerar renda que garanta

sua dignidade humana, para escancarar que a pobreza é, sim, oriunda do processo de colonização e que se atualiza no sistema capitalista, sistema que investe na negação do direito de existir dos povos.

Portanto, avançando na análise, o colonialismo e a colonialidade⁴ foram propulsores da pobreza. Assim, é inegável a necessidade de hoje avançarmos para olhar essa dimensão, pois as populações que sofreram com os processos de exploração e de dominação começaram, primeiro, a sofrer pela dimensão raça, porque essas populações têm cor, e essa cor é o marco da atuação do Estado de morte. Mas, como é possível, dentro da intervenção profissional, construir esse debate? Considerando a mudança curricular, sob a orientação de suas diretrizes, afirmamos que a relação teoria e prática são indissociáveis e somente essa relação instrumentaliza-nos para avançarmos na defesa dos direitos sociais e humanos a fim de garantir direito heterogêneo à existência.

Três princípios que fundamentam a formação profissional que sintetizam a afirmação acima:

Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central

4 “O fato é que a chamada civilização europeia, civilização ocidental, tal como foi moldada por dois séculos de governo burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o proletariado e o problema colonial”. [...] arvoram-se mensageiros de uma ordem superior; que mantêm; que saqueiam; que tenham capacetes, lanças, cupidez, mas os embusteiros vieram depois: e o grande responsável nesse campo é o pedantismo cristão, por ter elaborado as equações desonestas: cristianismo = paganismo = selvageria, das quais só poderiam resultar as abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros” (Césarie, 2020, p. 9-11).

da formação profissional, e da relação teoria e realidade (Abepss, 2023, p. 23).

Então, pensar a intervenção profissional é não dissociá-la dos processos e contextos históricos em que vivem as populações. O rigoroso trato histórico e metodológico indica o reconhecimento de que as populações usuárias das políticas sociais são seres que vivem em constante conflito na sociedade e com o Estado, pois lutam, dia a dia, contra todas as formas de dominação, opressão, discriminação e exclusão.

Concordando que teoria e prática são dimensões inseparáveis, dentro do contexto de transformação da formação profissional em Serviço Social, por que ainda existem discursos que teimam em colar, nos corpos das populações e no exercício profissional, uma narrativa punitiva e condescendente com a negação das diretrizes profissionais que fomentam o projeto ético-político⁵ do Serviço Social no Brasil? O velho discurso, segundo o qual teoria não tem a ver com a prática, desconsidera toda essa transformação curricular, transformação que fortaleceu a perspectiva e a defesa de que é, sob a luz da intervenção, que as ferramentas teóricas são acionadas.

A diferença entre tornar-se profissional que executa tarefas e que desempenha funções, e ser um profissional que produz ações competentes, dá-se na relação com o modo como relacionamos teoria e prática, no modo como tentamos desconstruir discursos que legitimam práticas estigmatizantes, práticas que impedem a participação popular em processos que decidem a vida de todas, de todos e de

5 “Partimos do princípio de que o projeto do Serviço Social brasileiro, apreendido como um processo histórico em permanente construção, oferece elementos para uma leitura e uma atuação radicalmente críticas e antcapitalistas, elementos que estão presentes tanto nos onze (11) princípios fundamentais que introduzem o Código de Ética do Assistente Social (CE), tomados como totalidade orgânica, como nas referências teórico-metodológicas e ético-políticas necessárias à formação de um assistente social/intelectual, referências contidas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social formuladas pela Abepss/1993, referenciadas que são pela direção social marxiana/marxista (Vasconcelos, 2015, p. 169-170).

todes. Mais ainda: dá-se pelo modo como instigamos a problematização coletiva das condições de vida por que passam famílias que vivem em situações de empobrecimento crescente. Quando buscamos propiciar essas relações, ultrapassamos a função para alcançar funcionamentos ativos, funcionamentos coletivos, que registram movimentos de descolonização da vida. E esse movimento registra a diferença entre desempenho e competência. Você pode desempenhar sua tarefa, desempenhar sua função, mas, para ser competente no campo do Serviço Social, precisará articular-se com os pressupostos e diretrizes curriculares da formação profissional no campo de atuação.

Essa competência tem relação com a dimensão política da profissão. Tal dimensão política denuncia o discurso em defesa da neutralidade, denuncia o discurso meritocrático, denuncia o discurso que defende ações assistencialistas, para dificultar a luta pela garantia dos direitos, contrapondo-se à ideia de benefício. Tal competência denuncia o discurso que tenta desqualificar a atuação profissional, quando defende que não é preciso estudar para ser profissional do Serviço Social, pois reproduz a ideia de que qualquer pessoa faz o que o assistente social faz. A dimensão política é fazer uma escolha profissional que descolonize a perspectiva de um

[...] mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizada por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual.

Qual a diretriz analítica que orienta nossa reflexão? É a de que entender a prática profissional supõe inseri-la no jogo das relações das classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, preservando, no entanto, as particularidades da profissão enquanto atividade inscrita na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 1997, p. 121.).

A dimensão política nos conduz a tentar romper com visões deterministas e com ações voluntaristas que se colocam em uma relação de produção da culpabilização ou vitimização dos povos. Portanto, a dimensão política propicia a construção coletiva da consciência crítica, acolhendo as relações de conflito como parte importante para a construção da transformação da realidade.

Pensar na intervenção profissional qualificada, que não dissocie a teoria da prática, é possível quando aliamos a pesquisa como base para conhecer a realidade, por meio do adensamento teórico que fundamenta o campo de atuação. Esse exercício acontece no bojo da formação profissional que é articulada com os elementos teórico-metodológicos e históricos. Essa dinâmica rompe com o reducionismo profissional e do conhecimento da realidade, porque reconhece a dimensão político-ideológica que toma partido por uma classe da sociedade que é a classe trabalhadora.

Assim, com a escolha que a formação em Serviço Social assume, a partir da abertura política no Brasil, tornou-se emergente a modificação do projeto ético-político profissional. Na década de 90, consolida-se o novo projeto que orienta a profissão em todo o território nacional. Esse projeto foi o resultado da construção coletiva da categoria, construção política da prática na sociedade com seus enfrentamentos frente ao Estado:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (Netto, 2002, p. 104-105).

Portanto, os novos pressupostos, as novas diretrizes e o novo projeto profissional reconhecem e fortalecem a relação inseparável entre teoria e prática. Esse conjunto de orientações expressa a necessidade de práticas que denunciem intervenções policiais, punitivas, inquisitórias, higienistas e discriminatórias. Os valores que legitimam a atuação profissional balizam a relação entre usuáries e usuários com os serviços, com as profissões e com os diversos espaços institucionais, demarcando outra profissão: uma profissão que se posiciona em defesa da vida e que denuncia todas as violações de direitos.

O doce discurso da ação punitiva: a descolonização da narrativa

Voltando ao questionamento inicial do item acima, vamos problematizar um pouco mais. Quem são as populações afetadas pela atuação dos profissionais que trabalham com a defesa dos direitos sociais e humanos? Onde acontece tal atuação? Quando realizamos atendimentos, acompanhamos vidas expostas a todos tipos de dores, negações e violações. Esse acompanhamento acontece nos espaços sócio-ocupacionais onde a micropolítica acontece. É no campo das forças onde pulsa a realidade: realidade que não é determinada, mas que se realiza no cotidiano. Porém, dependendo de como os profissionais constroem as relações, essa construção irá indicar se a escolha que fazem se dá no sentido de reforçar o projeto ético-político-profissional ou se ela tem a intenção de negá-lo.

Para descolonizar as narrativas discursivas, é preciso um constante exercício de problematização. No passado, a formação profissional foi marcada por ações que tentavam abafar os conflitos resultantes da luta de classes, por exemplo. O discurso era conduzido por um conjunto de técnicas que disciplinavam e controlavam

os comportamentos de milhares de famílias. Essas técnicas aqui são consideradas policialescas:

A polícia tem como objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem (Donzelot, 2001, p. 12).

Então, o Serviço Social, no passado, trabalhava conduzido pelo ordenamento do Estado e da Igreja, que, sob o discurso da ordem, da felicidade e da harmonia, impedia a manifestação das populações em relação às suas condições de vida. Questionar a estrutura social era maldizer o atendimento das instituições. O discurso de caridade era a ferramenta para abafar lutas e denúncias que afetavam os modos coletivos de existência. A ideia de harmonia, executada por meio de ações caritativas, objetivava manter o sistema capitalista – antes sistema racista e patriarcal – com a perspectiva de ordem e progresso. Defender a separação entre teoria e prática era defender a filosofia positivista.

Ainda, antes do período positivista, já havia dispositivos de disciplinamento, que, através da punição, com seus equipamentos higienistas, tinham como meta o combate a qualquer discordância relacionada aos governos. “Na colônia, o combate à família obedecia à ética estritamente punitiva e legal. Cada vez que o poder familiar se insurgia era fulminante” (Costa, 1999, p. 30). Ou seja, a repressão pela força violenta, ou pelo discurso “dócil”, impunha o desejo de controlar o descontentamento com *status quo*. A estratégia era sempre enfraquecer as lutas oriundas das camadas populares.

O discurso dócil, em diferentes contextos históricos, sempre se apresenta no disfarce de narrativas moralistas⁶, narrativas que culpabilizam pessoas, famílias e coletivos. Uma violência sofrida ou reproduzida é avaliada como ato individual e não como produção social, logo o Estado e a sociedade buscam medidas localizadas, para criminalizar individualmente o que é produto social. Mas qual a origem dessa racionalidade?

Para problematizarmos o questionamento acima, recorreremos às contribuições de Frantz Fanon:

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e pelos postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino, religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai para filho, a honestidade exemplar de operários condecorados depois de cinquenta anos de bons e leais serviços, amor estimulado à harmonia e à sabedoria, essas formas estéticas do respeito à ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças de ordem (2015, p. 54).

Esse extenso fragmento da obra de Fanon reforça que toda e qualquer intervenção que se proponha a legitimar a racionalidade da ordem é profundamente colonial e aliada ao Estado de morte. Profissionais que sustentem práticas policiaiscas, resultantes de uma episteme conservadora, reproduzem o antigo projeto profissional e rasgam as novas orientações de um novo projeto no Brasil. Tais orientações foram conquistadas por intermédio das lutas dos movimentos sociais populares aliados às categorias profissionais comprometidas

6 [...] a moralidade não é outra coisa (portanto, antes de tudo, nada mais) senão a obediência aos costumes, sejam eles quais forem; ora, os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar” (Nietzsche, 2016, p. 9).

com o direito de existir. Nesse caso, esse comprometimento deu-se com a nova formação brasileira em Serviço Social, orientada por suas diretrizes curriculares e pelo novo Código de Ética, implementado em 1993⁷.

Mas, como descolonizar a narrativa profissional? Quando descolamos dos corpos estigmas impostos pelo colonialismo que ainda permanecem no capitalismo. Quando olhamos para as vidas que se apresentam no campo de atuação com olhar que acolhe e atende à heterogeneidade, prestando às pessoas um atendimento sensível, que não olha o fato, mas considera o processo como possibilidade de mudança, um atendimento que se intersecciona com as dimensões de raça, gênero, sexualidade e classe. Esse modo de olhar descoloniza discursos e narrativas práticas, pois questiona o modelo hegemônico que responsabiliza o povo preto pelo racismo, o povo pobre pela pobreza, a mulher pelo machismo, o povo LGBTQIP+ pela LGBTfobia. Ou seja, o racismo, o machismo, a lgbtfobia são resultados da concentração de terra e riqueza demarcadas, desde a colônia portuguesa, que decide quem poderá continuar existindo e quem deverá morrer. Essa dinâmica institui a razão colonial sobre os corpos da cidade.

Descolonizar a narrativa é produzir intervenção profissional que reconheça não só a universalização como direito, mas também a autonomia e o respeito como necessidade para a garantia das dignidades de todas, todos e todes. Descolonizar é não falar em nome das usuárias e dos usuários das políticas públicas, mas fortalecer as vozes que ecoam por direitos. Descolonizar é destruir a perspectiva de porta-voz dos povos que denunciam o sistema capitalista. É preciso exercitar o

7 “O compromisso de não discriminar ou ser discriminação por questões de classe, gênero, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física fundamental para garantir um exercício profissional e comprometido com os princípios do Código de Ética” (Garcez, 2023, p. 1).

lugar de escuta, escuta sensível, para que o lugar de fala possa cada vez mais se fortalecer.

Foucault, colabora com essa perspectiva quando afirma:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência” do discurso (1996, p. 71).

Descolonizar é afirmar que a demanda é produzida e não natural, ou seja, cada pessoa que busca atendimento em hospitais, UBS, fóruns, escolas secretarias municipais, equipamentos de políticas públicas – como é o caso dos restaurantes populares, albergues, abrigos – ou pessoas que estão em situação prisional ou judicial, todas, são pessoas de direitos, logo precisam ter garantido o rompimento dos rótulos para que possam continuar existindo. Se as pessoas, individualmente ou coletivamente, buscam os serviços e as políticas públicas, o fazem porque esses serviços e essas políticas ofertaram, em suas legislações e normativas, a garantia desses atendimentos. Então, é obrigação das e dos profissionais lhes prestarem atendimento de qualidade e livre de qualquer discriminação.

Entender que a demanda é produzida e não natural, não quer dizer que há problema em produzi-la, mas pensar em que tipo de demanda produzimos. Produzimos a demanda da dependência, da submissão, da subalternidade ou a demanda da participação, da autonomia, da luta pela garantia do acesso aos direitos?

[...] a demanda não é espontânea, a demanda não é o primeiro passo de um processo: ela é produzida, de tal modo que existe um passo anterior à demanda que é a oferta. A demanda não existe per se (Barembliitt, 1998, p. 68).

Portanto, descolonizar é exercitar a capacidade de duvidar dos modelos e dos perfis impostos sobre os corpos. Descolonizar é não utilizar instrumentos profissionais para investigar as vidas, mas utilizar instrumentos para viabilizar o acesso aos direitos sociais e humanos. Descolonizar é não se curvar frente à imposição das condicionalidades dos programas sociais, mas questionar os critérios que determinam quem pode, ou não, acessar ou preencher tais critérios dos cadastros. Descolonizar é lutar, já que alimentação, assistência social, saúde, educação, trabalho, moradia, lazer são direitos constitucionais⁸, portanto não devem ter cor, classe, sexualidade e gênero demarcados.

Mbembe dialoga com o Serviço Social, como categoria política, quando apresenta sua preocupação:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 10).

Considerar a preocupação com as formas de soberania, formas que sustentam os equipamentos de morte, é subverter a origem da profissão que, antes, era aliada aos processos de subalternização dos povos, para se ocupar com processos que instiguem posicionamentos e conhecimento crítico desses povos sobre os seus modos de existência. Para tanto, é importante pousar a atenção para onde ninguém quer olhar. Pousar a atenção flutuante, no sentido de enfrentar discursos que teimam em colar modelos de comportamentos sobre as crianças, sobre os adolescentes, sobre as mulheres, sobre os idosos, sobre os negros, sobre os indígenas, sobre a população em situação de rua, sobre a população em situação de posse, sobre as pessoas com sofrimento psíquico, sobre todes! Um exemplo de subversão é não

8 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, ao trabalho, a moradia, ao transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Medina, 2023, p. 1).

aceitar atender pessoas em situações precárias que as constroem, em situações que não lhes garantem o direito de fala sobre as condições em que vivem já que são atendidas e atendidos em diversos estabelecimentos institucionalizados.

Subverter a ordem estabelecida é tentar descolonizar atendimentos marcados pela soberania do Estado de morte. Descolonizar é não ficar dependente dos instrumentos para entender o que faz o Serviço Social, mas utilizar os instrumentos e técnicas como dispositivos de aproximação das populações. Utilizar visitas domiciliares⁹, reuniões, trabalhos de grupos, entrevistas, elaborar relatórios, projetos, laudos e pareceres, possibilita encontrar e não julgar os modos de vida, os modos de habitar, os modos de existir. Então, os instrumentos e técnicas não nos caracterizam como profissionais. Porém, o modo como utilizamos os instrumentos e técnicas podem garantir às pessoas uma outra soberania: a soberania popular e coletiva.

Assim, o modo de habitar a cidade¹⁰ que as populações registram é o modo como devem ser respeitadas e acolhidas pelo Estado e pela sociedade. Para tanto, os profissionais e, nesse caso, os do Serviço Social, não podem tentar adequá-las a esse modo de habitar. Ao contrário: devem tensionar para que esse modo de habitar possa continuar existindo em sua diferença, pois “[...] cada ser é instanciado no mundo como um caminho de movimento ao longo de um modo de vida [...]; habitar é viver historicamente” (Ingold, 2015, p. 26). Jamais a intervenção profissional deve seguir a cartilha de adaptação, de aceitação sobre suas condições de vida, sobre as condições desiguais

9 “Considerando, hoje, que a sociedade está cada vez mais produzindo sistemas semióticos plagiados pela economia capitalista, é possível afirmar que os instrumentos profissionais fortalecem os códigos sociais de poder que, constantemente, reproduzem padrões de comportamentos policiais na vida heterogênea da população, tornando imperativa a imposição de uma modelização homogeneizante” (Ribeiro, 2010, p. 2).

10 “A vida nua tem, na polícia ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (Agamben, 2014, p. 14).

impostas pelo Estado de morte. Propiciar processos coletivos de construção da consciência crítica é exercitar a descolonização do discurso teórico-prático do Serviço Social, identificando outra estética, uma estética que rompe com os padrões impostos pelo sistema vigente, para que as pessoas possam ser o que desejarem. E, quando se afirma que a estética pode ser, significa dizer que estética é a vida em sua multiplicidade.

Por fim, o Serviço Social no Brasil, em sua origem, sofreu a influência norte-americana e europeia na implantação dos Cursos de Serviço Social, portanto descolonizar é romper com a episteme eurocentrada para propor uma produção acadêmica intelectual na margem do eurocentrismo. E a realidade latino-americana produz, desde sempre, resistência através das lutas populares para construir uma outra análise, por meio de outras práticas: práticas pulsantes oriundas do saber e do poder das vidas que habitam este território. Essa dinâmica descolonial, ou seja, deixar de ser colônia, exige da profissão a implicação em seus atendimentos ao se colocar como aliada de quem sofre e não de quem produz o sofrimento.

Assim, o presente texto desejou problematizar ainda a existência da insistência em separar teoria de prática, no campo de atuação profissional em Serviço Social, bem como instigar a análise para a necessidade de descolonizar a atuação, no sentido de descolonizar discursos, intervenções e desconstruções preconcebidas sobre os diferentes modos de vida. Tais discursos utilizam-se de ferramentas para se aproximar das vidas, não para defender sua existência, mas para colar preconceitos moralizantes.

No entanto, ainda cabe destacar que a intersecção de raça e gênero é imprescindível para romper com a história caritativa e assistencialista imposta pelo surgimento da profissão, pois quem são ou quem eram, naquele período, as populações atendidas? São as mesmas,

que nesse período, encontram os profissionais, ou seja, o povo preto e pobre, com presença massiva de mulheres. Considerando que o sistema racista e patriarcal insiste em determinar a continuidade da existência, descolonizar é combater os valores, normas e princípios do eurocentrismo no capitalismo. “O eurocentrismo naturaliza a experiência das pessoas dentro do padrão de poder” (Lugones, 2020, p. 58).

O poder de dominação é central nos espaços institucionalizados, e ficar atenta e atento frente à dominação é subverter o desejo conservador de manutenção das relações de subserviência. Subverter é negar a naturalização dos padrões de saber e de poder impostos pelo colonialismo e pela colonialidade. E esse exercício teórico-prático possibilita a reinvenção da profissão, reinvenção que busca combater pressupostos positivistas e estrutural-funcionalistas, para fortalecer os pressupostos da nova formação profissional que demarcam o espaço socioinstitucional como espaço conflitivo, fruto da correlação de forças, onde o assistente social nega a neutralidade e assume a dimensão política da intervenção.

Referências

- ABEPSS. 1996. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. ABESS/CEDEPSS. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.
- AGAMBEN, Giorgio. 2014. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BAREMBLITT, Gregório. 1998. Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos.

- CÉSARIE, Aime. 2020. Discurso sobre o Colonialismo. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta.
- COSTA, Jurandir Freire. 1999. Ordem médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DONZELOT, Jacques. 2001. A Polícia das Famílias. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FALEIROS, Vicente de Paula. 2015. Saber Profissional e Poder Institucional. 11. ed. São Paulo: Cortez.
- FANON, Frantz. 2015: Os Condenados da Terra. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF.
- FOUCAULT, Michel. 1996. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GARCEZ, Thiago. 2023. Princípios de Código de Ética do/da Assistente Social. Portal do Serviço Social. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/principios-do-codigo-de-etica-do-assistente-social/#:~:text=O%20compromisso%20de%20n%C3%A3o%20discriminar,princ%C3%ADpios%20do%20C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica>. Acesso em: 17 jul.2023.
- HUNT, Lynn. 2009. A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. 1997. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. 1998. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 12. ed. São Paulo: Cortez: CELATS.
- INGOLD, Tim. 2015. Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes.

LUGONES, Maria. 2020. Colonialidade e Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

MBEMBE, Achile. 2018. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de excessão, política de morte. Tradução de Renata Santini. N-1 edições. RJ: Arte&Ensaaios.

MEDINA, José Miguel Garcia. 2023. Constituição Federal Comentada. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/art-6-capitulo-ii-dos-direitos-sociais-constituicao-federal-comentada/1540359600#:~:text=Todo%20brasileiro%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20fiscal%20e%20or%C3%A7ament%C3%A1ria>. Acesso em: 18 jul. 2023.

NETTO, José Paulo. 2002. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez.

NIETZSCHE, Friedric. 2004. A Gaia Ciência. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.

NIETZSCHE, Friedric. 2016. Aurora. V. 10. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso.

RIBEIRO, Cristine Jaques. 2010. Problematicando o instrumento visita domiciliar. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 16, n. 1. p. 209-2021.

TELLES, Vera da Silva. 2023. Questão Social afinal, do que se trata? Produtos. Gov. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_10.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria de. 2015. A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez.

É Preciso Estar Atento/a/e e Forte! Reflexões Sobre Rupturas Cotidianas às Persistências do Conservadorismo na Prática do Serviço Social

Este texto busca, a partir de uma experiência de trabalho no campo de atuação do Serviço Social no campus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), realizar uma reflexão sobre os enfrentamentos e resistências diárias às persistências do conservadorismo na prática do/da/de assistente social.

A escrita inicia-se com uma breve releitura de referências clássicas e imprescindíveis para a compreensão das rupturas e continuidades entre conservadorismo e renovação na história da profissão. Logo em seguida, é apresentado o contexto de ampliação do trabalho do Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

Nas partes finais do texto, a primeira pessoa do singular assume seu lugar de fala, e a autora/assistente social compartilha a forma como, inserida em coletividades, procura diariamente inventar, resistir e vivenciar uma atuação em Serviço Social. Tal atuação vai além dos messianismos e fatalismos (Iamamoto, 2013), orientando-se por uma firme posição ético-política, por uma sólida e crítica competência teórico-metodológica e pelo exercício contínuo de criatividade na

construção de instrumentos que materializem uma prática que se mantém em ruptura constante com o conservadorismo.

Em perspectiva pessimista revolucionária (Benjamin, 2005; Löwy, 2002), a posição que se defende, sem garantia de breve ou contínua vitória, é a de atenção às exigências do presente. Além disso, é pautada pela escuta das vozes emudecidas do passado e por um esforço diário de movimento na direção da contracorrente que inventa e anuncia outros mundos possíveis.

Rupturas e continuidades entre conservadorismo e renovação

Pensar a atuação do Serviço Social diante das exigências do presente requer que não percamos de vista as marcas do conservadorismo que se encontram na origem da profissão, bem como as persistências dessa herança conservadora nas práticas hoje vivenciadas nos mais distintos campos de atuação. Até chegarmos nos primeiros movimentos que se moveram na direção da reconceituação do Serviço Social a partir da década de 1960, trilhamos um percurso profissional que trama, em sua origem, comunitarismo cristão, conservadorismo moderno (pensamento conservador europeu e sociologia conservadora norte-americana) e filosofia social humanista cristã (Iamamoto, 2013).

Fundado na ótica do reformismo conservador, o Serviço Social debate-se, desde o princípio, com as contradições que emergem entre os efeitos práticos de sua ação e uma diretriz paradigmática que se pretende humanista. Para Iamamoto (2013, p. 32),

[...] este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe

a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambiguidade: a ação – que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do homem – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais.

Ainda que o pensamento humanitário, junto ao qual o Serviço Social emerge, entenda os efeitos da exploração capitalista como problemas sociais enfrentados pela classe trabalhadora, a exploração como questão estrutural e histórica do sistema capitalista não é problematizada.

Segundo Iamamoto (2013), além das origens no seio do movimento católico, a trajetória de profissionalização do Serviço Social articula-se intimamente com a expansão das grandes estatais na era varguista. Em um contexto de aprofundamento do modelo corporativista do Estado, por uma economia impulsionadora da industrialização do país e, com isso, a expansão do proletariado urbano, o Serviço Social amplia seu mercado de trabalho em atuação direta junto a programas públicos assistenciais “que concretizam as políticas sociais do desenvolvimento populista, ideologia dominante após a Segunda Guerra” (Iamamoto, 2013, p. 36). Para José Paulo Netto (2015), é inquestionável que o Serviço Social brasileiro, até a década de 1960, apresentava considerável homogeneidade em suas propostas profissionais, assepsia de participação política, carência nas elaborações teóricas em uma intervenção cívica consensual.

No contexto da ditadura militar, o conservadorismo presente no Serviço Social brasileiro aprofunda-se no que Iamamoto (2013) define como uma modernização da instituição Serviço Social. Inserida

em um cenário de extrema repressão e autoritarismo estatal, a categoria refugia-se na construção de uma instrumentalização da profissão ainda profundamente distanciada da necessária crítica estrutural dos fundamentos da questão social emergente no modo de produção capitalista. O processo de renovação da profissão que emerge no contexto da autocracia burguesa tem suas bases na laicização do Serviço Social que se demarca no desenvolvimento das relações capitalistas durante a modernização conservadora (Netto, 2015).

No entanto, a agudização das contradições sócio-históricas no contexto da ditadura militar não denota ao Serviço Social apenas uma renovação do conservadorismo no interior da profissão, mas também tensões a partir de grupos de assistentes sociais que passaram a contestar, com maior força, o regime autocrático ditatorial burguês. A aparente homogeneidade e o consenso profissional desfaziam-se em movimentos de oposição ao conservadorismo que começavam a eclodir com maior força.

Na contraface do funesto legado da ditadura militar, que, sem dúvida, encontra dispositivos de conformação da educação a favor do golpe em curso, emergem processos de resistência e oposição no interior das escolas e universidades direcionados pela urgência em transformar o papel global da educação e as práticas pedagógicas (Netto, 2015). O Serviço Social insere-se nesse contexto de um novo pensamento social de oposição de esquerda centrado na crítica de tradição marxista.

De forma breve, cabe aqui retomar quatro aspectos, apresentados por José Paulo Netto (2015, p. 177), que sinalizam os aspectos e elementos históricos decisivos no processo de renovação do Serviço Social:

a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição do monolitismo ideal; a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto,

objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa.

José Paulo Netto (2015) identifica três perspectivas que acompanham o processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil. É nos documentos elaborados nos Seminários de Araxá (1967) e no de Teresópolis (1970) – organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social) – que a *perspectiva modernizadora* direciona sua atenção não somente ao aperfeiçoamento metodológico do instrumental e operativo como também ao atendimento de padrões de eficiência. A *perspectiva da reatualização do conservadorismo* estabelece-se sob a forma de um aperfeiçoamento de antigas práticas que passam a atender às exigências de um novo perfil profissional. A *perspectiva que se impõe como intenção de ruptura* “[...] tem ponderável influência do pensamento latino-americano reconceptualizado no final dos anos 1970 e no início da presente década” (Netto, 2015, p. 207). O movimento de ruptura confronta-se com a autocracia burguesa no plano teórico- cultural, no plano profissional e no plano político.

Pensar conservadorismo e renovação na história e na atualidade do Serviço Social leva-nos sempre a problematizar as históricas tensões entre projetos societários de manutenção das lógicas de poder e de opressão burguesa. Tais projetos emergem a partir das forças que mobilizam a classe trabalhadora em suas múltiplas formas de

existência, opressão e resistência. O projeto ético-político que passa a orientar o Serviço Social a partir do movimento de ruptura com o conservadorismo estará sempre ameaçado por projetos reacionários que seguem na disputa. Mantermos nossa direção em busca do *reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ele inerentes* exigirá cotidianamente das/dos/des assistentes sociais uma firme posição ético-política, uma sólida competência metodológica crítica e o exercício contínuo de criatividade na construção de instrumentos que materializem uma prática que se mantém em ruptura constante com o conservadorismo.

No texto que segue, começo a refletir sobre as disputas e resistências entre o conservadorismo e renovação no Serviço Social a partir da atuação dos/as/es assistentes sociais no campo das Instituições Federais de Ensino (IFEs).

O contexto de ampliação do trabalho do Serviço Social nas Instituições Federais de Ensino (IFES)

Shiroma e Evangelista (2006) afirmam que o contexto de democratização da educação superior ocorrido no Brasil, no início dos anos 2000, ocorre no interior de um sistema neodesenvolvimentista de pactos e acordos internacionais, com promessas de reunir desenvolvimento econômico e inclusão social, por meio da educação da classe trabalhadora.

Para além das inúmeras contradições que podem ser observadas nas políticas sociais fundamentadas ainda em lógicas neoliberais de conciliação de classes, é inegável que, no contexto histórico brasileiro, o ensino superior público coloque-se como um espaço de manutenção de privilégios de classe, raça e gênero. Nesse sentido, a expansão das IFEs se estabelece como uma grande conquista da classe trabalhadora.

A chegada de coletividades oriundas de grupos populares, comunidades tradicionais e movimentos sociais nas universidades e institutos federais traz consigo uma riqueza de saberes e de expressões culturais múltiplas e, também, um conjunto de expressões da questão social vivenciadas por esses grupos. Essas expressões se agravam quando entram em colisão com estruturas de exclusão que persistem nas instituições de ensino. Essa tensão interpõe-se como questão a ser elaborada na dinâmica institucional da educação superior e tecnológica/profissional. Nesse contexto, acirram-se demandas por ações que contribuam não só para a permanência, mas também para o êxito da classe trabalhadora na educação superior, entre as quais se destaca a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em 2010 (Brasil, 2010).

A luta pela consolidação da assistência estudantil como política pública remonta uma luta anterior ao processo de ampliação das IFEs. No contexto de redemocratização do Brasil, podemos observar alguns marcos importantes no percurso que leva até a aprovação do Pnaes em 2010:

1985- Política de Educação Superior para o Brasil. As ações de assistência estudantil não foram efetivadas porque os programas de assistência aos estudantes universitários ainda não contavam com uma dotação orçamentária do governo destinada exclusivamente para essa área, sendo geridos de acordo com os critérios estabelecidos pelos reitores de cada IFE;

1987- Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace);

2001- Fonaprace elabora uma proposta de Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior e o encaminha, em abril de 2001, à Associação

Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);

2010- Aprovação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

O Pnaes foi elaborado e defendido pelo Fonaprace, mas é fruto de intensa e contínua luta e mobilização do movimento estudantil, com destaque para União Nacional dos Estudantes (UNE) e para a classe trabalhadora da educação superior.

Com o Pnaes, a assistência estudantil nas IFEs conquista um importante instrumento de garantia de financiamento específico para ações de ampliação das condições de permanência da classe trabalhadora na educação superior, profissional e tecnológica da esfera pública federal. A implementação do Pnaes introduz a necessidade de inserção nas IFEs de uma gama de profissionais que possam operacionalizar suas ações. Longe de atingir o caráter de universalidade, grande parte das ações de assistência estudantil é ofertada a partir do perfil socioeconômico. Sendo competência do/da/de assistente social a realização de estudos socioeconômicos, a demanda da atuação do Serviço Social na realização de estudos para fins de acesso aos benefícios de assistência estudantil delimitará uma ampliação da contratação desse profissional nas IFEs, principalmente a partir de 2010.

Apesar de a maioria dos/as/es assistentes sociais inserirem-se nas IFEs por meio de concursos públicos, a estabilidade não lhes garante proteção quanto à precarização do trabalho. Os/as/es assistentes sociais, como parte da classe trabalhadora, sofrem também as consequências das transformações sociais em curso.

A dimensão de precariedade do trabalho do Serviço Social nos programas de assistência estudantil ocorre principalmente devido ao número reduzido de profissionais para atendimento das gigantescas

demandas de estudos socioeconômicos. Soma-se a isso, a sobrecarga de demandas, além da realização dos estudos socioeconômicos que passa a ser secundária. Essa situação gera ansiedade no profissional devido não somente à incapacidade de atendimento, aos níveis de cobrança institucional por produtividade, como também à extensão da jornada de trabalho, às características contraditórias inerentes às políticas sociais seletivas em relação ao projeto ético-político do Serviço Social, entre outras (Cavalheiro, 2013).

É importante ressaltar que, embora se observe um avanço no número de assistentes sociais nomeados nas IFEs, a contratação não acompanha o aumento dos números de matrícula. Além disso, há um entendimento reducionista da maioria dos gestores dessas instituições de que o Serviço Social insere-se nesses espaços para o exclusivo atendimento dos processos seletivos para os benefícios de assistência estudantil, em considerável desconhecimento das atribuições e competências desse profissional.

É nesse cenário que este texto traz a seguir um relato de experiência profissional em Serviço Social que vem se inventando no Câmpus Pelotas- Visconde da Graça (CaVG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Autorizando-me pela escrita a assumir a *1ª pessoa do singular*, procuro falar de movimentos e processos históricos e coletivos. Relato a forma como, inserida em coletividades que seguem movimentando-se pela ruptura com o conservadorismo na profissão do/da/de assistente social, procuro inventar uma prática para além dos messianismos e fatalismos ainda tão presentes em nossas ações.

Reflexões a partir do campo de atuação do Serviço Social no campus Pelotas - Visconde da Graça/IFSul

Tomo posse no CaVG/IFSul em novembro de 2010. No meio de um processo de seleção para a Moradia Estudantil do campus. O CaVG/IFSul, no qual me inseri como assistente social, possui uma longa história que antecede minha chegada. A Moradia Estudantil, conhecida como Internato, também.

O CaVG foi fundado em 1923 como Patronato Agrícola Visconde da Graça (PAVG). A Moradia Estudantil e o Internato existem desde o primeiro dia de inauguração da instituição. Em 1923, chegaram ao PAVG 75 (setenta e cinco) meninos encaminhados pelo Juiz de Órfãos de Pelotas. Eram chamados nos documentos e relatórios da época de “Menores Desvalidos”. O CaVG passa por inúmeras transformações e vinculações institucionais ao longo de um século de história, no entanto a Moradia Estudantil é algo que permanece. É importante dizer que o CaVG segue sendo lugar de passagem de meninos e meninas pretos e brancos oriundos de grupos populares, da agricultura familiar, dos quilombos, da pesca artesanal, do Movimento Sem Terra (MST) e de outras coletividades. Mas essas histórias múltiplas ainda não foram suficientemente contadas.

No meu ingresso no CaVG, em 2010, ao me envolver no processo de seleção para a Moradia Estudantil, considerei algo de extrema importância: a presença de candidatos vindos de assentamentos de reforma agrária em uma instituição fundada em um contexto histórico e geográfico elitista, charqueador e oligárquico. No entanto, nos meses posteriores, ao conversar com os/as estudantes e professores/as, logo comecei a ouvir falas como:

“Na sala de aula os colegas são todos contra a reforma agrária e alguns professores também. A gente nem fala

que é assentado, pois fica com receio” (Fala de estudante 01).

“Para tratar do tema da reforma agrária na disciplina é muito difícil. Existe uma resistência enorme dos alunos. Se tem algum aluno assentado na sala de aula ele nem se manifesta” (Fala de uma professora de Sociologia).

“Os professores ensinam como produzir no latifúndio, para a monocultura e com máquinas. A minha família trabalha com agroecologia, em poucos hectares” (Fala de estudante 02).

Tendo vivido toda a minha formação profissional junto aos assentamentos de reforma agrária, onde inclusive realizei meu estágio curricular, entendi que obviamente havia tensionamentos presentes que precisariam ser foco da atuação do Serviço Social. A pauta da reforma agrária e da inserção, a permanência e o êxito de estudantes assentados/as/es e oriundos de grupos e coletividades populares, em uma instituição ainda patronal, precisava ter o protagonismo que lhe era devido.

Na época, cheguei a escrever e a publicar algo sobre o tema, mas não dei continuidade na problematização da questão no campus. Minha chegada como única assistente social do CaVG/IFSul exigia a formulação e implementação do Pnaes no campus, e aquela pareceu-me uma ação que devia ter todo meu foco. A frustração pelo trabalho denso e massivo em torno de planejamentos orçamentários, realização de um número expressivo de estudos sociais para acesso aos auxílios, controle do pagamento de auxílios, do “devido uso dos mesmos, monitoramento de frequência e aproveitamento era sentida por mim e por grande parte do coletivo de assistentes sociais que vivia a mesma situação. Em uma relação paradoxal, quanto mais trabalhávamos, menos tempo tínhamos para estar próximas e atentas às pautas que emergiam diariamente da comunidade estudantil.

O Pnaes, que havia sido resultado de uma profícua articulação entre profissionais da educação e movimento estudantil, era executado pelo grupo de assistentes sociais que ingressaram nas IFEs (por volta dos anos 2010 e seguintes) prioritariamente de forma técnica e operativa. Entendo que a necessidade de darmos conta das demandas de implementação do programa levou-nos para uma perigosa linha tênue entre a efetivação de direitos e a despolitização de nossa prática. É nesses momentos que o conservadorismo nos ameaça, quando nos desarticulamos das lutas, do estudo da crítica materialista e mergulhamos em demandas instrumentais.

Cabe ressaltar que, como categoria de assistentes sociais dos institutos federais, temos (em grande parte) resistido ao processo de sermos apartadas da nossa prática e do nosso projeto ético-político. No contexto dos encontros e seminários estaduais e nacionais (Maceió, 2012), realizados na discussão e construção do documento dos *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* (Cfess, 2013), fomos nos encontrando, mobilizando-nos e criando redes de troca e de fortalecimento que foram imprescindíveis para o fortalecimento da expansão da inserção do Serviço Social nos institutos federais.

Algo que particularmente foi demarcador na prática que passei a desenvolver na minha inserção no CaVG/IFSul foi a escrita de projetos profissionais de trabalho nos quais eu buscava planejar as ações de forma articulada com as três dimensões do trabalho do Serviço Social: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Ao resistir a uma prática executora de políticas sociais (Netto, 2015), os projetos profissionais materializam o compromisso profissional com nossa perspectiva teórico-metodológica e conferem substância ético-política às ações do Serviço Social (Couto, 2009).

Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial –, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da negação do papel de controle e tutela das classes subalternas (Couto, 2009, p. 9).

É a partir do planejamento da minha prática profissional nos projetos de trabalho que procuro romper com os conservadorismos que ainda rondam a prática do Serviço Social. Planejar, estudar, avaliar e escrever sobre nossas ações parece-me ser uma bússola para que não nos percamos em intervenções imediatistas, individualizadas e policialescas. Porém, o cenário nem sempre é favorável. O projeto nem sempre é formulado no tempo em que deveria ser. Mas sigo, como muitas/os/es colegas de instituição, resistindo e encontrando brechas para essa organização importante. As redes que passamos a construir com a comunidade estudantil, com colegas, famílias e comunidades são o que sustentam nosso compromisso com projeto ético-político, e só teremos espaço para essas articulações se rompermos com a massificação do nosso trabalho e abrirmos brechas diariamente.

No item que segue, faço algumas últimas reflexões a partir do meu lugar na constituição e coordenação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (Nepec) do CaVG/IFSul. Foi junto ao Nepec que passei a articular, de forma mais direta, o trabalho do Serviço Social com as pautas de grupos populares, movimentos sociais, comunidades tradicionais e outras coletividades.

Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje: dever memória e as exigências do presente

No livro *Mitologia dos Orixás*, o professor e sociólogo Reginaldo Prandi (2001) conta-nos que um dia, em terras africanas dos povos iorubás, um mensageiro chamado Exu andava, de aldeia em aldeia, à procura de solução para terríveis problemas que, na ocasião, afligiam a todos. Conta o mito que Exu foi aconselhado a ouvir do povo todas as histórias que falassem dos dramas vividos pelos seres humanos, pelas próprias divindades, assim como por animais e outros seres que dividem a Terra com o homem. Tais histórias deveriam tratar da ventura e do sofrimento, das lutas vencidas e perdidas, das glórias alcançadas e dos insucessos sofridos, das dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte. Enfim, elas deveriam conter todas as narrativas a respeito dos fatos do cotidiano; por menos importantes que pudessem parecer, deveriam ser devidamente consideradas.

Assim fez Exu! Contam que reuniu um número incontável de histórias, realizou sua missão e, com isso, o Orixá Mensageiro teve, diante de si, o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios do mundo dos deuses. Por meio delas, também desvendou o governo do mundo dos homens e da natureza. Mediante o conhecimento que obteve a partir de todas as histórias que ouviu, Exu entendeu o desenrolar dos caminhos, o destino de todas as pessoas na luta cotidiana contra os infortúnios que as ameaçam; conheceu histórias de derrota e de resistência diante da vida e da morte.

O *rapper* Emicida abre o documentário “AmarElo, É tudo para ontem” citando um ditado Iorubá que diz o seguinte: “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Emicida diz que esse ditado é a melhor forma de resumir o que ele tenta fazer.

Emicida diz “Eu não sinto que eu vim, eu sinto que eu voltei. E que, de alguma forma, meus sonhos e minhas lutas começaram muito tempo antes da minha chegada.”

O Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (Nepec), desde 2023, vem atuando na história do CaVG imitando o gesto de Exu, aquele que recolhe cada pequena história de dor e luta que encontra pelo caminho. Na ordem de uma história que, em 2023, completa um século, disputamos narrativas e tentamos contar as tantas histórias plurais e os protagonismos diversos que passaram e passam pela instituição. Por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão e da salvaguarda do acervo histórico da instituição, o Nepec tem atuado como espaço de memória e luta contra políticas de esquecimento, silenciamento e apagamento das tantas histórias que atravessam um século de CaVG. Entre diretrizes que orientam o trabalho do Nepec podemos citar:

- I. promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão embasadas em um posicionamento ético, estético e político diante das desigualdades estruturais de classe, gênero e raça, tensionando os paradigmas hegemônicos do conhecimento científico e suas persistentes exclusões;
- II. construção de espaços de inclusão que articulem conhecimentos populares e científicos em estreita proximidade com coletividades, movimentos sociais, seus saberes, seus modos de vidas seus artefatos e suas oralidades;
- III. defesa da educação como espaço de memória e luta contra políticas de esquecimento, silenciamento e apagamento de culturas, saberes e patrimônio;
- IV. relativização da educação profissional a partir de aspectos históricos e socioculturais na busca do entendimento do trabalho numa perspectiva emancipatória e ontológica.

Em atenção às exigências do presente e, ao mesmo tempo, em um pacto com as gerações que nos antecedem, movemo-nos por uma ética de memória. Uma posição ética diante da memória diz respeito a um gesto de escuta das vozes emudecidas pela história oficial, a uma afirmação de alteridade com as gerações que nos antecederam, ao compromisso de narrar sobre todas as injustiças que ainda não foram redimidas, sobre não negligenciar os esquecimentos, os apagamentos e os protagonismos intencionalmente negados. Walter Benjamin (2005, p. 48) pergunta: “Não ressoa nas vozes a que damos ouvidos um eco das que estão, agora, caladas?” Uma posição ética diante da memória é uma elaboração do passado a partir daquilo que o presente nos exige, pois como Theodor Adorno (1995, p. 29) nos lembra: “o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo”.

Os movimentos de articulação com a categoria de assistentes sociais dos institutos federais do Brasil e, com isso, os movimentos de organização e formação coletiva, permitiram-me olhar para meu campo de atuação de forma crítica e rigorosa. Nesse sentido, foi, na problematização da minha prática, em diálogo com a coletividade na qual me inseria, que percebi o quanto era necessário o estabelecimento e a defesa de um projeto de trabalho do Serviço Social no CaVG/IFSul. Essa prática deveria organizar e publicizar ações articuladas com o projeto ético-político da profissão, o marco teórico-metodológico crítico e materialista no qual nos ancoramos e um conjunto de técnicas e de instrumentos que dessem organicidade ao compromisso do Serviço Social com a garantia de direitos e a inclusão social.

Foi nesse processo de criticidade diante de minha prática que fui abrindo espaço para me inserir no grupo que criou e consolidou o Nepec. É na articulação do meu trabalho na Coordenadoria de Assistência Estudantil com a cocoordenação do Nepec que encontro brechas para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

No entanto, o processo de luta contra as ameaças do conservadorismo na prática que venho desenvolvendo é algo contínuo e diário. Como menciono logo no início deste texto, os processos de ruptura com o conservadorismo inerente à manutenção da ordem burguesa é luta diária e constante.

Em referência a Walter Benjamin, Michael Löwy (2002) fala sobre o pessimismo revolucionário, aquele que se interpõe não em uma ação resignada diante do mundo, mas em uma desconfiança persistente diante do curso da história. Pessimistas e revolucionários/as/es, tomamos posição, preparamo-nos para nadar na contracorrente, sem certeza de vitória. A escuta das vozes do passado, das exigências do presente, não significa a crença em um triunfo certo e rápido, mas a convicção “[...] profundamente enraizada de que não se pode viver como um ser humano digno desse nome sem combater, com pertinácia e vontade inabalável, a ordem estabelecida” (Löwy, 2002, p 16).

Nadar contra as correntes dos projetos conservadores, disfarçados de progressistas, tem sido encontrar formas de repactuar com o grupo de estudantes Sem Terra com os quais cruzei logo na minha chegada no CaVG/IFSul, e com outros, outras e outres que diariamente tensionam as estruturas de exclusão e anunciam a urgência de recontar o passado, subverter o presente e inventar outros mundos. Juntas, juntos e juntas seguiremos nadando... *Estamos atentos/as/es e fortes!*

Referências

- ADORNO, Theodor. 1995. O que significa elaborar o passado. In: ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AMARELO - é tudo pra ontem. 2020. Documentário. Direção: Fred Ouro Preto. 1 vídeo (1 h 29 min). [S. l.]: Netflix.

BENJAMIN, Walter. 2005. Teses sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo.

BRASIL. 2010. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. 2013. O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios. 2013. Dissertação. Universidade Católica de Pelotas, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_1d17984af551e2e4208305ce9dc5fcef. Acesso em: 01 ago. 2023.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. 2013. Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.

COUTO, Berenice Rojas. 2009. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS. Serviço Social. Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. Revista de Educação PUC-Campinas. [S. l.], n. 20, 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/220>. Acesso em: 09 jul. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 2007. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 2013. Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaio Críticos: São Paulo.

LÖWY, Michael. 2002. A estrela da manhã. Surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

NETTO, José Paulo. 2015. Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez.

PRANDI, Reginaldo. 2001. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras.

Direito à educação em contextos de privação de liberdade: contribuições do Serviço Social no cotidiano de trabalho do Presídio Regional de Pelotas

Este trabalho tem por objetivo, a partir das experiências de trabalho como assistente social responsável pelo eixo de educação no Presídio Regional de Pelotas (PRP)¹, tecer algumas considerações acerca da política de educação para pessoas privadas de liberdade, levando em consideração as especificidades do ambiente prisional e o compromisso profissional com os princípios norteadores do projeto ético-político do Serviço Social.

Algumas problematizações aqui apresentadas foram construídas por meio de diálogos com os estudantes nos espaços de sala de aula, mediante a concepção de educação na perspectiva de educar/educere. Segundo essa teoria, Chies (2009), reconhece a pessoa privada de liberdade como copartícipe dos processos e ações nas quais estão inseridas.

1 Trata-se de um estabelecimento penal localizado no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, o qual também é sede da 5ª Região Penitenciária do Estado. Com capacidade de 382 vagas, no mês de agosto registrava população encarcerada de 749 pessoas. É destinado ao recolhimento de presos do sexo masculino condenados ao regime fechado e semiaberto, bem como provisórios e preventivos.

A estrutura deste trabalho foi sistematizada em três momentos. Primeiramente, buscou-se resgatar a historicidade do Serviço Social e sua estreita relação entre a questão social e as políticas sociais, tomando como pressuposto essa compreensão para analisar a política de educação como espaço sócio-ocupacional e de intervenção do assistente social. Foram tecidas algumas considerações acerca da função social da educação e sua relação contraditória no processo de reprodução ideológica da sociabilidade capitalista, bem como seu potencial de possibilitar a circulação de contraideologias com caráter crítico, político e emancipador.

Em um segundo momento, pretendeu-se descrever a educação em contextos de privação de liberdade, destacando as normativas nacionais e de âmbito estadual que foram sendo produzidas, ao longo dos anos, sobre educação nos estabelecimentos prisionais, com o objetivo de regulamentar, ampliar e qualificar a oferta nesses espaços. Por meio de uma análise crítica acerca das relações e especificidades assumidas nesse ambiente, pretendeu-se discutir o papel da educação articulado ao conceito de garantias de direitos no sistema penitenciário.

Por fim, abordou-se a trajetória da educação formal no PRP, demonstrando os avanços desde sua implementação até as práticas realizadas. Destacou-se o cotidiano de trabalho e a intervenção do/a assistente social sob a perspectiva do projeto ético-político profissional, as possibilidades e os desafios para a efetivação da política de educação nesse contexto.

Perspectivas do serviço social na política de educação

Para analisar a política de educação como espaço sócio-ocupacional do/a assistente social no contexto atual, é necessário resgatar

o processo histórico de construção da profissão e a sua imbricada relação com a questão social e com as políticas sociais. Nesse sentido, serviço social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, intervindo no âmbito da produção e reprodução social, tendo, na questão social, a base de sua fundação como especialização do trabalho.

Enquanto processo de legitimação do Serviço Social, é de entendimento comum que ele tem sua justificação na questão social, e suas manifestações são o principal objeto de intervenção profissional. Sob essa perspectiva, a Questão Social, para Iamamoto e Carvalho (1982, p. 77),

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

O assistente social, ao atuar diretamente nas manifestações da questão social, vai encontrar, nas políticas sociais e nos seus espaços de materialização, um dos principais campos de intervenção e inserção profissional, que, nas primeiras décadas da atuação, vai caracterizá-lo como executor dessas políticas. Ao longo dos anos, com o amadurecimento teórico, político e técnico da categoria, vai adquirindo outras dimensões, agregando a gestão, a elaboração e avaliação das políticas e programas sociais, também como parte do trabalho do assistente social (Netto, 2007).

A partir de 1980, com o processo de redemocratização no Brasil, novas condições históricas e políticas refletem-se no Serviço Social e favorecem a consolidação de um projeto ético-político profissional que é regulamentado no Código de Ética Profissional de 1993. Sendo

assim, após uma breve análise acerca do surgimento e evolução da profissão, torna-se relevante compreender que, assim como o Serviço Social, a educação institucionalizada tem o seu surgimento no processo contraditório de reprodução da sociabilidade capitalista. Conforme Nascimento (2020), é no desenvolvimento da sociedade capitalista que é reconhecida como direito social, passando a ser efetivada a partir de políticas sociais sob responsabilidade do Estado.

A educação na sociedade moderna, para Bordieu (2023), tem como função e funcionamento social a reprodução das desigualdades sociais e disseminação da ideologia burguesa. Assim, apresenta uma dupla e contraditória função: prática de liberdade/ emancipação dos indivíduos e ferramenta de controle social.

As perspectivas sócio-ocupacionais do Serviço Social, na área da educação, não devem ser analisadas sem destacar a centralidade da educação na dinâmica da vida social, sua relação ideológica e a relação intrínseca com o trabalho. Dessa forma, representa uma das expressões da questão social, espaço legítimo da atuação profissional.

Para que a atuação do assistente social na política de educação possa ocorrer em consonância com os princípios norteadores do projeto ético-político profissional, é necessário compreender a educação institucionalizada e buscar mecanismos para fortalecer uma consciência crítica, emancipatória sem perder de vista a resignificação o processo de conquista e a ampliação dos direitos sociais:

sistematizar os diálogos necessários à uma atuação crítica, competente, ética e politicamente orientada é uma tarefa que só se desenha de forma coesa se articulada aos processos também experimentados nas demais políticas sociais com os sujeitos coletivos que nela atuam (Cfess, 2012, p. 62).

No entanto, não pode ser esquecido o próprio perfil da educação, inscrita no processo de reprodução ideológica da sociabilidade

capitalista e com potencial para a construção de uma contra-hegemonia da classe trabalhadora. É o caráter contraditório que faz desse espaço um âmbito permeado por limites, desafios e possibilidades para o processo de materialização do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (Cfess, 2012).

O/a assistente social possui competências e atribuições que permitem realizar análise da realidade e construir estratégias para enfrentamento das demandas, desenvolvendo uma atuação profissional que propicie experiências humanizadoras e dignificantes na política de educação.

É da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto de competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional (Cfess, 2012, p. 50).

Assim sendo, o Serviço Social é uma profissão cujas intervenções têm caráter pedagógico, ou seja, o trabalho realizado tem uma dimensão pedagógica. Sendo assim, é produto das relações em sociedade e, ao mesmo tempo, incide sobre a própria sociedade, no campo do conhecimento, dos valores, da cultura e do conhecimento.

O projeto ético-político profissional tem como princípios fundamentais, conforme Barroco; Terra (2007), a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos. Dessa forma, contempla o pluralismo; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, da ampliação e consolidação da cidadania, visando à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; luta pela democracia, como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

A compreensão ampliada da educação afina-se com a orientação social proposta pelo projeto ético-político. Isso ocorre quando se percebe o seu potencial emancipador, propício para a construção de pensamentos contra-hegemônicos, uma vez que tal projeto defende uma educação de caráter emancipatório, pressupondo o respeito à diversidade humana.

Essa compreensão só é possível quando se percebe o significado social da educação, que incentiva o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa do ser humano. Segundo Gramsci (2004), educação não significa apenas aquisição de conhecimento, mas um posicionamento crítico e emancipatório, vislumbrando a possibilidade de circulação de contraideologias.

Educação em contexto de privação de liberdade: direito, contradições e desafios

O contexto prisional apresenta aparentes antíteses e contradições para o desenvolvimento de processos educativos. A educação busca contribuir para a plena formação e a libertação do ser humano, enquanto o encarceramento visa privar as pessoas da convivência normal e mantê-las afastadas do resto da sociedade. No entanto, ao perder sua liberdade, a pessoa presa não perde o seu direito à educação e a outros direitos humanos básicos (Ireland, 2011, p. 19).

A Constituição Federal estabelece, no artigo 205, que a educação é um direito de todos e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Ademais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394 (Brasil, 1996), a educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação básica e “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria” sendo-lhes asseguradas

“oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”

Corroborar com essas normativas a Lei de Execução Penal brasileira (Brasil, 1984) ao afirmar, no artigo 83, que “cada estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar, em suas dependências, com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”. Nesse sentido, normativas nacionais e em âmbito estadual – ressalta-se aqui o Rio Grande do Sul – foram sendo produzidas sobre educação em prisões², com o objetivo de regulamentar, ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, tanto na educação básica por meio da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), quanto na educação profissional, tecnológica e superior. Conforme afirmam Torres, Ireland e Almeida (2020, p. 5),

[...] a legislação busca a indução de relações e parcerias interinstitucionais entre os gestores estaduais e os órgãos da administração prisional nos estados, de forma que a

2 Resolução nº 2/2010 do Ministério da Educação, que estabelece diretrizes nacionais para oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos prisionais;

Lei nº 12.433/2011, a qual altera a Lei de Execuções Penais, dispondo sobre a remissão de parte do tempo de execução da pena por estudo e trabalho;

Decreto nº 7626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional;

Resolução nº 343/2018 do Conselho Estadual de Educação, que consolida normas relativas à oferta de educação de jovens e adultos (EJA), no Sistema Estadual de Ensino;

Plano Estadual de educação para pessoas presas e egressas do sistema prisional 2021-2024, Rio Grande do Sul;

Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece procedimentos e diretrizes para o reconhecimento da remissão da pena por meio de práticas educativas;

Ordem de Serviço 01/2021 do Departamento de Tratamento Penal, Susepe, que regulamenta o direito à remição da pena por meio de práticas sociais, educativas e de leitura.

educação em prisões ocorra de forma transversal, inter-setorial e ordenada.

É notório o progresso advindo da oficialização de normativas nas últimas décadas, no sentido de contribuir para a efetivação da política de educação no contexto prisional. Porém muitos são os desafios a serem enfrentados para que, de fato, se efetive a universalização da educação nesses espaços.

Ademais, deve-se considerar a precariedade do contexto prisional e a constante violação de direitos básicos e o não reconhecimento das pessoas privadas de liberdade (PPL) como sujeito de direitos. Somam-se a isso as relações de poder intrínsecas a essa realidade, portanto torna-se necessário pensar e dialogar a escola de acordo com as especificidades dos sujeitos e com as próprias contradições inerentes ao cárcere.

Segundo Chies (2009), é necessário reconhecer e atuar nos paradoxos dos ambientes prisionais, visto que a prática de uma educação emancipatória se mostra diversa a estratégia de disciplinamento e domesticação dos corpos. Assim, muitos são os desafios que envolvem a perspectiva de oferta da educação formal nos ambientes prisionais, o que envolve redimensionar essa perspectiva no sentido de enfrentar as suas vulnerabilidades.

Sendo assim torna-se necessário estimular as potencialidades dos indivíduos privados de liberdade, como sujeitos de direitos e agentes participantes do processo de educação. Nesse sentido, o Serviço Social encontra um vasto campo de atuação profissional, visto que, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político profissional, o trabalho do assistente social na Política de Educação pressupõe referência a uma educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades (Cfess, 2012).

Os espaços educativos, inseridos no sistema prisional, viabilizam o acesso a outros direitos sociais que, nesse contexto, são precários e permeados de contradições e relações de poder características dessa realidade. Assim, tornam-se um espaço rico para a atuação do assistente social, reconhecendo o princípio ético fundamental da autonomia, emancipação e plena expansão dos direitos sociais.

Mesmo que a educação, da forma como hoje se encontra materializada, não represente um caráter emancipador devido aos limites que lhe são impostos, sobretudo no âmbito prisional, ela representa a garantia e a ampliação dos direitos sociais e a materialização da emancipação política. Tal fato legitima a atuação do/a assistente social nesse contexto cheio de possibilidades e desafios.

Concorda-se com Bolorino (2012, p. 213) quando afirma que

[...] uma atuação profissional comprometida com o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social se referencia a partir de uma concepção de educação de caráter emancipador, crítico, capaz de protagonizar aos indivíduos o desenvolvimento de suas potencialidades enquanto gênero humano, uma vez que tem a liberdade como valor ético central, o respeito à diversidade humana e a emancipação dessa humanidade como horizonte a ser construído.

O direito à educação no Presídio Regional de Pelotas: desafios e possibilidades no cotidiano de trabalho do/a assistente social

No Rio Grande do Sul, mais de 60% dos presos não atingem o ensino fundamental completo, conforme dados disponíveis no Banco de Dados da Sisdepen, disponível no site da Senapen (Secretaria Nacional de Políticas Penais). Com a finalidade de buscar enfrentamentos desse quadro, o Governo do Estado tem investido em políticas

e ações, como a elaboração do “Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional: 2021-2024”, por meio da articulação de diversas instituições, no sentido de criar esforços para a ampliação da oferta de atividades educacionais.

Por meio de projetos e recursos que envolveram a participação do Conselho da Comunidade, as atividades do Neeja Nilda Margarete Stanieski, situado no interior do Presídio Regional de Pelotas, iniciaram-se em 08 de março de 2021. Devido à pandemia, as ações eram realizadas por meio de materiais impressos elaborados pelos professores e repassados às responsáveis pela área técnica do estabelecimento penal para serem entregues aos alunos, respeitando os protocolos de saúde do momento em questão. Somente no mês de novembro de 2021, é que se deu o início das aulas presenciais.

O Neeja Nilda Margarete Stanieski é uma escola que oferece aos estudantes o ensino por meio da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) em três etapas distintas e progressivas, na modalidade semestral. A organização curricular é disposta em turmas de aprendizagem, sendo duas turmas de Ensino Fundamental (séries iniciais e séries finais) e uma turma de Ensino Médio, com atividades relativas a todas as áreas do conhecimento, o que permite a necessária articulação entre elas e assegura percursos formativos diferenciados aos alunos. Cabe salientar que sua faixa etária é bem ampla, já que estão matriculados alunos dos 19 aos 65 anos; muitos se encontram afastados de atividades educacionais há um certo tempo.

Atualmente a equipe do Neeja é composta por uma diretora, uma supervisora escolar e quatro professores. Possui uma biblioteca com acervo de aproximadamente 700 livros.

A motivação para a matrícula varia: alguns se interessam pela oferta de ensino apenas pela possibilidade de remição da pena, porém

a grande maioria dos alunos que frequenta as aulas demonstra interesse em aprender. Tal fato se reflete na existência de uma lista de espera de aproximadamente 150 pessoas privadas de liberdade que têm interesse em iniciar os estudos no Neeja.

A estrutura não é adequada para o funcionamento pedagógico. A escola atualmente possui três salas de aula, sendo que somente uma foi construída para essa finalidade; as demais são antigas celas adaptadas, localizadas entre os pátios das galerias. Também não há computadores para utilização dos estudantes e professores, assim como não existe acesso à internet. Salienta-se, entretanto, que existe um projeto para ampliação das salas de aula e da estrutura da escola, que está aguardando liberação de verba da Vara de Execuções Criminais.

Apesar das dificuldades apresentadas, que são muitas e representam um desafio diário, o crescimento do número de alunos, desde a implementação do Neeja, é significativo. Segundo Boletim Técnico, realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Trabalhos e Estudos Criminais-Penitenciários (Gitep), houve um aumento de 329% de estudantes desde a sua implantação, em 2021, até junho de 2023. Isso representa, atualmente, 12% da PPL do estabelecimento prisional com acesso ao direito à educação formal. Em relação às experiências relacionadas à educação formal anteriores à implementação do Neeja, elas eram reduzidas a uma professora somente de alfabetização, com uma carga horária de oito horas semanais, e a turma que contemplava o número máximo de cinco alunos.

Em Pelotas, as ações de oferta à educação têm avançado também para o Ensino Superior. Desde o início desse semestre, três PPL do regime fechado estão cursando graduações na modalidade de Ensino a Distância na Universidade Católica de Pelotas, por meio de bolsas de estudos provenientes de uma das ações do Acordo de Cooperação entre Universidade e órgãos estatais de gestão do sistema prisional do

Rio Grande do Sul. Como destaque, salienta-se que dois dos aprovados concluíram seus estudos no Neeja.

Agregados a isso, salientam-se os projetos e ações realizadas no âmbito da educação não formal. Eles visam a inserir, nesse programa, os custodiados que ainda não conseguiram acessar a educação formal ou então que já concluíram todas as etapas de aprendizagem.

Atualmente o estabelecimento conta com duas turmas de Remissão através da Leitura, projeto de extensão realizado em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e com o Conselho da Comunidade, cujo objetivo é realizar oficinas de leitura e produção de textos. Esse projeto iniciou-se em setembro de 2022, com uma turma de 12 participantes e, em abril deste ano, houve a ampliação de mais uma turma, totalizando 24 participantes.

Também estão sendo ofertados, no âmbito da educação profissionalizante, cursos em parceria com o Senai/RS. Eles ocorrem por meio de recursos advindos de verbas pecuniárias, mediante a realização e aprovação de projetos realizados pela equipe do Serviço Social, totalizando a formação profissional de 40 custodiados.

Muito se tem avançado no sentido de oferta de educação. Atualmente, no PRP, qualquer custodiado tem a possibilidade de acessar as atividades de educação, independentemente do motivo pelo qual se encontra privado de liberdade ou do seu envolvimento com o crime organizado.

Dois mil e vinte e três é o primeiro ano em que os presos da galeria denominada “Seguro”³ têm a possibilidade de acessar o estudo formal e as práticas educativas não formais. Tal fato é de grande

3 Seguro é a galeria/cela denominada no sistema prisional para as pessoas que não são aceitas em outras galerias, via de regra pela natureza do crime. É o grupo segregado dos segregados do sistema.

relevância no sentido de garantir a universalização de direitos devido à peculiaridade desse grupo específico. No primeiro semestre, quatro apenados dessa galeria manifestaram interesse de estudar; já, neste semestre, estão matriculados 17 alunos.

Outra alternativa em que se tem focado é a da ampliação de vagas para inscrição nas provas do Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências Jovens e Adultos, o qual é realizado para a obtenção dos certificados de Ensino Fundamental e Médio. É uma possibilidade de também concluírem os estudos para aqueles que não conseguiram se matricular na escola por indisponibilidade de vagas. Este ano, foram realizadas 152 inscrições para as provas que ocorrerão em outubro, o que representa uma média de 20% da população carcerária.

Dentro da perspectiva apresentada, qual a relevância do trabalho do/a assistente social para a efetivação da política de educação nesse contexto?

Primeiramente, o trabalho do/a assistente social partilha da compreensão de que a sala de aula é um espaço de acesso à garantia de outros direitos sociais. Busca-se, assim, a realização de projetos integrados com a escola, no sentido de aproximar a realidade institucional da escola; de aproximar a escola das pessoas privadas de liberdade e do convívio com seus familiares e também dos demais profissionais que atuam nesse espaço. Nesse sentido, concorda-se com De Maeyer (2016, p. 49) quando afirma que

a educação na prisão não é a educação de prisioneiros, mas a educação permanente de todos aqueles que têm alguma ligação com a prisão [...] é o conjunto dos atores que deve estar envolvido pelo que se denomina educação na prisão. A educação que será feita por todos e não apenas pelos educadores.

O cotidiano de trabalho do/a assistente social na política de educação prisional está pautado em uma intervenção que visa à garantia da universalização do acesso e da permanência nesse espaço. Além disso, preocupa-se com a qualidade dos serviços prestados e com o reconhecimento e garantia dos direitos sociais, em conformidade com os princípios norteadores do projeto ético-político profissional.

Dada a especificidade do ambiente prisional, torna-se importante desenvolver ações envolvendo os diversos grupos que atuam nesse espaço (professores, presos, policiais penais, etc.). Elas são pautadas no princípio de que a escola não tem como objetivo em si a reintegração social ou ressocialização, mas é considerada direito de todos e uma escolha individual, já que não é pautada nas relações de força (respeitando o princípio da liberdade). É importante ter em vista que o trabalho a ser desenvolvido tem o objetivo de ofertar essa possibilidade, de fazer com que o sistema não seja o entrave para esse acesso.

Abaixo, foram sistematizadas algumas das atividades construídas pelo/a assistente social ao longo desse percurso:

Quadro 1 - Sistematização das atividades técnicas no setor de educação do PRP

O fazer profissional acontece na vivência desse processo, uma vez que se apropria desse espaço de trabalho, sensibilizando-o, já que ele é permeado pelas suas contraditoriedades de controle social, relações de poder e pelo não reconhecimento das PPL como sujeitos de direitos. Nesse sentido, a finalidade da escola é ser um espaço que proporcione experiências positivas no contexto do aprisionamento,

minimizando os efeitos negativos do cárcere, tornando-se um espaço de aproximação, de humanização, de dignidade da pessoa humana. Busca-se, dessa forma, “motivar essas pessoas a ponto de verem na

Ação:	Finalidade:
Diálogos com os alunos em sala de aula	Escuta, articulação com a rede de garantia de direitos, identificação das dificuldades/necessidades a fim de aproximá-los da visão que se entende na perspectiva de educação/educere.
Encontros com a equipe diretiva da escola	Interlocução entre a instituição, escola e professores, repasse de demandas.
Articulação com a comissão de coletivos familiares	Inserção da família na dinâmica escolar mesmo com as particularidades do ambiente prisional. Repasse de informações e orientações sobre o processo educativo.
Encontros mensais com os alunos identificados como infrequentes	Conscientização para os estudos e promoção de maior aderência às aulas, além da verificação dos motivos que levam os alunos a faltarem às aulas, preservando o princípio de liberdade de escolha.
Mediação e acompanhamento dos alunos contemplados com bolsas de estudo de Ensino Superior, na modalidade EAD	Interlocução entre instituição, alunos e universidade devido aos limites institucionais e especificidades do encarceramento. Espaço de troca de experiências, escuta e aproximação com o meio acadêmico,

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

educação uma possibilidade de emancipação ainda na condição de encarceradas” (Onofre, 2015, p. 249).

Assim, o/a assistente social desenvolve sua intervenção por meio de ações, projetos, intervenções dentro da sua especificidade técnico-operativa, compartilhando de um trabalho coletivo (dimensão ético-política) na busca da construção de uma política de educação que possa reconhecer, de forma prática, a autonomia, a emancipação e a plena expansão das pessoas privadas de liberdade. Conforme é bem colocado por Onofre (2015, p. 241), o grande desafio é “encontrar caminhos para o desenvolvimento de uma educação emancipadora em um espaço historicamente marcado pela cultura da opressão e marcado por contradições”.

Apesar da gestão motivada pelo sucesso da implementação da política de educação, existem os desafios devido aos tensionamentos entre visões entre a função de punir e o acesso a direitos. Tal fato denota a importância de uma dinâmica colaborativa nos diferentes grupos que compõem o espaço prisional, pensando cotidianamente em uma prática que se qualifique ao longo do processo.

Constituiu-se o objetivo principal deste trabalho compreender os avanços conquistados e os desafios a serem enfrentados na efetivação do direito à educação em contextos de privação de liberdade. Buscou-se, também, tratar da contribuição do Serviço Social na perspectiva de enfrentamento das vulnerabilidades e garantias de direitos, a partir da experiência como assistente social responsável pelo eixo de educação no Presídio Regional de Pelotas.

Para atingir esse propósito, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do processo histórico de legitimação do Serviço Social e a consolidação da política de educação como espaço sócio-ocupacional do/a assistente social. Além disso, foi feita uma análise crítica acerca

do papel da educação institucionalizada na reprodução ideológica da sociabilidade capitalista e as potencialidades de circulação de uma contraideologia de caráter crítico, político e emancipador. Buscou-se, ainda, analisar as relações e peculiaridades assumidas do sistema prisional e as contradições dentro de uma lógica punitiva de se estabelecer políticas com perspectivas emancipatórias no âmbito da educação.

Foi possível verificar os avanços decorrentes da implementação do Neeja no PRP e a importância do trabalho do/a assistente social, sob a perspectiva do projeto ético-político profissional, na efetivação e ampliação dos direitos sociais, por meio da sistematização de ações e de um trabalho articulado com todos os segmentos envolvidos. Assim, compreendeu-se que a educação deve ser pensada e feita por todos e que os alunos são coautores nesse processo.

Reafirmando o que indica Iamamoto (2010), o projeto ético-político é um desafio, não uma impossibilidade. Dessa forma, a pesquisa revela a necessidade de pensar e repensar práticas que qualifiquem a política de educação nos espaços prisionais em uma perspectiva humano-dignificante, não tensionada através de relações de força, mas que reconheça as pessoas privadas de liberdade como sujeitos de direitos, a fim de promover uma consciência crítica e emancipatória mesmo na condição de privação de liberdade.

Referências

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Silvia Helena. 2007. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social (org). São Paulo: Cortez.

BRASIL. 1984. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 10227, 13 jul. 1984. Seção 14.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL 1996. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Seção 1.

BOLORINO, Eliana. 2012. Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Unesp.

BORDIEU, Pierre. 2023. Escritos de Educação. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. 2009. De boas intenções o inferno está cheio: reflexões sobre a educação formal nos ambientes prisionais. Política Social: temas em debate. Pelotas: Educat.

BOLETIM TÉCNICO. 2023. Educação formal de pessoas privadas de liberdade: aumento de 329% no Presídio Regional de Pelotas. Pelotas.

CONSELHO Federal de Serviço Social. 2012. Subsídios para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília. CFESS.

DE MAYER, Marc. 2006. Aprender e desaprender. In: Brasil. Educando para a Liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça. p. 43-57

GRAMSCI, Antônio. 2004. Cadernos do Cárcere. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. 1982. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 2010. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez.

IRELAND, Timothy T. 2011. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. Em Aberto. v. 24, n. 86, p. 19-39. Brasília. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.24i86.%25p>. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714>. Acesso em: 15 ago. 2023.

NASCIMENTO, Andréia Lucena de Gois. 2020. Serviço Social e educação: uma análise sob a perspectiva do projeto ético-político profissional. Curitiba. CRV.

NETTO, José Paulo. 2007. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. 2015. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Revista Cedes, v.35, n. 96, p. 239-255. Campinas.

TORRES, Eli Narciso da Silva; IRELAND, Timothy Denis; ALMEIDA, Susan Ines de. 2021. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. Revista Eletrônica de Educação. v. 15, p. 1-18, jan./ dez. DOI: 10.14244/198271994696. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4696>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SISDEPEN. Base de Dados do SISDEPEN. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados>. Acesso em: 29 jul. 2024. SENAPEN (Secretaria Nacional dos Serviços Penitenciários). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ciclo 14/2023.

Relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social e iniciação científica como espaços de formação profissional e construção do projeto ético-político

Introdução

A formação profissional é considerada um dos pilares do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Tal projeto é orientado por princípios e diretrizes que se desdobram no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que Regulamenta a Profissão de Serviço Social, bem como na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, que são reafirmados pelas entidades representantes da categoria¹ (Iamamoto, 1998). Em vista disso, o estágio supervisionado em Serviço Social está inserido no processo de formação, devendo contribuir para o desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, reiterando o compromisso da formação com o código de ética profissional. Nesse sentido, a iniciação científica, como metodologia de pesquisa, possibilita vivenciar experiências complementares às do estágio, contribuindo para o alargamento dessas competências.

1 Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); Conselho Federal de Serviço Social (Cfess); Conselho Regional de Serviço Social (Cress); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

É nessa perspectiva que buscamos refletir sobre a importância da integração entre o trabalho profissional, o ensino e a pesquisa na área de Serviço Social, sob a perspectiva do projeto ético-político profissional. Em um primeiro momento, pretende-se trazer reflexões acerca da experiência de pesquisa e estágio supervisionado em Serviço Social na política urbana e habitacional. Posteriormente são apresentadas essas perspectivas a partir de estágio supervisionado na área da saúde. Os relatos apresentados são resultado das vivências de estudantes de Serviço Social no campo de atuação em política habitacional e na política de saúde no município de Pelotas, bem como a participação desses/as estudantes em programa de iniciação científica na Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Política urbana e habitacional como campo de pesquisa e de estágio supervisionado em Serviço Social

O presente relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social busca apresentar reflexões sobre a política urbana e habitacional como campo de estágio e de atuação do/a assistente social. Para tanto, articula as demandas do mercado de trabalho ao projeto ético-político da profissão, que orienta a formação e o exercício profissional, bem como as contribuições da iniciação científica como modalidade de pesquisa, no processo de construção de uma atuação crítica, comprometida com os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social. O estágio supervisionado em Serviço Social foi realizado na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Pelotas (SHRF), no setor de regularização fundiária, sob a supervisão de campo de assistente social do departamento, síncrono à experiência de participação na pesquisa intitulada “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: o planejamento urbanístico em questão” desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisa em

Questão Agrária, Urbana e Ambiental /Observatório de Conflitos da Cidade da Universidade Católica de Pelotas – UCPel.

No estágio supervisionado em Serviço Social, a metodologia utilizada é a observação do trabalho do/a assistente social e do espaço sócio-ocupacional, para que seja possível uma análise e caracterização do campo como executor de políticas públicas. A dimensão ético-política da profissão depara-se com a contradição de estar inserida em um espaço de projetos societários² em disputa, exigindo um processo de formação voltado para a construção de alternativas e estratégias comprometidas com a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A atuação do/a assistente social na política urbana e habitacional enfrenta diversas demandas e desafios para a efetivação do direito à moradia que, para além do morar, deve considerar as diferentes formas de habitar a cidade. Nesse sentido, torna-se indispensável pensar a política habitacional de forma abrangente, em todas as suas dimensões, tendo em vista que a problemática habitacional é atravessada por outras expressões da questão social, exigindo do/a profissional senso crítico ao propor ações que contribuam com a mudança da realidade social atuando na defesa dos direitos humanos e da cidadania.

As demandas oriundas da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária dão início ao trabalho do/a assistente social inserido nesse espaço sócio-ocupacional. Inicialmente, essas demandas estão relacionadas diretamente à questão habitacional, entretanto é fundamental uma compreensão mais ampla da realidade dos sujeitos, como parte

2 “Os projetos societários são aqueles que apresentam uma imagem da sociedade que se quer construir, que contam com determinados valores para justificar sua construção e meios para concretizá-la. São projetos coletivos, onde suas propostas são voltadas para o conjunto da sociedade. Porém, há concorrência entre diferentes projetos societários e, na realidade em que vivemos, os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contam sempre com condições menos favoráveis diante dos projetos das classes possuidoras e dominantes” (Paulo Netto, 1999, p. 4 citado por Barros, 2021, p. 40).

do sistema capitalista que produz as desigualdades e as expressões múltiplas da questão social. Segundo Iamamoto (1998),

os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (Iamamoto, 1998, p. 28).

O estágio e a iniciação científica proporcionam a experiência de estar em campo, porém em posições distintas – como estagiária e pesquisadora de instituição pública e universidade – o que faz essas experiências se darem de forma diferente e complementar uma à outra. Essa ida a campo traz a dimensão investigativa e teórico-metodológica da profissão, ao permitir uma aproximação com a realidade dos sujeitos, com as estratégias de resistência e de luta, além das diversas formas de organização coletiva. Para tanto, faz-se uso da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, realizando visitas domiciliares, cadastro social, entrevistas, relatórios sociais, mobilização de comunidades, observação, entre outros procedimentos. Destaca-se a importância do diário de campo, instrumento que permite o registro de informações que posteriormente serão interpretadas pelo/a estagiário/a, pesquisador/a e/ou profissional, permitindo-lhe uma intervenção qualificada comprometida com os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social.

Iamamoto (1998) destaca a importância do domínio teórico-metodológico, capaz de investigar as dinâmicas sociais para a compreensão das problemáticas que fazem parte do cotidiano profissional do/a assistente social, associado à capacidade técnico-operativa para

buscar propostas de trabalho criativas na busca da efetivação dos direitos. O estágio supervisionado e a iniciação científica têm esta tarefa: possibilitar experiências ao/a estudante para ampliar a visão e as possibilidades da formação, desenvolvendo, assim, as competências profissionais, pois a atuação “ao se deslocar dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos poderá derivar em mero tecnicismo” (Iamamoto, 1998, p. 55). O Cfess corrobora essas colocações quando afirma:

Esta concepção incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação do/a assistente social, deva superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer (Cfess, s.d., p. 6).

Nesse sentido, a pesquisa se insere na dimensão investigativa da profissão que em conjunto com o espírito indagativo afirmam-se como condições essenciais para o exercício profissional do/a assistente social, possibilitando conhecer e decifrar o ser social, considerando as diferentes formas de existência e de expressão cultural, social e política. Isso viabiliza a elaboração de trabalhos e intervenções subsidiados por dados e estatísticas, materializando, assim, os princípios ético-políticos, orientadores do projeto profissional (Iamamoto, 1998). Essa dimensão investigativa proporciona também que o profissional seja capaz de acompanhar as políticas públicas implementadas, para avaliação de sua efetivação e possibilidade de reformulação, bem como a elaboração de propostas de novas políticas que venham a contribuir com mudanças reais na sociedade.

O Código de Ética do/a Assistente Social dispõe também sobre as condições de trabalho do/a profissional e sua relação com as instituições empregadoras, destacando a importância de o ambiente de trabalho oferecer condições propícias para garantir a qualidade do exercício profissional e dos serviços prestados ao usuário, porém

nem sempre o local de trabalho oferece condições éticas técnicas do exercício profissional do assistente social³, para garantir o direito à privacidade e a intimidade dos usuários. Outro aspecto importante é o fato de o/a profissional ver-se sobrecarregado de atividades e demandas, o que se torna, muitas vezes, um obstáculo para o trabalho do assistente social, já que pode comprometer a qualidade do serviço oferecido. Nesse contexto, tornar os espaços de trabalho, como no caso da SHRE, espaços efetivamente públicos, com abrangência no acesso do usuário, torna-se um desafio para o/a profissional (Iamamoto, 1998), especialmente em um contexto de precarização do trabalho do/a assistente social, que acaba por sofrer influência como um todo, em um momento de avanço do pensamento neoliberal.

É importante destacar que o projeto ético-político do Serviço Social tem a liberdade como valor ético central, portanto a atuação profissional deve ser direcionada para criar estratégias que contribuam com a emancipação dos sujeitos reafirmando os princípios democráticos para promoção da cidadania (Brasil, 1993). Para tanto, torna-se imprescindível considerar que a defesa de um direito – no caso apresentado aqui, o direito à habitação – deve ser articulado com outras políticas públicas, para a garantia dos direitos sociais de maneira efetiva, e, para tanto, o trabalho do/a assistente social é fundamental nesse processo.

Mesmo diante das restrições impostas pela conjuntura política e econômica, os/as profissionais em formação devem se esforçar para encontrar alternativas e possibilidades que contribuam para a transformação social. Para Iamamoto (1998), o desafio de buscar alternativas e de traçar horizontes para a formulação de propostas que enfrentam a questão social é uma tarefa complexa, porém vital.

3 Brasil. Resolução Cress nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006 - Ementa: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

Isso exige pensar além das abordagens tradicionais e considerar estratégias inovadoras que possam mitigar os impactos negativos das políticas conservadoras e da crise do capital.

Diante do exposto, tornam-se basilares as experiências de pesquisa e de estágio supervisionado para a formação profissional dos/as estudantes, pois torna possível refletir sobre as intervenções e encaminhamentos realizados através de trocas com o/a supervisor/a, orientador/a e colegas, considerando a complexidade do cenário em que a atuação ocorre. E, nesse contexto, a pesquisa se insere como processo de construção de uma fundamentação teórico-metodológica sólida em direção ao projeto ético-político profissional.

O agir profissional do assistente social na área da saúde e o projeto ético-político

O assistente social tem o compromisso de atuar em defesa da classe trabalhadora, contribuindo com a luta por uma sociedade justa e igualitária, com oportunidades para todas e todos, utilizando-se das políticas públicas como ferramentas de combate às desigualdades oriundas do sistema capitalista vigente. Assim, a elaboração deste texto deu-se mediante a observação do estágio obrigatório no Hospital Universitário São Francisco de Paula – Universidade Católica de Pelotas (HUSFP/UCPel), onde diariamente se lida com inúmeras manifestações da questão social e de violações de direitos. Dessa forma, foi possível acompanhar a atuação do assistente social na referida instituição, bem como os desafios e as demandas desse profissional no setor da saúde, discorrendo sobre a trajetória do Serviço Social até a atualidade.

Nos últimos 30 anos, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de reconceituação, rompendo com sua origem, marcada

por práticas policiais e segregacionistas, que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades no país. Com o intuito de indicar as transformações que se deram ao longo da trajetória da profissão, parte-se, então, da gênese do Serviço Social que, na década de 30, surge no país vinculada à Igreja Católica, mais precisamente no ano de 1936, ano em que a Escola de Serviço Social de São Paulo foi criada no Brasil. Nesse período, o agir do profissional era permeado por práticas que refletiam o conservadorismo da época, de caráter assistencialista, que culpabilizava os sujeitos por sua condição social, imagem que, ainda hoje, é atribuída ao Serviço Social por muitas pessoas nos diferentes campos de atuação do assistente social. Neste sentido, Yazbek (2009, p. 5) destaca:

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à questão social. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

Sendo assim, podemos observar alguns movimentos importantes que contribuíram para que o Serviço Social rompesse com o caráter conservador, ligado à Igreja Católica. Um desses movimentos foi o Congresso da Virada⁴, considerado o marco de renovação da profissão, que assume, então, o compromisso com a classe trabalhadora, opondo-se à ideologia e aos valores burgueses. O congresso ocorreu

4 Disponível em: <<http://www.cress16.org.br/noticias/40-anos-do-congresso-da-virada-1979>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

no ano de 1979, durante o período da ditadura militar, algo simbólico que demonstra a luta dessas pessoas que construíram um espaço de resistência coletiva contra a ditadura, tornando-se de suma importância para a constituição do projeto ético-político (PEP) da profissão como o conhecemos hoje.

O assistente social é um profissional que atua nas diversas áreas da sociedade, tendo sua prática guiada pelo mesmo projeto ético-político, independentemente do campo de atuação ao qual está vinculado. Esse profissional se depara com uma série de desafios, pois está inserido em um espaço de interesses antagônicos, entre a classe trabalhadora e o capital, em que se manifesta a contradição entre o aumento da precarização das condições de vida dos trabalhadores, ao passo que as políticas sociais sofrem retrocessos.

Embora a profissão tenha passado pelo processo de reconceitualização, desvincilhando-se da Igreja Católica e deixando de reproduzir práticas conservadoras, no Brasil ainda existem instituições vinculadas à Igreja, como escolas, instituições beneficentes e instituições de saúde, que contam com assistentes sociais em suas equipes. Nesse contexto, surge o debate referente à profissão nessas instituições e sua autonomia nesses espaços e sobre o modo como se caracteriza a abordagem desse profissional em um hospital vinculado à Igreja Católica. São essas questões que este texto propõe-se a discutir, a partir da experiência de estágio obrigatório em Serviço Social.

Diariamente, no âmbito hospitalar, em que podemos observar acadêmicos de Serviço Social atuando no estágio obrigatório, é que o assistente social, muitas vezes, elabora um projeto que enfrenta uma série de obstáculos para a sua execução, desde sua aprovação pela gestão, pois é atravessado por interesses em disputa. O projeto acaba não saindo do papel, fazendo o assistente social passar a não se sentir ouvido naquela instituição, o que prejudica principalmente o dia a

dia do usuário que seria diretamente beneficiado pelas propostas e estratégias criadas pelo profissional.

Vale pontuar também que algumas instituições valorizam os projetos elaborados pelo assistente social com a contribuição de outros profissionais da saúde, como médicos, ao passo que desvalorizam as propostas criadas somente pelo profissional de Serviço Social. Outro ponto importante é o fato de o profissional ser requisitado a atuar em tarefas que não são de sua responsabilidade, ou que não deveriam caracterizar o trabalho do assistente social na instituição, como a doação de fraldas e outros itens recebidos pelo hospital para serem disponibilizados aos usuários. Isso cria a imagem de que o profissional desenvolve ações caritativas.

O profissional de Serviço Social, em algumas ocasiões, também é considerado pela equipe de saúde como uma espécie de polícia hospitalar; quando, por exemplo, enfermeiros ou médicos relatam algum caso em que o usuário esteja fazendo algo que prejudicará seu quadro clínico, atribuindo ao profissional caráter punitivista e de fiscalização. Fatos como esse fazem os próprios usuários da instituição criarem essa ideia equivocada, entrando no setor de serviço social com uma postura muitas vezes defensiva, talvez por também associarem o assistente social a uma profissão conservadora como era antigamente, portanto é dever do assistente social, em seu dia a dia, romper esse estigma. O termo de orientação (Cfess, 2017) diz o seguinte:

Caso seja convocado/a para participar profissionalmente de ações repressivas e violadoras dos mais elementares direitos humanos (como aconteceu na Cracolândia), recomendamos que fundamente suas negativas por escrito, a partir de vários dos princípios e artigos constantes no Código de Ética Profissional e em demais normativas da profissão! Se a sua chefia/coordenação não aceitar sua argumentação, acione a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do seu CRESS para oferecer denúncia em defesa das prerrogativas profissionais! É dever ético-político

da categoria denunciar casos de violação de direitos humanos. Articulado/a com outros/as profissionais da equipe, procure órgãos como os Conselhos de Direitos, a Defensoria Pública, Ministério Público, entre outros! (Cfess, 2017).

Esses são alguns dos vários problemas com que o assistente social na área da saúde lida, que certamente também ocorrem com os que atuam em outras áreas. Dito isso, é evidente a importância do fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social na prática profissional, além da criação de espaços de debate, difusão e valorização do PEP, em cada evento, seminário, encontro ou rodas de conversas entre assistentes sociais e demais setores da sociedade. Afinal a sociedade civil precisa entender o papel desses profissionais na luta da classe trabalhadora pela construção de uma sociedade justa e igualitária.

Considerações Finais

Mesmo orientado pelo Código de Ética e pelo projeto ético-político, o assistente social ainda é alvo de pressões dentro do ambiente de trabalho tanto público quanto privado, já que, muitas vezes, ele fica limitado a agir conforme as restrições impostas pelas instituições, seja no campo da habitação, da saúde, seja nos demais espaços em que o profissional atua. Tal situação acontece, por exemplo, quando as condições físicas do local fazem com que o atendimento do assistente social acabe por expor um usuário, pelo simples fato de o setor não dispor de uma sala que lhe permita manifestar a realidade pela qual esteja passando naquele momento. Isso pode levar o usuário a omitir informações necessárias, devido ao constrangimento que sente ao imaginar que pode ser julgado por outras pessoas presentes na sala, o que prejudica o atendimento daquela determinada pessoa, que não tem sua privacidade respeitada, comprometendo a qualidade do serviço oferecido e a efetivação dos direitos desse usuário.

Cabe ressaltar que o profissional assistente social também pode sofrer com sobrecarga de atividades, além do desvio de função, já que lhe são atribuídas tarefas que não são responsabilidade desse profissional. Nesse sentido, é dever de todos os entes envolvidos na área fazer com que se cumpram e cada vez mais se fortaleçam o projeto ético-político do Serviço Social e o Código de Ética Profissional.

Referências

BARROS, Rafaela Da Silva. 2021. Diversa, mas não controversa [manuscrito]: considerações acerca do papel dos assistentes sociais na política de assistência estudantil da UFOP e o projeto ético-político profissional como laço que unifica teoria e prática. / Rafaela Da Silva Barros. 103 f. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3472/6/MONO-GRAFIA_DiversaN%C3%A3oControversa.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. 1993. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. 2006. Resolução CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 4 de ago. 2023.

CFESS. Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, s.d. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 1998. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 1998. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª Ed. São Paulo: Cortez.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. 2011. Serviço Social & Sociedade, n. 107, p. 420-437.

Termo de orientação 17. CRESS, 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CARTILHA-CRESS_2a-edicao-2019_web.pdf&ved=2ahUKEwjL_ZK2z9KAAXXuupUCHaloC6EQ-FnoECEUQAQ&usg=AOvVaw2alBxPvrjsHQNw8RL7XkvB>. Acesso em: 10. Ago. 2023.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS-66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

A contribuição do trabalho em Serviço Social na adoção de crianças maiores e de adolescentes: reflexões a partir da doutrina da proteção integral

A todas as crianças e adolescentes com os quais trabalho, a vocês dedico não apenas o texto escrito, mas minha prática cotidiana no Juizado da Infância e Juventude. Em especial, à adolescente L.V.S.P (in memorian).

*Família, um sonho ter uma família
Família, um sonho de todo dia [...]
Vou aliviar a dor e não perder
As crianças de vista, crianças de vista
(o Rappa)*

O presente texto tem por objetivo demonstrar de que modo o trabalho de assistentes sociais, inseridos nas equipes técnicas do Poder Judiciário, pode contribuir para a efetivação da adoção de crianças maiores e de adolescentes. Para tanto, considera-se a adoção como um direito de cidadania, o direito de crianças e adolescentes que não puderam mais permanecer em suas famílias naturais e/ou extensas, de continuarem a usufruir do direito ao convívio familiar.

Sob essa perspectiva, ancorada na doutrina de proteção integral, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, entende-se que as crianças e adolescentes passam a ser considerados prioridade absoluta nos processos de filiação, o que requer uma mudança paradigmática na forma como a adoção, até então, era compreendida.

Isso ocorre porque se muda a concepção do que seja o instituto da adoção, tendo em vista a necessidade de criança e do adolescente viverem em família e, não mais, a busca de crianças para as famílias que não têm, ou não puderam gerar seus filhos biológicos. Natalio (2001, p. 38) destaca que “não se trata mais de dar uma criança ao casal, mas de dar pais a uma criança”.

Conforme é previsto no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. A adoção é uma das formas de inserção em família substituta, quando esgotadas as possibilidades de que a família natural e/ou extensa, possa receber novamente a criança ou adolescente sob seus cuidados.

Do mesmo modo, outro instrumento político normativo que assegura o direito ao convívio familiar e comunitário é o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar (Brasil, 2006) o qual refere que a adoção, na perspectiva da doutrina de proteção integral,

[...] visa ultrapassar o foco predominante no interesse do adulto para alcançar a dimensão da garantia de direitos de crianças e adolescentes que aguardam colocação em adoção, mas, por circunstâncias diversas, têm sido preteridos pelos adotantes – grupos de irmãos, crianças maiores e adolescentes, com deficiência, com necessidades específicas de saúde, afrodescendentes, pertencentes a minorias étnicas e outros (Brasil, 2006, p. 44).

No que se refere ao Serviço Social e à sua participação nos processos de adoção, é importante reportar que a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário, que remete à década de 1930 (Fávero, 2021), e seu significado sócio-histórico nessa instituição estão vinculados ao período da doutrina de situação irregular. Trata-se de um período

histórico de tratamento tutelar, em que o código vigente à época não abrangia a totalidade de crianças e adolescentes, propondo-se medidas de controle e punição àqueles considerados “*delinquentes e/ou carentes*”.

O Serviço Social inicia seu trabalho na área judiciária nos primeiros anos da institucionalização da profissão no Brasil, a partir de requisições relacionadas à infância e juventude e suas famílias, e sustentadas no viés de controle e disciplinamento ditado pelo Código de Menores de 1927 (Fávero, 2021, p. 36).

Desde então, as alterações que foram sendo tensionadas na concepção de intervenção por parte do Serviço Social no Poder Judiciário acompanharam o próprio movimento da história da sociedade brasileira e a história da profissão, uma vez que é, a partir dos anos de 1970 e 1980, que a profissão passa a assumir uma vertente crítica,

[...]iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político (Netto, 1999, p. 01).

A partir da década de 1980, com a redemocratização da sociedade brasileira e com o movimento constituinte, cujo papel dos movimentos sociais na luta por direitos reverberou na própria formulação da Constituição Federal de 1988, houve mudanças significativas nos marcos legais de proteção à infância e juventude, como a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E, em relação ao Serviço Social, é oportuno destacar a construção de um projeto que tem

[...] em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (Netto, 1999, p. 15).

Em interface à perspectiva da Doutrina de Proteção Integral, o Serviço Social como profissão (regulamentado pela Lei de nº 8.662, de 07 de junho de 1993) faz parte das equipes técnicas e interprofissionais que compõem o Poder Judiciário, em especial, os Juizados da Infância e Juventude, conforme é preconizado pelo ECA (Brasil, 1990), em seu artigo 51, o qual dispõe que

compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

No que tange à matéria da adoção, o trabalho de assistentes sociais ocorre em diferentes momentos, compreendendo desde a elaboração de estudo social em processos de destituição do poder familiar (os quais antecedem a adoção), até processos de habilitação de pretendentes à adoção. Também abrange a preparação das crianças e adolescentes para a adoção, avançando-se para a aproximação junto ao novo grupo familiar, o estágio de convivência e a efetivação da adoção.

[...] nos processos de adoção o compromisso ético-profissional do assistente social é com a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, buscando sempre o melhor interesse para a criança e o adolescente. Nessa perspectiva, observamos que o trabalho profissional do assistente social não se limita à socialização de

informações acerca da adoção, mas vai além, atuando na perspectiva de contribuir para a ampliação da concepção de adoção e da quebra dos mitos que perpassam esse processo (Queiroz; Brito, 2013, p. 62).

De modo a desenvolver o presente tema, o estudo apresentado foi construído com base na revisão bibliográfica acerca de referenciais teóricos da área de Serviço Social, assim como de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Do mesmo modo, utiliza-se a análise documental acerca das legislações e demais instrumentos normativos que versam sobre o tema, como o ECA (1990), as alterações legais sobre o instituto da adoção (2009 e 2017) e o PNCFC (2006).

A adoção de crianças maiores e de adolescentes na perspectiva da proteção integral

*Eu vi um menino correndo
Eu vi o tempo brincando ao redor
Do caminho daquele menino
(Roberto Carlos)*

A história da adoção, em especial no Brasil, é marcada pela perspectiva dos interesses das pessoas adultas em detrimento das crianças e adolescentes. Desde a roda dos expostos, o objetivo de quem procurava uma criança para ser inserida em sua família era o de atender a anseios próprios: fosse pela impossibilidade na filiação biológica; fosse pela falta de companhia na vida adulta; assim como pela inserção no lar de uma criança maior que pudesse realizar tarefas do âmbito doméstico. Ainda, em outras situações, “[...] com o objetivo de fazer caridade com crianças pobres e necessitadas. Essas condições podiam implicar uma posição diferente da desejada para os adotados; um lugar de substituto ou de compaixão” (Pelissoli, 2020, p. 36).

Como já foi apresentado na introdução, na sociedade brasileira foi, a partir do movimento constituinte e com o advento do ECA, no ano de 1990, que crianças e adolescentes foram elevados à condição de sujeitos de direitos. A legislação passou a referendar os interesses de crianças e adolescentes como centrais em quaisquer ações e políticas voltadas a tal segmento populacional. Inaugura-se uma “[...] outra forma de ver as relações da família, da sociedade e do Estado com as crianças e adolescentes. Tal forma de ver, de sentir e de tratar a infância e a adolescência tem sido considerada uma mudança paradigmática” (Konzen, 2019, p. 1).

Em relação à adoção, a mudança paradigmática implicou o reconhecimento de que ela deve estar centrada nos superiores interesses das crianças e adolescentes, invertendo-se a lógica estabelecida até então. Tal mudança pressupõe que, na condição de sujeitos de direitos, por não poderem ter permanecido convivendo com suas famílias naturais e/ou extensa, por motivos desencadeadores da perda do poder familiar, continuarão signatárias do direito à convivência familiar. Ou seja, a adoção passa a atender ao direito da criança e do adolescente de ter uma família, seu direito ao pertencimento afetivo e o reconhecimento de suas necessidades sociais e emocionais como pessoas em desenvolvimento:

(...) a garantia da convivência familiar passou a integrar a pauta dos interesses protegidos de crianças e adolescentes. Por isso, não é só a família que tem especial proteção do Estado, mas a convivência familiar passou para a condição de direito humano fundamental de toda criança e adolescente (Konzen, 2015, p. 113, grifos nossos).

Como uma das formas de se efetivar o direito humano de convivência familiar, a adoção é um ato irrevogável, uma vez que confere ao sujeito adotado a condição de filho. Na legislação atual, e dentro dos princípios que norteiam a proteção integral, trata-se de ato constitutivo de uma família, logo não são permitidas distinções em relação a

outras formas de filiação. Sampaio, *et al.* (2020, p. 2) identifica que, na atualidade, “o movimento de incentivo à adoção, como uma via para a parentalidade e filiação, tem sido cada vez mais bem-sucedido dentre as medidas para viabilizar o direito da criança ou do adolescente de pertencer a uma família”.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento¹, existe uma estimativa de que, entre o total de crianças e adolescentes acolhidos, 5.040 fazem parte dos que estão aptos para serem adotados, e, por outro lado, existem mais de 36 mil pessoas habilitadas para adoção no Brasil. Contudo, as pessoas que se habilitam para adoção, em geral, têm preferência por adotarem crianças pequenas, configurando o que se pode chamar de adoções no período da primeira infância, entre zero e seis anos. Do total de 5.040 crianças e adolescentes que estão acolhidos e à espera de uma família, 83% possuem mais de 10 anos de idade.

Além disso, as preferências de pessoas que se habilitam para adoção envolvem outros aspectos, como a cor de pele/etnia, sexo, número de irmãos e questões de saúde. À medida que tais exigências são colocadas, muitas crianças e adolescentes acabam sendo preteridos por não possuírem as características elencadas pelas famílias habilitadas. Essa diferença, entre o perfil pretendido pelas famílias e o perfil das crianças e adolescentes que precisam ser adotados, faz com que haja mais famílias habilitadas do que crianças e adolescentes para serem adotados.

As adoções que ocorrem fora do período de desenvolvimento da primeira infância, assim como adoções de grupos de irmãos, adoções interracialis e adoções de crianças com necessidades de saúde são designadas como adoções necessárias. Isso acontece porque irão demandar maior atenção e necessidade de intervenções por parte das

1 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/22/dia-da-adocao-brasil-tem-34-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigos>. Acesso em: 05 ago. 2023.

equipes interprofissionais, assim como a construção de habilidades parentais (por parte das famílias) direcionadas às diferentes necessidades apresentadas pelas crianças e adolescentes que vivenciam tais realidades.

Tendo por base essas informações, existe o que se pode chamar de um descompasso entre as necessidades das crianças e adolescentes em relação às demandas dos adultos que se habilitam à adoção, o que requer um trabalho técnico, por parte tanto de assistentes sociais quanto dos demais profissionais que integram as equipes de apoio do Juizado da Infância e Juventude, direcionado à desmistificação de que existiriam crianças e adolescentes não aptos à adoção. Acerca da adoção de crianças maiores e de adolescentes, que também é denominada de adoção tardia, pode-se afirmar que “o descompasso entre a demanda das crianças e dos pretendentes exige intenso trabalho de conscientização e desmistificação” (Sampaio *et al.*, 2020, p. 3).

Desde a criação dos Grupos de Apoio à Adoção no Brasil, organizações compostas pela sociedade civil que agregam tanto famílias que estão à espera de seus filhos/filhas, quanto famílias que já adotaram, passou a ocorrer maior flexibilização do perfil pretendido. “Os grupos de apoio à adoção aparecem como um recurso fundamental na preparação dos pretendentes à adoção, proporcionando um espaço valioso de trocas de vivências, potencializando reflexões sobre o tema” (Sampaio *et al.*, 2020, p. 3).

A atuação de assistentes sociais na adoção de crianças maiores e de adolescentes

*Mais do que nunca é preciso ter coragem,
é preciso ter esperanças e
enfrentar o tempo presente.
(Marilda Yamamoto)*

Entre as modalidades de adoções consideradas necessárias, apresentaremos algumas reflexões sobre o trabalho técnico, em especial sobre as contribuições dos profissionais de Serviço Social, na adoção de crianças maiores e de adolescentes. Como foi apresentado, 83% das crianças e adolescentes que estão acolhidos no Brasil e à espera de uma família possuem mais de 10 anos, o que configura essa faixa etária como a que requer maior atenção por parte do poder público.

O principal aspecto a ser abordado no trabalho com a adoção de crianças maiores e de adolescentes refere-se à construção de capacidade reflexiva em relação às famílias, em torno dos mitos que sustentam a adoção. Um dos grandes mitos que envolvem a adoção é o de que, na adoção de crianças pequenas e de bebês, haveria maior facilidade de serem moldados pela família que os adota (Sampaio *et.al.*, 2020); ou então, na preferência exclusiva por bebês até seis meses de vida, o imaginário de que não será necessário dar explicações à criança sobre sua origem. “As especificidades relacionadas à condição e à história das crianças maiores precisam ser tratadas sem estigmas e preconceitos, aspectos ainda muito presentes no imaginário social” (Sampaio *et al.*, 2020, p. 3).

Ocorre que a criança maior e o adolescente já são capazes de compreender o processo social que envolve a adoção e a construção de vínculos parentais, expressando não apenas as dificuldades inerentes à adaptação, mas, sobretudo, trazendo consigo sua história de vida. E, não raro, são histórias marcadas por sucessivas descontinuidades

em vínculos afetivos e figuras de proteção. “A adoção de crianças maiores requer cuidados, porque, além do abandono inicial pelos pais biológicos, a criança maior terá vivenciado sucessivas experiências de perdas e frustrações” (Silva, 2010, p. 435).

As experiências de perdas e frustrações não se referem apenas ao que foi vivido na família natural e/ou extensa, mas também pelo período de institucionalização e o impacto que isso gerou em suas subjetividades. “[...] Quando adotadas, as crianças maiores e/ou adolescentes têm que reconstruir a concepção de lar com a qual estavam habituadas, tarefa que pode ser árdua e dolorida” (Machado *et al.* 2015, p. 76), exigindo uma reorganização de todo o grupo familiar para atender às suas necessidades sociais e afetivas.

Na etapa de habilitação para adoção, no que concerne ao trabalho técnico, é obrigatória a realização de avaliações psicológicas e sociais. E, nesse sentido, quando se trata da avaliação de pretendentes que desejam adotar crianças maiores e adolescentes, é necessária a utilização de parâmetros de avaliação condizentes com a adoção nessa faixa etária. Isso porque diferentes autores apontam que, entre as motivações para adoção de crianças maiores e adolescentes, o altruísmo e as novas facetas da caridade se fazem presentes (Sampaio, 2020).

Além disso, existem referências de que “a opção pela adoção tardia, de modo geral, vem de casais que já passaram pela experiência parental, indivíduos solteiros, divorciados e viúvos que não possuem disponibilidade ou o desejo de cuidar de um recém-nascido” (Sampaio, 2020, p. 4). Tal situação, muitas vezes, faz as famílias imaginarem que a criança maior ou o adolescente não demandarão tanto cuidado quanto um bebê e, com isso, depositam expectativas não condizentes com as necessidades desses sujeitos.

No caso de crianças maiores e adolescentes, um aspecto que merece atenção é a flexibilidade dos adultos para reajustar e reorganizar suas rotinas, de modo a atender o filho ou filha, além de uma parentalidade que reconheça a existência de uma história prévia:

Tornar-se pai e mãe, por outro lado, também apresenta especificidades na adoção de crianças maiores [...] exige romper com o projeto narcísico da parentalidade e se orientar para o conhecimento do outro, de uma alteridade, já portadora de uma história (Machado, *et al.*, 2015, p. 66).

Shettini (2020, s. p.), ao se referir à atitude adotiva, expõe que “a Atitude Adotiva nos ensina sobretudo a respeitar as diferenças e singularidades do outro, a respeitar sua subjetividade e seu ser. Essa atitude deveria estar na fundamentação de toda a sociedade”.

E acrescenta que

a Atitude Adotiva precisa estar primeiramente nos pais que se aventuram em adoções diferenciadas, em adoções de crianças maiores, de grupos de irmãos ou ainda de crianças com necessidades especiais. Precisamos dar à criança o tempo necessário para que ela possa fazer a travessia de uma história para outra.

Nas avaliações sociais para a habilitação de pessoas que pretendem adotar crianças maiores e adolescentes, é necessário que se ultrapassem meramente os quesitos socioeconômicos e que se possa avançar no conhecimento do modo de vida e experiência social dos sujeitos (Martinelli, 1999). Baptista (2007, p. 39) refere que o estudo social “consiste na caracterização (descrição interpretativa), na compreensão e na explicação de uma determinada situação”; nos processos de habilitação para adoção, em especial, no modo como percebem a adoção, como compreendem a trajetória de vida de crianças e adolescentes e seu período de desenvolvimento; as experiências construídas em suas vivências com esse segmento, pois esses serão fatores que irão impactar na construção da parentalidade.

Conforme Baptista (2007, p. 67), as avaliações realizadas por assistentes sociais, implicam

a busca dos significados das situações encontradas. A construção desses significados apoia-se nos conhecimentos acumulados, e em desenvolvimento, pelas ciências e no saber prático relacionados à questão e também nos valores e modelos normativos que orientam o julgamento de quando uma situação pode ser considerada satisfatória ou não, ante alguns parâmetros, e qual seu grau de necessidade ou crise.

Para tanto, é necessária uma análise acerca da história de vida dos pretendentes, de suas relações familiares e sociais. Na perspectiva da antropóloga Cinthya Sarti (2004, p. 16), “a família é um mundo de relações”, e é nesse mundo que envolve as dimensões públicas e privadas desta família que a criança ou o adolescente serão inseridos. Portanto, o conhecimento acerca do significado que as famílias constroem sobre crianças maiores e adolescentes precisa ser analisado pelos profissionais assistentes sociais, além da disponibilidade dos futuros pais e/ou mães para lidarem com a história de vida anterior à adoção, como também a capacidade de escuta e empatia em relação ao contexto sociocultural que antecedeu a adoção.

Outro aspecto importante que deve ser avaliado é capacidade de que esses adultos possam contar com uma rede de apoio de familiares e/ou de amigos, assim como a disposição de procurarem auxílio quando surgirem as dificuldades inerentes à construção do vínculo socioafetivo. Em especial, em relação à adoção de adolescentes, é importante destacar que a adolescência se sustenta na perspectiva de que esse é um período peculiar do desenvolvimento humano que requer atenção e cuidados. Sob o prisma biopsicossocial, trata-se de uma fase sensível, com inúmeras inseguranças e medos, já que é o período de transição da infância à vida adulta.

O psicanalista Alfredo Jerusalinsky (2004, p. 55) refere que, além da conotação cronológica para se pensar esse momento da vida, há que se considerar a dimensão cultural e subjetiva em que cada sujeito adolescente está inserido e que “[...] em qualquer cultura, há uma passagem entre a infância e a vida adulta [...], essa passagem vai do estado de proteção, que caracteriza a infância, ao estado de exposição, que caracteriza o adulto”. Ao lado disso, soma-se o fato de que adolescentes são sujeitos de direitos e “[...] consistem um dos segmentos sociais que mais exprimem o estado da cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil hoje” (Sales, 2007, p. 90).

Isso posto, os pressupostos citados podem e devem ser abordados durante o processo avaliativo, uma vez que “o processo de habilitação vai além da avaliação. É importante oportunizar um espaço aos candidatos, para que reflitam sobre situações específicas e significativas que envolvem a formação da família adotiva (Nabinger, 2010, p. 32).

Pais pretendentes à adoção devem se preparar enquanto aguardam a chegada do filho adotivo, assim como os biológicos o fazem durante a gestação, preparação esta que envolve não apenas a aquisição de informações, mas também a construção da parentalidade (Morelli, *et al.*, 2015, p. 177).

Uma das formas de preparação ocorre por meio dos cursos que são ofertados nas comarcas e exigidos como etapa indispensável à habilitação. Nos cursos, são trabalhados conteúdos referentes aos aspectos jurídicos da adoção, mas, principalmente, abordadas as questões acerca da parentalidade que se constrói por meio da adoção, desde a gestação adotiva até o conhecimento sobre as histórias de vida de crianças e adolescentes que precisam ser adotados e seu dia a dia nos serviços de acolhimento. Em muitas comarcas, além de conteúdo expositivo, são realizadas oficinas entre os participantes, com a participação de grupos de apoio e com famílias constituídas pela adoção.

Ao lado da preparação e de diálogos reflexivos que serão oportunizados aos postulantes à adoção, existe um trabalho de preparação das crianças e adolescentes para inserção em uma nova família. Tal intervenção, conforme o ECA, deve ser realizada também junto aos profissionais que fazem parte das equipes de acolhimento, pois isso envolve, além da escuta de crianças e adolescentes, a criação de espaços seguros de acolhida para que esses sujeitos possam expressar seus lutos em relação ao rompimento dos vínculos primários e possam compreender as etapas jurídicas que atravessam suas vidas.

Por parte dos assistentes sociais, pressupõe-se um profundo respeito não só à história e à trajetória de vida dessa criança ou adolescente e um conhecimento acerca das suas necessidades como pessoa em desenvolvimento, mas também às particularidades do contexto social e cultural em que viveu até então. Além disso, é necessário que os demais operadores do direito compreendam que nem sempre o tempo jurídico acompanhará aspectos psicossociais das crianças e adolescentes, que, mesmo aptos (juridicamente à adoção), podem não estar preparados emocionalmente para serem inseridos em uma família substituta na modalidade adoção.

No momento em que as equipes, tanto do Poder Judiciário quanto dos serviços de acolhimento, avaliam que a criança ou adolescente apresenta disponibilidade e desejo para ser adotado (conforme previsto no ECA, no caso de adolescentes é necessário seu consentimento), inicia-se a etapa de aproximação entre as famílias e as crianças e adolescentes. Em um primeiro momento, é realizada a busca por pessoas habilitadas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e, nos casos em que não são encontradas as famílias, sobretudo para crianças maiores e adolescentes, a autoridade judicial permite a inserção desses sujeitos em programas de busca ativa e aplicativos, como, no caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o Aplicativo Adoção.

Nesses casos, em que são localizados pretendentes que, a priori, não foram encontrados no SNA, por apresentarem um perfil mais restrito, do ponto de vista técnico, é necessário que sejam realizadas reavaliações antes de qualquer mudança no cadastro. Tal procedimento se dá justamente para que seja analisado se essa família, que inicialmente optou por crianças menores, apresentará as capacidades e habilidades requeridas para a adoção de crianças maiores e adolescentes.

Quando esse processo acontece, e as pessoas apresentam as condições necessárias para esse tipo de adoção, por parte dos profissionais assistentes sociais, são realizadas intervenções para fins de exposição acerca das necessidades concretas apresentadas pela criança ou adolescente. Esse procedimento envolve uma apresentação minuciosa sobre sua história de vida, os motivos que ensejaram a destituição do poder familiar, o tipo de acolhimento em que está inserida (institucional ou familiar), as relações sociais estabelecidas no momento atual de sua vida, os serviços em que está inserida (escola, serviços de saúde, atendimentos especializados, acompanhamento terapêutico, etc), assim como uma exposição de como essa criança ou adolescente compreende a adoção.

Nessas intervenções que são iniciadas pelos assistentes sociais também podem ser proporcionadas aos pretendentes reuniões com a equipe do acolhimento e demais profissionais que acompanham a criança ou adolescente, pois o objetivo consiste em instrumentalizar a família para o entendimento adequado frente às necessidades demandadas por esses sujeitos. E, só após essas intervenções, é que os pretendentes poderão manifestar sua decisão com segurança e responsabilidade.

Com essas intervenções, objetiva-se que as famílias avaliem, com segurança e maturidade, se apresentam capacidade protetiva frente à

realidade dessa criança/adolescente em sua concretude, ultrapassando-se a idealização. E, após a decisão em prosseguir, é que se inicia o período de aproximação, o qual consiste na realização de encontros entre a família e a criança ou adolescente. Os primeiros encontros devem ocorrer sob a mediação da equipe técnica do Poder Judiciário, e, à medida que a criança ou adolescente começa a apresentar segurança na companhia da família, gradativamente poderá inserir-se na rotina familiar dos adotantes. No momento em que são estabelecidos vínculos iniciais, a equipe do Poder Judiciário opina pelo deferimento da guarda para fins de adoção, também denominada de estágio de convivência.

O estágio de convivência é a fase que antecede a concretização jurídica da adoção, momento em que é concedida ao(s) adotante(s) a guarda provisória, com duração de 90 dias que pode ser prorrogado mediante parecer da equipe interprofissional do Juizado. Isso ocorre porque, conforme é preconizado pelo ECA (1990), a efetivação da adoção “[...] será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude”.

O objetivo desse período consiste no acompanhamento técnico e especializado da nova configuração familiar, especialmente como suporte ao grupo que se formou, tendo em vista que a construção do pertencimento social e familiar é um processo contínuo e gradativo. No que concerne ao Serviço Social, o desafio, ao mesmo tempo em que se trabalha na perspectiva de apoio e suporte familiar, é instrumentalizar tais famílias para que busquem responder às suas “demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia” (Mito, 2010, p. 174), de modo que o exercício da parentalidade não seja realizado de modo tutelado pelos profissionais de apoio.

Sendo assim, o trabalho consiste em prestar apoio e orientação sociofamiliar referente ao contexto da adoção, dos desafios da construção de vínculos e de compreensão dos significados de família construídos pelas crianças e adolescentes até então. Esse trabalho é realizado, uma vez que, não raro, em sua grande maioria, essas crianças vivenciaram violações de direitos, abandonos e violências, não apenas por parte da família natural, mas também experimentaram a violência estrutural, a desigualdade social, o desemprego da vida nas instituições de acolhimento e violências institucionais em locais que deveriam promover sua proteção.

Frente às diferentes necessidades sociais e afetivas demandadas pela criança/adolescente, as pessoas adultas que assumem papéis parentais através da adoção são convocadas à atitude adotiva (Shettini, 2020). Trata-se de um conjunto de papéis que, além de uma parentalidade responsável, envolve resiliência, amparo, tolerância à frustração e o fortalecimento de suas próprias habilidades na condição de adultos, continentos e assertivos.

Isso acontece porque,

no início da convivência, as crianças podem apresentar dificuldades de adaptação, incluindo a exibição de comportamentos agressivos, que, muitas vezes, nada mais é do que um teste do ambiente para que elas possam ter certeza de que serão aceitas, mesmo com tudo que estejam fazendo. Este teste faz parte da dinâmica da vinculação e, segundo a literatura, é algo estruturante no processo de filiação e não deve ser entendido como algo destrutivo (Pelisoli, 2020, p. 39).

Por parte dos adotantes, esse momento de adaptação e convivência irá exigir toda uma reorganização de suas vidas e rotinas, de modo a atender aos interesses da criança/adolescente. Ainda que o efeito jurídico da adoção seja antecedido pelo estágio de convivência, a guarda provisória com essa finalidade já permite ao grupo familiar gozar de

todos os direitos de proteção à família, como o exercício de licenças parentais, a inserção da criança/adolescente em planos de saúde e outros serviços que visem a sua proteção, assim como a solicitação do nome afetivo em espaços escolares e de saúde - elementos que indicam que o objetivo da guarda provisória não é uma testagem ou “*test drive*” para os adultos.

É o período que se destina à adaptação da criança/adolescente ao novo contexto de vida, tendo em vista que as circunstâncias de institucionalização e violações de direitos que precederam o momento atual demandam ressignificações. É o momento em que a criança ou adolescente passam a efetivamente residir com o adotante, partilhando sua rotina e experimentando a vivência em família, podendo surgir conflitos nas relações familiares, pois “o filho por adoção tardia poderá pôr à prova o amor dos novos pais para ter a certeza de que esses serão capazes de permanecer apesar das circunstâncias” (Sampaio, 2020, p. 4).

No estágio de convivência, o trabalho de assistentes sociais e dos demais profissionais que integram as equipes especializadas reside em ofertar apoio e orientação sociofamiliar. Isso ocorre por meio de diálogos reflexivos, socialização de informações, observações participantes em momentos de interação do grupo familiar, visitas domiciliares e indicações (se for o caso) de acompanhamentos especializados.

Ocorre que, em função dos desafios característicos do momento de adaptação, algumas famílias, mesmo tendo recebido a guarda das crianças/adolescentes para fins de adoção e estes já estarem inseridos no novo contexto familiar e social, acabam por desistir do processo. Tal fato gera mais um abandono e uma revitimização na vida das crianças e adolescentes.

Em 2017, o ECA foi alterado, estabelecendo que adotantes que desistam do processo, depois de terem a guarda provisória, sejam excluídos do Cadastro Nacional de Adoção. Foi acrescentado o §5º ao artigo 197, que passou a vigorar com a seguinte redação:

A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente (Brasil, 2017, s.p.).

Mesmo que a alteração no texto normativo seja uma forma de coibir que ações desse tipo aconteçam, sabemos que a exclusão dos habilitados dos sistemas de adoção, por si só, não irá reparar os danos produzidos na vida das crianças e adolescentes. Trata-se de pessoas em desenvolvimento cujas experiências de abandono e violações passam a ser reeditadas e potencializadas, produzindo traumas ainda maiores em suas vivências. Alguns tribunais já estão adotando a indenização por danos morais, materiais e afetivos aos adultos, como forma de reparação.

A partir das reflexões expostas, as quais apresentam a mudança paradigmática na área da infância e juventude e os pressupostos contemporâneos que orientam a adoção, a desistência da adoção revela uma face ainda em descompasso com a proteção de crianças e adolescentes. Tal situação, mesmo sob o manto da proteção integral, ainda permite que esse segmento populacional seja novamente tratado na condição de objeto de tutela e não de sujeito de direitos.

Ao lado das reflexões teóricas, o conhecimento empírico advindo da experiência profissional tem mostrado que a adoção só existe e só faz sentido, na perspectiva da proteção integral, se for para atender aos interesses das crianças e adolescentes. E, se quisermos realmente avançar nessa compreensão, não podemos permitir que esses sujeitos

sejam tratados como objeto de tutela, o que requer, além de mudanças normativas, a construção de uma nova cultura em prol da adoção.

Destarte, o trabalho das equipes especializadas e interprofissionais é essencial para que a adoção, como direito de cidadania, seja materializada, em especial, de crianças maiores e de adolescentes que, por meio da adoção, poderão usufruir do direito ao convívio familiar e comunitário. O Serviço Social é uma das profissões que compõem as equipes do Juizado da Infância e Juventude e, como tal, apresenta contribuições importantes em processos de adoção.

As contribuições do Serviço Social na adoção de crianças maiores envolvem o caráter avaliativo nas habilitações para adoção, as reflexões propostas aos pretendentes, sobretudo socializando informações e mostrando dados reais sobre quem são as crianças e adolescentes que estão em acolhimento e, além de estarem aptos (juridicamente à adoção), estão à espera de uma família. Além disso, os profissionais de Serviço Social participam da preparação das crianças e adolescentes e das famílias, por meio tanto de atendimentos individuais quanto da organização de cursos, encontros e oficinas voltados à construção da parentalidade adotiva. Por fim, são profissionais que acompanham, desde a aproximação entre as crianças e adolescentes e suas famílias, até o estágio de convivência e a efetiva inserção da criança no grupo familiar, na condição de filho, ofertando suporte, apoio e orientação sociofamiliar.

Assim, o assistente social, como profissional, insere-se em processos de trabalho que são coletivos e busca construir, mediante sua atuação, um percurso junto aos sujeitos sociais para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária para todas as crianças e adolescentes, sem discriminação. Esse percurso visa a promover uma outra cultura e um entendimento acerca da adoção na realidade brasileira.

Referências

BAPTISTA, Myriam Veras. 2007. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo, Veras Editora; Lisboa: CPIHTS.

BRASIL. 1990. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL, Presidência da República. 2006. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: Conanda.

BRASIL. 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

FÁVERO, Eunice Teresinha. 2021. Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e éticos do estudo social: base da perícia social. Perícia em Serviço Social. Abigail Aparecida de Paiva Franco, Eunice Teresinha Fávero e Rita C.S. Oliveira (organizadoras). Campinas: Papel Social.

JERUSALINSKY, Alfredo. 2004. Adolescência e contemporaneidade. Conversando sobre adolescência e contemporaneidade. Conselho Regional de Psicologia. Porto Alegre: Libretos.

KONZEN, Afonso Armando. 2015. A proteção do direito à convivência familiar da criança e do adolescente em diálogo com as perspectivas do Direito de Família. Diké, Aracaju, ano IV, v. I jan/jul/2015, p. 112 - 136. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/dike/article/view/3753/3192>. Acesso em: 28 jul. 2023.

KONZEN, Afonso Armando. 2012. Doutrina da Proteção Integral Princípios Reitores. Fundamentos do Sistema de Proteção da Criança e do

Adolescente. In: Revista do Ministério Público do RS. Porto Alegre: n. 71 - jan. 2012/abr., p. 85-111. Disponível em: <https://www.amprs.com.br/revista/revista-do-ministerio-publico-edicao-71>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MACHADO, Letícia Vêr; FERREIRA, Rodrigo Ramires; SERON, Paulo César. 2015. Adoção de Crianças Maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 6, n. 1, p. 65-81, jun. DOI: 10.5433/2236-6407.2015v6n1p65. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/21125>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARTINELLI, Maria Lucia. 1999. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. SERV. SOC. REV., LONDRINA, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun 2010. DOI: 10.5433/1679-4842.2010v12n2p163. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORELLI, Ana; COMIM, Fabio; SANTEIRO, Tales. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. Psicol. clin., v. 27, n. 1. Jan-Jun, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/6VhmxYhSJkXJFXCVrcJ55Lx/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

NABINGER, Silvia. 2010. Adoção: o encontro de duas histórias. Santo Ângelo: FURI.

NATALIO, H. 2001. Um sentido para a vida. In F. Freire (Org.). Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção III (pp. 37-39.) Curitiba: Terra dos Homens.

NETTO, José Paulo. 1999. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo

1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ ABEPSS/CEAD/UnB, 1999). Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf> Acesso em: 20 jul. 2023.

PELISOLI, Cátula da Luz. 2020. A proteção das crianças depende de um olhar singular. Passo Fundo: Canal Proteja.

QUEIROZ, Ana Cláudia Araújo; BRITO, Liana. Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 55 - 67, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13161>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SALES, Mione Apolinário. 2007. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez.

SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; MACHADO, Rebeca Nonato. Motivações para a adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. Psicologia em estudo. v. 25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44926>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/P93VKZpQBJD6HF8XngDgCjF/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SARTI, Cintia. 2004. A família como ordem simbólica. Psicol. USP v. 15, n. 3. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42289/45962>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SCHETTINI, Suzana. 2020. Atitude Adotiva. Geração Amanhã. Disponível em: < <https://geracaoamanha.org.br/o-que-e-atitude-adotiva/> > Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Jaqueline Araújo. 2010. Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados. Psicologia em revista, Belo Horizonte, v. 16, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/1842>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Limites e possibilidades da inserção do Serviço Social na área de gestão de pessoas

Introdução

As universidades federais de ensino vêm se construindo como campos de atuação do Serviço Social. Além da política de assistência estudantil, espaço ocupado por um número considerável de assistentes sociais, pode-se observar, ao longo da reestruturação dessas instituições, que o Serviço Social vem trabalhando em outras áreas. Como exemplo, cabe citar os profissionais que ingressam para atuar junto à saúde do trabalhador.

Salienta-se que, embora se tenha um panorama geral do serviço público, fazendo referência especificamente às universidades públicas de ensino superior, as discussões propostas pautam-se na experiência profissional em duas instituições atuando junto à gestão de pessoas, tratando principalmente as questões atinentes à saúde do trabalhador que norteiam as problematizações presentes neste trabalho.

Nessa linha, cabe fazer uma sintética apresentação das duas universidades em questão. A referida experiência profissional tratada aqui teve início em 2014, na Universidade Federal de Rio Grande (Furg) junto à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Nesse momento, a inserção aconteceu principalmente na intervenção frente às seguintes questões: assédio, adoecimento e conflitos no trabalho. Em 2020, em um movimento junto à gestão da pró-reitora, o Serviço Social foi movimentado para atuar diretamente junto à Unidade de Saúde. O movimento descrito fundamentou-se no entendimento de

que, naquele contexto, a saúde do trabalhador era o espaço mais estratégico para a atuação do assistente social na respectiva área. O processo deu-se em consonância com os fundamentos que norteiam o projeto profissional do Serviço Social, pois se identificou, a partir de uma leitura da realidade, que a atuação frente à questão social é expressada pelo adoecimento do trabalhador.

No ano de 2022, após um processo de redistribuição, iniciou-se a trajetória profissional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Na ocasião, a atuação deu-se na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida (CSQV), frente às diversas questões que a saúde do servidor pode envolver.

O recorte feito neste artigo faz referência à inserção do Serviço Social em áreas de gestão de pessoas. Dessa forma, cabe problematizar o campo de atuação descrito. Em um primeiro momento, pretende-se fazer a problematização sobre o próprio termo “gestão de pessoas”, passando para a discussão de saúde do trabalhador considerando esta como uma expressão da questão social para, então, partir para a discussão da atuação profissional nesse espaço sob a ótica do projeto ético-político do Serviço Social.

A emergência da gestão de pessoas: uma problematização necessária

Cabe aqui fazer uma breve discussão sobre a emergência das áreas de gestão de pessoas para, então, refletirmos sobre a prática profissional do assistente social nesse contexto.

Nesse sentido, destaca-se que a passagem do termo “recursos humanos” à emergência do termo “gestão de pessoas”, para este trabalho, está associada ao momento do capitalismo quando se fez necessário gerir a subjetividade dos trabalhadores. Essa situação é

evidenciada por discursos como o de “colaborador”, segundo os quais o trabalhador é instigado a se sentir parte da organização, conseguindo buscar seu mais alto nível de produtividade e eficiência em prol da organização.

Cabe aqui trazer uma breve contextualização da literatura da administração, que reflete sobre o termo “gestão de pessoas” e sua emergência. Nessa lógica, Montana e Charnov (2010) destacam que o surgimento e desenvolvimento das áreas estão associados às legislações trabalhistas, ou seja, em sua origem as referidas áreas eram responsáveis por se fazer cumprir as leis referentes ao trabalho. Frente à análise da bibliografia da administração, Lopes e Dalla (2007) destacam que a gestão de recursos humanos, a partir de uma perspectiva tradicional, era centrada em atividades específicas como controle e registro de pessoas, típica característica do departamento de pessoal. Ainda para os referidos autores, posteriormente esse foco é alterado atuando sobre o comportamento das pessoas. Na década de 1980, incorpora-se o caráter estratégico aos sistemas de RH, em que seus objetivos, nas próprias palavras dos autores, [...] “devem estar alinhados às estratégias corporativas das empresas” (Dias; Lopes; Dalla, 2007, p. 4).

Outro teórico da administração define o modelo de gestão de pessoas como “o conjunto de políticas, práticas, padrões atitudinais, ações e instrumentos empregados por uma empresa para interferir e direcionar o comportamento humano no trabalho” (Ficher, 1998, p. 51). Cabe destacar que a lógica que permeia uma gestão do trabalho está em sintonia com a do desenvolvimento das sociedades capitalistas contemporâneas, uma vez que está pautada em maximizar a produtividade de forma que o trabalhador deseje “vestir a camiseta da organização” e ser o mais produtivo que conseguir.

No contexto descrito, observam-se autores que entendem a gestão de pessoas como uma forma de humanização do capitalismo, que acabam por se tornar “guias práticos” de como gerir pessoas fazendo o empregado tornar-se o principal parceiro da organização. O contexto mencionado não faz uma reflexão crítica sobre a lógica definida e seus fundamentos, já que as estratégias discursivas de dominação agregam questões, como é exposto a seguir:

O envolvimento do trabalhador com o ideário organizacional da empresa é apresentado discursivamente como política de “valorização do ser humano”. Assim, o trabalhador não seria mais visto como um mero “fator de produção”, mas como um verdadeiro “parceiro”, “colaborador interno”, alguém que pode contribuir para a competitividade da empresa e com isso beneficiar-se. O envolvimento aqui tem no sentimento de não adequação em forte apelo - o medo de não adequação é entendido como o caminho para tornar-se desnecessário. Em outras palavras, torna-se alvo preferencial de uma demissão que se justifica pela não adequação ao perfil de trabalhador que a empresa deseja (Barbosa, 2014, p. 242).

O contexto apresentado buscou traduzir o funcionamento das estratégias atuais de gestão do trabalho alinhadas ao discurso de gerir pessoas. Desse modo, embora o serviço público tenha suas especificidades, percebe-se constantemente a incorporação nele de instrumentos utilizados na iniciativa privada. Destaca-se que a lógica que permeia a área de gestão de pessoas está em constante disputa, pois ela pode, em alguns momentos, estar mais alinhada à lógica de mercado e, em outros, com os movimentos de resistência dos trabalhadores e sindicatos.

Como foi exposto, podem-se observar os aspectos contraditórios da inserção do Serviço Social na referida área. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de adotar estratégias de gestão do trabalho, pautadas em um discurso de preocupação com o trabalhador, pensando que essas estratégias “mais humanas” de gestão do trabalho estão

alinhadas à necessidade de o capital produzir um trabalhador mais produtivo e polivalente.

Nesse contexto, o Serviço Social é permeado pelas contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista, pois, como nos mostra Barroco (2012), estamos inseridos em uma sociedade capitalista “que não assegura condições concretas para o atendimento das necessidades humanas e dos direitos da vida cotidiana”. Dessa forma, cabe ao assistente social, quando inserido na respectiva área, traçar sua prática profissional alinhada ao projeto ético-político da profissão, buscando inserir-se nas disputas de projetos institucionais, alinhando sua intervenção às dimensões que norteiam a profissão.

A saúde do trabalhador como expressão da questão social

Como foi exposto anteriormente, o campo sócio-ocupacional de atuação profissional que este trabalho busca problematizar consiste na atuação do Serviço Social frente às áreas de gestão de pessoas, e se traduz, fundamentalmente, nas questões atinentes à saúde do trabalhador.

Dessa forma, cabe tecer algumas considerações. A primeira delas é que os usuários do referido serviço são servidores públicos federais e têm suas relações de trabalho regulamentadas pelo Regime Jurídico Único regulamentado por meio da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Salienta-se que a referida legislação não faz grandes menções a aspectos referentes à saúde do trabalhador. Ela apenas regulamenta a licença para tratamento da própria saúde a partir do artigo 202. E, em seu artigo 185, como nos aponta Valentim (2018), trata da “garantia das condições individuais e ambientes de trabalho satisfatórios”. No entanto, as ações nesse sentido são tratadas apenas quando o

Governo Federal passa a caminhar para a construção de uma política de saúde do trabalhador para os servidores públicos. Destaca-se que esse movimento culminou, em 2006, com a criação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (Sisosp), que, em 2009, foi substituído pelo Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor Público (Siass). O Siass é construído sob a lógica de avançar de uma concepção restrita de saúde do trabalhador, centrada na questão ocupacional, para buscar entender a saúde do trabalho em sua integralidade. Nesse sentido, as relações trabalho-saúde pressupõem interdisciplinaridade em suas estratégias e ampla participação do próprio trabalhador no processo. Três pilares sustentam as atividades de atenção à saúde previstas no Siass: assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento à saúde.

Apesar dos apontamentos, que são direcionados para além de uma intervenção pontual no processo de saúde e doença do servidor, pensa-se em questões de prevenção e estratégias coletivas. Observa-se, a partir da realidade vivenciada, que as unidades Siass atuam principalmente com foco nas perícias oficiais em saúde, o que aponta para a intervenção no processo de adoecimento dos servidores públicos. Não é por acaso que os esforços estão centrados nesse processo devido ao crescente número de afastamentos do trabalho, o que demonstra o elevado adoecimento dos servidores públicos.

Salienta-se que a questão social constitui-se objeto do Serviço Social, Iamamoto (1997), já que é na tensão entre desigualdade e produção de rebeldia e resistência que os assistentes sociais trabalham. Nesse sentido, a questão social é entendida como fruto da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, como aborda Teles, (1996, p. 85):

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a

exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação [...].

Dessa forma, a referida apropriação desigual da riqueza socialmente produzida se expressa de diversas formas, tais como: desemprego, fome, violência, pobreza etc., sendo o adoecimento da classe trabalhadora uma dessas expressões, ou seja, a saúde do trabalhador constitui-se em área de atuação da profissão. A fim de desdobrar a questão apresentada, cabe fazer uma breve reflexão sobre a questão mencionada. Segundo (Mendes; Wünsch, 2011, s.p.),

compreender a saúde nessa dimensão significa entendê-la na divisão social e técnica do trabalho. Representa entender “o processo de trabalho como espaço concreto de exploração [...] e a saúde do trabalhador como expressão, igualmente concreta, desta exploração” (Laurell e Noriega, 1989, p. 23). Os desafios são de diferentes ordens, uma vez que o capital procura dissimular seu caráter de exploração, mas fica cada vez mais difícil esconder sua natureza, ou seja, “a nova ordem teoriza e pratica, abertamente, as desigualdades como uma necessidade intrínseca do capital” (Augusto, 2001, p. 170). Assim, fica exposta a estranha lógica na qual a igualdade tem valor negativo e a desigualdade valor positivo, a fim de naturalizar a mesma (Mendes; Wünsch, 2011, s.p.).

O trecho reitera a necessidade de situar o adoecimento do trabalhador como expressão da questão social, já que ela é resultado da tensão entre capital e trabalho, sendo este, como nos mostram as autoras, espaço concreto de exploração.

Em sintonia com essa lógica, são produzidas ferramentas que instigam a competitividade e individualidade nas relações de trabalho. Assim, observa-se não somente uma alteração nas formas de gerir o trabalhador, a fim de aperfeiçoar as formas de dominação em prol da obtenção de uma produtividade mais eficiente, como também

um impacto negativo na sua saúde. Nesse sentido, o cenário descrito aponta que

todas essas condições de trabalho levam a uma verdadeira sobressolicitação mental, com uma sobrecarga informacional, um verdadeiro “soterramento” sob informações, hipersolicitação e tratamento paralelo de tarefas múltiplas, que provocam uma situação que poderíamos chamar de transbordamento cognitivo (Falzon, 2007). Como uma sensação de transbordamento e saturação, impressão de fazer o urgente passar na frente do importante, de não conseguir fazer o que se planejou, sem compreender o porquê, de permanente insatisfação com o trabalho realizado (Mendes; Wunsch, 2011, s. p.).

Dessa forma, embora as condições de incerteza no serviço público, pensadas sob a ótica de preservação do vínculo de trabalho, não sejam as principais determinantes de saúde, o contexto mencionado no trecho acima retrata como as alterações no mundo do trabalho afetam a saúde dos servidores públicos, que também são trabalhadores inseridos no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, as novas formas de gerir o trabalhador – centradas em estratégias mais sutis de dominação, que são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo – também se inserem no serviço público. Isso ocorre porque tal espaço vem utilizando e aperfeiçoando ferramentas, tais como avaliação de desempenho, gestão por competência e programa de gestão e desempenho. Assim incorpora estratégias fundamentadas em uma narrativa alinhada à lógica de mercado. Diante do contexto descrito, as condições de trabalho levam ao adoecimento coletivo dos trabalhadores, e essa lógica se reproduz também junto aos servidores públicos. Cabe aqui destacar que uma especificidade do serviço público, apontada por Valentim (2018), é a de que o Estado é empregador e fiscalizador de suas próprias ações, uma vez que há regulamentações específicas para os servidores públicos e que eles

[...]assim, vivenciam a precarização e o sofrimento no trabalho, não pela alta rotatividade e demissões, mas no isolamento, nas mudanças constantes de setores sem nenhum diálogo, na colocação em funções com as quais não possuem nenhuma identificação, no assédio moral usado como forma de gestão, que afasta o trabalhador e o coloca à margem da organização de seu próprio trabalho (Valentim, 2018, s.p.).

O contexto descrito configura-se em um espaço marcado por contradições segundo as quais os projetos institucionais estão em disputa. Pensando na atuação profissional junto à saúde do trabalhador, Mendes e Wünsch (2012) apontam alguns eixos como fundamentais para o trabalho: um deles é o caráter interdisciplinar deste, já que, no campo descrito, o assistente social é chamado a intervir junto a outros profissionais de saúde. Ademais, essa atuação aponta para a necessidade de pensar o sujeito em sua integralidade e romper com a lógica de atendimento de suas demandas de forma fragmentada. Essa postura é pactuada segundo a concepção ampliada de saúde, definida pela Organização Mundial da Saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades.

Consideram-se importantes também as particularidades da questão social no país que são trabalhadas por Santos (2012) sob a perspectiva de que no Brasil houve não só o desenvolvimento tardio do capitalismo mas também a promulgação de uma Constituição alinhada à garantia de direitos, contemporânea ao avanço da política neoliberal que prevê o enxugamento do Estado. O cenário das políticas sociais, espaço onde o assistente social atua na efetivação de direitos sociais, é atravessado por um permanente movimento de avanços e retrocessos.

Essas considerações se fazem pertinentes, na medida em que todas as transformações mencionadas afetam também as disputas em torno das políticas direcionadas à promoção de saúde dos servidores

públicos. Cabe relatar a contradição inscrita no fato de a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNST) afirmar, em seu artigo 3º, que todos os trabalhadores – independentemente de sua forma de inserção no mercado de trabalho, sendo seu vínculo de trabalho público ou privado – são sujeitos da Política de Saúde do Trabalhador. No entanto, observamos um regulamento específico voltado aos servidores públicos.

Como vem sendo exposto ao longo do texto, não se pode perder de vista, quando pensamos na saúde do trabalhador, o aspecto de exploração do trabalho que se configura como alicerce do modo de produção capitalista. Também é necessário aprofundar as discussões acerca das estratégias mais sutis de dominação que são produzidas atualmente à medida que se entende que elas impactam diretamente na saúde dos trabalhadores. Também é preciso não perder de vista o fato de que o trabalho também é fator de realização. Segundo Dejours (1992), o trabalho é fonte de prazer e sofrimento. E, muitas vezes, é, a partir dele, que o trabalhador se reconhece e busca sua autorrealização. Esses elementos alinhados a um capitalismo que instiga ao individualismo e à competitividade contribuem para a produção de um trabalhador que “deseja” dar o seu máximo para atingir o mais alto grau de produtividade, sem que perceba o impacto da elevada produtividade em sua saúde.

As percepções apresentadas mostram-nos que o assistente social, quando está inserido na atuação frente à saúde do trabalhador, precisa ter claras as contradições que atravessam o contexto para, então, poder, considerando que os projetos institucionais estão em disputa, caminhar na direção de uma atuação profissional comprometida com as seguintes dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnica-operativas, às quais se constituem as discussões do próximo item. É a partir da compreensão delas que será possível uma intervenção

junto a um servidor adoecido. Tal atuação deve levar em consideração as outras expressões da questão social que atravessam sua vida naquele momento, bem como pensar estratégias de intervenção junto a equipes e gestores, a fim de promover o acesso à saúde no trabalho. No contexto mencionado, a manifestação da questão social não é tão evidente quanto a atuação em outras políticas sociais. No entanto, não se faz menos importante, uma vez que a intervenção acontece na promoção da saúde do trabalhador, o que se configura em direito.

Inserção do Serviço Social em espaços contraditórios e seus desdobramentos

Como já foi mencionado, o Serviço Social, quando inserido em áreas como a gestão de pessoas, lida diretamente com a manifestação da questão social a partir do adoecimento do trabalhador. Nesse sentido, é preciso ter nítido como se configura essa manifestação e refletir sobre os fundamentos que permeiam as mudanças na gestão do trabalho e verificar como esse formato vai impactar na saúde dos trabalhadores, sem perder de vista as especificidades atinentes ao serviço público. Salienta-se que a perspectiva apresentada aponta para o domínio que, como é abordado por Iamamoto (2004), são os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Entende-se que, só partindo das dimensões referidas, será possível compreender o trabalhador em sua integralidade e as relações sociais que o atravessam.

Nessa lógica, insere-se a contextualização sobre a emergência da gestão de pessoas com objetivo de compreender os processos sociais em que a ação profissional está inserida. Para tanto, faz-se necessária uma análise da lógica discursiva que move as estratégias que buscam promover a qualidade de vida e o bem-estar no trabalho. Para tanto, o aporte teórico torna-se indispensável, pois é, a partir dele, que será

possível nortear uma ação profissional comprometida com o projeto profissional.

A dimensão ético-política compreende os valores humanos que norteiam a ação profissional, que consistem na defesa da vida, no direito de existir e resistir frente a um modo de produção que vai justamente na contramão da produção de igualdade. Esses valores profissionais são traduzidos no Código de Ética do(a) Assistente Social. Nesse aspecto, destaca-se a importância de uma ação profissional desvinculada de uma postura policialesca e conservadora, que traga a referida reflexão para o campo de atuação problematizado. Nesse sentido, cabe perceber que o trabalhador - no caso apresentado aqui, o servidor público - não é “culpado” pela sua condição de saúde. Ao contrário, seu adoecimento é reflexo das transformações de um modo de produção que vem aperfeiçoando suas formas de exploração ao longo dos tempos. Além disso, é necessária a percepção de que o servidor deve ser atendido em sua integralidade, levando em consideração as outras dimensões de sua vida, como, por exemplo, a própria estrutura familiar, já que a família é uma rede fundamental quando se pensa no cuidado com a saúde. Outra questão que atravessa o cotidiano profissional no referido espaço são os conflitos entre colegas e/ou com os gestores. Eles são, em muitos casos, um desdobramento do adoecimento do servidor; uma vez que, quando ele se afasta para tratar da saúde, em se tratando dos técnico-administrativos em Educação (TAEs), a instituição não dispõe de meios para prover um substituto que realize as tarefas do servidor afastado. O fato descrito, muitas vezes, acaba gerando uma sobrecarga de trabalho em outros colegas. Como já foi exposto, o contexto societário atual contribui para pensar o individual em prejuízo do coletivo colaborando para a culpabilização do servidor que está adoecido e que faz jus ao direito de se afastar para cuidar da saúde. Nesse sentido, é importante uma ação profissional que combata os preconceitos em torno da culpabilização

do adoecimento, mas sem deixar de lado o reconhecimento de que os que “culpabilizam” estão sobrecarregados e, em algumas situações, também estão caminhando para um processo de adoecimento.

Salienta-se que esse processo de leitura da realidade é possível a partir do aporte teórico-metodológico da profissão alinhado ao direcionamento ético-político. As dimensões trabalhadas devem estar alinhadas à dimensão técnico-operativa da profissão, que, como é apontado por Santos (2012), constituem as estratégias e os instrumentos que o assistente social utilizará para alcançar os objetivos traçados. Salienta-se que essas dimensões são indissociáveis e devem estar entrelaçadas compondo a ação profissional do assistente social, como nos aponta a lei de diretrizes curriculares:

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos sociais, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (Abepss, 1996, p. 7).

A partir da leitura, pode-se identificar que a realidade problematizada aponta para algumas possibilidades de atuação do Serviço Social, comprometido com o projeto ético-político. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade de ações que promovam a interlocução com o coletivo, ou seja, ações próximas aos servidores, que busquem, a partir de um processo reflexivo em conjunto, pensar estratégias que impactem positivamente a saúde dos servidores da Universidade. E, nesse momento, é possível pensar estratégias que fortaleçam o coletivo indo de encontro à lógica instituída pelo capitalismo. Assim, o trabalho da CSQV vem sendo construído a partir de ações interdisciplinares, ações preventivas de saúde, logo, o Serviço Social tem seu espaço à medida que, a partir de sua competência teórico-metodológica,

técnico-operativa e ético-política, consegue fazer deste um espaço de promoção de direitos e de articulações coletivas dos servidores em relação ao seu espaço atual. Dessa forma, destaca-se:

A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (Abepss, 1996, p. 12).

Nesse sentido, destacam-se também os limites profissionais impostos ao Serviço Social, sendo que muitos deles estão atrelados ao fato de o assistente social não ter total controle do seu processo de trabalho, uma vez que também é um trabalhador que vende sua força de trabalho. Dessa forma, em dados momentos, a ação profissional vai se dar na direção de “negociar” com a gestão as pautas dos servidores atendidos buscando um impacto positivo na saúde desses trabalhadores. Sendo assim, quando se refere aos projetos institucionais em disputa, cabe destacar que os cargos de gestão nas universidades são indicações políticas, o que tenciona as relações de poder. Outra questão pertinente é que, mesmo que os cargos sejam ocupados por gestores comprometidos com a pauta de saúde do trabalhador - como combate ao assédio moral, discriminações de minorias, etc. -, os gestores das universidades também não têm autonomia relativa, uma vez que o serviço público segue normativo e legislações do Governo Federal.

Salienta-se que, para Iamamoto (2004), o assistente social não é detentor de todos os meios necessários ao desenvolvimento de seu trabalho uma vez que

ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não

governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização (Iamamoto, 2004, p. 63).

As configurações relatadas são retratadas como limites de atuação profissional, no entanto, como já foi referido, os projetos estão em disputa, e, nesse sentido, o assistente social deve buscar estratégias de enfrentamento ao adoecimento do trabalhador.

Considerações Finais

A área de gestão de pessoas é marcada por contradições uma vez que ela, ao mesmo tempo em que cria e gerencia instrumentos de dominação e controle, busca promover qualidade no trabalho. Logo, faz-se importante perceber essas estratégias produzidas em nível da subjetividade dos trabalhadores. Dessa forma, lembro que a lógica dessas políticas de gestão de pessoas está em constante disputa.

Nesse sentido, cabem alterações na gestão do trabalho, na qual se presencia um contexto de busca acirrada por um trabalhador produtivo, polivalente e comprometido, de forma que ele se sinta parte da organização, o que vem ocasionando impacto na saúde desses profissionais. Além disso, cabe destacar que o serviço público também é atravessado pelo avanço das políticas de gestão do trabalho alinhadas a uma lógica mercantil, logo seus trabalhadores também sentem os impactos desse avanço.

No contexto problematizado, pode-se observar que a principal expressão da questão social é o adoecimento do trabalhador, que se constitui objeto de trabalho do assistente social. Nesse sentido, percebe-se que a ação profissional eticamente direcionada e pautada no aporte teórico-metodológico e na dimensão técnico-operativa da profissão é imprescindível para pensar estratégias alinhadas à promoção da saúde do trabalhador.

O espaço problematizado aponta limites e possibilidades de atuação do assistente social, sendo que as próprias contradições expressas na área de gestão de pessoas apresenta-se como um deles. Mas as possibilidades se desenham a partir do momento em que os projetos institucionais que buscam construir uma política institucional em detrimento da promoção de saúde dos servidores estão em disputa. Dessa forma, o assistente social, utilizando estratégias alinhadas ao projeto ético-político e às dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, pode contribuir para os rumos tomados institucionalmente que apontam na direção da promoção de saúde para os servidores da UFPel.

Referências

- ABEPSS. 1996. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BARBOSA, A. M. e S. 2014. Engajamento subjetivo e organização flexível do trabalho: O caso dos trabalhadores da indústria de alumínio primário paraense. *Rev. Sociedade e Estado*, Jan/abr 2014, v. 29 n.1, p. 225-253. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5876>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BARROCO, M; TERRA, S. H. 2012. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. CFESS (org.). São Paulo: Cortez.
- DEJOURS, Christophe. 1992. A loucura do trabalho – Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez.

DIAS, C. G.; LOPES, F. T; DALLA, W. D. 2007. *Evolução dos Recursos Humanos nas Empresas? Da Retórica às Práticas Antigas com Novas Roupagens*. ENANPAD, Rio de Janeiro: RJ. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-A2389.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FISCHER, A. L. 1998. *A Constituição do Modelo Competitivo de Gestão de Pessoas no Brasil: Um estudo sobre as empresas consideradas Exemplos*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 392 páginas. São Paulo: FEA/USP. DOI:

<https://doi.org/10.11606/T.12.1998.tde-03042009-125228>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12132/tde-03042009-125228/pt-br.php>. Acesso em: 05 maio 2023.

IMAMOTO, M. 2004. *A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho*. In: *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 1997. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza, CRESS –CE, Debate, n. 6.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. *Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda* in: *Serv. Soc. Soc.* (107) • Set 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRGkBMlBcPRRqrskdPD-NZ8q/> Acesso em: 05 ago. 2023.

MONTANA, P.; CHARNOV, B. 2010. *Administração*. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva.

SANTOS, C. M. dos et al. 2012. *A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão*. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila;

GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de fora: Ed. UFJF. p.15-38.

SANTOS, J. S. 2012. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo. Cortez. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6.

TELES, Vera da Silva. 1996. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 4, out-dez/, p. 85-95. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000971857>. Acesso em: 08 mar. 2023.

Valentim, M. P. 2018. O Trabalho do Assistente Social na gestão da saúde do trabalhador: Limites, Possibilidades e Desafios, v. 1 n. 1. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23489>. Acesso em: 10 ago. 2023.

A maternidade: relações patriarcais e a contribuição do exercício profissional no âmbito hospitalar

Na expectativa de considerar diferentes modos de existir que atravessam a multiplicidade de famílias que acessam o serviço da maternidade de um Hospital Universitário localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul, o pensamento decolonial coloca-se como uma opção de resistência epistêmica ao exercício profissional de assistentes sociais com compromisso crítico e de transformação social.

Partimos do pressuposto de que a prática é indissociável da teoria e, para a materialização desta reflexão do exercício profissional, elencaremos alguns pontos que entendemos serem necessários: do conceito de gênero e de mulher o qual estamos abordando para o entendimento da maternidade; o compromisso com o projeto ético-político da profissão; o espaço sócio-ocupacional; as políticas públicas de saúde da mulher e as políticas intersetoriais identificadas no exercício profissional.

O Serviço Social, como categoria profissional que atua como apoio matricial, ao ser acionado para intervenções na maternidade do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correia Jr., assume o desafio de pensar intervenções a partir da leitura a ser realizada em âmbito hospitalar e, nesse ínterim, considerar os processos sócio-históricos construídos e vivenciados pelos sujeitos da intervenção. Sendo assim, partindo da concepção de que estamos inseridos em uma organização societária, iniciamos nossa proposta de reflexão pela dinâmica

das relações estruturais capitalistas que ditam as relações e o nosso cotidiano.

Decolonialidade e questão de gênero

A abordagem decolonial é fundamental para entender os efeitos duradouros da colonização sobre os povos latinos e para reconhecer a persistência da colonialidade em suas várias formas. A colonização imposta pelos países ocidentais trouxe consigo não apenas exploração econômica, mas também uma imposição de valores culturais, crenças, sistemas de conhecimento e estruturas de poder que continuam a moldar a realidade dessas sociedades até hoje (Ballestrin, 2013).

As questões de gênero são complexas e estruturadas por processos sócio-históricos específicos. Cada luta e cada demanda das mulheres são contextualizadas por suas experiências em termos culturais, territoriais e raciais. Isso implica o fato de que o feminismo não é um movimento homogêneo, mas, sim, uma multiplicidade de perspectivas, estratégias e objetivos, de acordo com a diversidade das situações enfrentadas pelas mulheres em diferentes partes do mundo.

Cada mulher traz consigo uma história e uma trajetória que são construídas por seu lugar social, por sua identidade étnica, racial, de gênero e de classe. Nesse sentido, interseccionalidade das opressões é um aspecto importante a ser considerado. As mulheres podem enfrentar múltiplas formas de opressão, que se entrelaçam e se manifestam de maneiras complexas.

Maria de Lourdes Lugones, filósofa feminista decolonial, será considerada pelas autoras com o intuito de reconhecer e compreender a perspectiva colonial e as formas como a heteronormatividade e o sistema patriarcal têm sido instrumentos para impor um lugar social às pessoas, principalmente às mulheres, com base em concepções

construídas a partir de ideias hegemônicas e interesses dominantes (Lugones, 2008).

A questão sobre o que é ser mulher, na perspectiva de uma sociedade ocidentalizada, é complexa e multifacetada, e diversos fatores problematizados contribuem para essa discussão. A sociedade ocidentalizada, muitas vezes, estabelece expectativas rígidas sobre como as mulheres devem se comportar, vestir-se, falar e agir. Essas normas de gênero podem inibir a liberdade individual das mulheres, limitando suas escolhas e reprimindo suas expressões pessoais. Estereótipos e preconceitos de gênero persistem em muitas culturas ocidentais, influenciando a forma como as mulheres são percebidas e tratadas. Esses estereótipos podem levar à discriminação e dificultar o reconhecimento da diversidade de experiências vividas pelas mulheres, inclusive por assistentes sociais.

É de suma importância refletir, nesse cenário, sobre o ser mulher a partir da experiência racializada, uma vez que o racismo é um sistema complexo que vai além de atitudes individuais de preconceito. Ele é uma forma de opressão estrutural que serve para manter hierarquias de poder e privilégios. Pode se manifestar de diversas maneiras, tanto de forma objetiva quando olhamos os espaços de poder embranquecidos, quanto subjetiva.

Sendo assim, vale destacar que não há homogeneidade no desafio de ser mulher, já que a interseccionalidade se concretiza por meio de números e de estatísticas negativas, os quais comprovam que uma proporção significativa das mulheres assassinadas no país é negra. Isso demonstra como a interseção entre raça e gênero influencia os índices de violência. O Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), forneceu esses números alarmantes e chocantes. A soma de desigualdade racial e de gênero torna a questão de gênero ainda mais complexa e exige

uma abordagem multidimensional para enfrentar o problema social e racial. Logo, é necessário que as políticas públicas considerem essas interseções para garantir uma abordagem efetiva.

Ao compreender a influência da ocidentalidade e da colonialidade nas vivências das mulheres, precisamos trabalhar para desconstruir amarras e criar relações com vistas a construir espaços mais justos, onde diferentes perspectivas, crenças e valores sejam desejados e respeitados.

Dentro do processo do ser mulher – a partir da multiplicidade e pluralidade construída pelos processos estruturais, culturais e históricos, considerando a colonialidade do ser, poder, saber e de gênero – queremos refletir sobre a dominação do viés biológico de reprodução, como instrumento de dominação validado que produz a projeção de maternagem como projeto patriarcal.

Vandana Shiva, autora indiana que versa sobre o ecofeminismo como forma de resistência à opressão exercida pelo sistema capitalista sobre a mulher e a natureza, reconhece a interconexão entre ambas, entendidas e tratadas como recursos a serem explorados e utilizados em benefício do sistema econômico dominante. Contribui para essa construção à medida que localiza a maternidade (sistema reprodutivo) como um ponto de exploração e dominação (Shiva, 2002).

O patriarcado, na qualidade de um sistema social em que predominantemente o poder é captado por homens, restringe a mulher a um lugar social predefinido e atrelado ao cuidado da vida. Dessa forma, é esperado que as mulheres assumam a tarefa de cuidar da família, dos filhos, dos idosos e dos doentes.

Soma-se a esse fato o controle da reprodução feminina. Por meio de normas sociais, leis restritivas ou falta de acesso a métodos contraceptivos adequados, bem como de informação sobre saúde reprodutiva,

ele pode impactar a autonomia das mulheres em relação às suas próprias decisões sobre maternar e/ou como maternar.

A concepção de que o ambiente doméstico é o principal lugar das atividades das mulheres é uma característica do patriarcado que tem diversas implicações negativas. Quando as mulheres são principalmente associadas às tarefas domésticas e ao cuidado da família, suas oportunidades de participar de atividades públicas – como educação, emprego fora de casa e engajamento cívico – podem ser limitadas. Isso restringe seu acesso a recursos, à independência financeira e ao poder de decisão que implica menos visibilidade em esferas públicas e profissionais na medida em que são confinadas ao ambiente doméstico que, apesar da importância, não é entendido como produtivo, pois não fatura, mas é considerado apenas como ajuda. Tal cenário reforça estereótipos de gênero que limitam o potencial das mulheres e perpetuam a desigualdade. Isso afeta tanto as mulheres quanto os homens, ao restringir a gama de opções e possibilidades disponíveis para ambos os gêneros.

Diante ao exposto, queremos explorar a discussão acerca da maternidade, função social que perpassa o corpo da mulher e que exige, mediante a validação do ser mãe, um modelo normativo ditado pela perspectiva colonial, uma vez que responsabiliza a mulher pelo cuidado e desenvolvimento da vida em detrimento do seu existir, situação não vivenciada na paternidade.

A desigualdade entre paternidade e maternidade refere-se às disparidades que existem entre os papéis e as experiências de pais e mães na sociedade. Essas desigualdades podem se manifestar de diversas maneiras e em diferentes contextos, incluindo o ambiente de trabalho, as responsabilidades familiares, as expectativas sociais e as normas culturais.

As mães, muitas vezes, são vistas como as principais cuidadoras dos filhos, enquanto os pais podem não ser incentivados ou valorizados da mesma forma em seu envolvimento ativo no cuidado infantil. Tal fato sobrecarrega a mulher que enfrenta dificuldades para equilibrar sua carreira e suas responsabilidades familiares.

Na esfera do trabalho, a maternidade pode ser associada a uma percepção de menor comprometimento com o labor, levando a disparidades salariais e a oportunidades de promoção entre homens e mulheres. Nesse sentido, desafios em suas carreiras devido a interrupções causadas pela gravidez, licença maternidade e responsabilidades familiares pode resultar em lacunas em seus currículos e acarretar dificuldades na progressão profissional.

As mulheres, muitas vezes, têm que lidar com uma carga mental mais pesada em relação ao planejamento e à organização das atividades familiares e domésticas, mesmo quando ambos os pais estão envolvidos, quando não têm que dar conta de estigmas criados pelo sistema patriarcal sobre a maternidade. Em algumas culturas, as mulheres podem enfrentar estigma relacionado à gravidez fora do casamento, ao parto natural versus cesariana e a escolhas individuais durante a gravidez e a maternidade.

É importante reconhecer que a igualdade de gênero é um objetivo importante, e trabalhar para eliminar essas desigualdades na paternidade e maternidade é essencial para criar sociedades justas e equitativas. Isso envolve mudanças nas normas culturais e nas políticas públicas que promovam a licença parental igualitária, apoio às responsabilidades parentais compartilhadas e a desconstrução dos estereótipos de gênero arraigados.

Nesses termos, propomos refletir sobre a atuação profissional do assistente social na qualidade de agente que atua, de forma direta,

nas políticas públicas, nesse cenário, podendo o exercício profissional problematizar as relações de desigualdade acima citadas ou reproduzi-las, por meio de intervenções mecanizadas, não reflexivas, portanto, violentas. Avançaremos na reflexão considerando a experiência profissional no Serviço Social do Hospital Universitário Dr. Miguel Correa Riet Jr, mais conhecido como HU/Furg, localizado na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul.

A maternidade, as políticas públicas e o exercício profissional

Os parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde, documento elaborado pelo Cfess em 2010, problematizam que a tendência e a especialização do Serviço Social por áreas médicas/ou psi tem um potencial de fragmentar a análise crítica e de totalidade e da importância de formar profissionais com uma visão mais generalista sobre o SUS.

O exercício profissional do assistente social não deve desconsiderar as dimensões subjetivas vividas pelo usuário e nem se reduzir a defesa de uma suposta particularidade entre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nas diferentes especialidades da medicina. Esta última perspectiva fragmenta a ação do assistente social na saúde e reforça a concepção de especialização nas diversas áreas médicas e distintas patologias, situação que tem sido colocada pelas demais profissões de saúde como necessária de superação. As novas diretrizes das diversas profissões têm ressaltado a importância de formar trabalhadores de saúde para o Sistema Único de Saúde, com visão generalista e não fragmentada (Cfess, 2010, p. 25).

Não se pretende aprofundar essa discussão, porém problematiza-se a necessidade de pensar o compromisso ético político da profissão para os/as usuários de saúde, o que exige de assistentes sociais uma comunicação efetiva com as diversas profissões que

integram e compõem a assistência à saúde em determinado do espaço sócio-ocupacional.

Assim, defende-se o entendimento de Iamamoto (2007, p. 27-28) segundo o qual a questão social é a base da fundação do Serviço Social como especialização do trabalho. Além disso, pelo fato de a questão social ser desigualdade, há necessidade de “apreendê-la e também captar as múltiplas formas de expressão social, de invenção e de re-invenção das vidas construídas no cotidiano”.

Portanto, para superar as desigualdades de gênero e outras formas de opressão, é fundamental combinar a análise teórica com ação prática, empoderando os indivíduos e as comunidades para desafiar e mudar as estruturas que perpetuam a opressão. A luta por igualdade e justiça exige uma abordagem multidimensional, incluindo mudanças sociais, legislativas, educacionais e culturais. É um trabalho contínuo, e todos têm um papel a desempenhar para construir uma sociedade mais equitativa.

Segundo Ximenes Neto FRG, *et al.* (2008), a atenção à saúde materna e infantil historicamente tem sido prioridade entre as políticas de saúde com destaque aos cuidados no período da gestação:

O cuidado à gestante e ao feto, durante o pré-natal, constitui um fenômeno da atenção à saúde ocidental. No modelo de atendimento biomédico ocidental, as mulheres são encorajadas a procurá-lo o mais cedo possível. Essas consultas são geralmente de rotina e obedecem a uma sequência sistemática; à consulta inicial seguem-se as mensais, as bimensais e as semanais (Ximenes Neto FRG *et al.*, 2008, p. 596).

Assim os organismos internacionais e nacionais de saúde criam orientações e diretrizes que vão influenciando na construção de políticas que venham a promover a melhor assistência aos vários segmentos sociais.

No quesito da atenção à mulher na qualidade de gestante ou puerpéra, temos a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Brasil, 2004); a Rede Cegonha (2011), Cadernos Humaniza-SUS – Humanização do parto e nascimento (Brasil, 2014) e as notas e manuais técnicos sobre gestação de baixo (Brasil, 2012) e alto risco (2022). No Rio Grande do Sul (RS), há ainda o Guia do Pré-Natal na Atenção Básica (Brasil, 2018) – que normatiza e orienta a organização de Rede de Atenção à Saúde (RAS) no RS e da Nota técnica para organização da RAS com foco na atenção primária à saúde e na atenção ambulatorial especializada – saúde da mulher na gestação, parto e puerpério¹ (Brasil, 2019).

Esses documentos têm por objetivo estruturar a atenção ao pré-natal, parto, nascimento e puerpério, entre outros direitos relativos à saúde da mulher. Neles também se inserem, de forma significativa, o combate e a redução da morbimortalidade materna, neonatal e infantil por causas evitáveis e a necessidade de investir na ampliação do acesso, qualificação e humanização dos serviços de saúde.

O fazer profissional na maternidade/área hospitalar: reflexões sobre o cotidiano profissional

Localizado em Rio Grande, cidade portuária, no sul do Rio Grande do Sul, o Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa JR caracteriza-se por ser universitário, vinculado à Furg (Universidade Federal do Rio Grande). Vale referir que é gestado desde 2016 pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, empresa pública que atua na gestão de hospitais universitários em nível nacional e com sede em Brasília. O referido

1 A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (Sbibae), o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e o Ministério da Saúde (MS) se unem em um novo projeto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), o PlanificaSUS, para implantar a metodologia de Planificação da Atenção à Saúde,

HU atua com a possibilidade de 240 leitos, sendo que a maternidade do HU/Furg compreende hoje um total de 29 leitos, sendo dois de isolamento, nove específicos para gestação de alto risco e 18 para alojamento conjunto.

As internações na maternidade dão-se por motivos de parto e também para intercorrências devido a complicações na gestação. É um hospital que está vinculado à Rede Cegonha e credenciado como Hospital Amigo da Criança (IHAC)², sendo referência para gestação de alto risco, já que também conta com Ambulatório Especializado em Gestação de Alto Risco.

Dentro do contexto da maternidade, existem duas especialidades médicas em evidência: a Obstetrícia/Ginecologia e a Pediatria, além, é claro, de enfermeiras e técnicas. O Serviço Social, assim como outras categorias profissionais, encontra-se como apoio matricial à equipe assistencial de referência no hospital em questão.

Iremos nos ater aos processos vinculados à Clínica Obstétrica – maternidade, considerando que as requisições dos profissionais da área médica e de enfermagem solicitadas formalmente por pedidos de avaliações materializam as expressões da questão social permeadas por mulheres gestantes e puérperas que necessitam de atendimento hospitalar.

Um levantamento de dados obtidos em sistemas próprios³ nos quais as assistentes sociais realizam seus registros de atendimento revelam que, no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023, na

2 Unicef e pela OMS em 1991-92.

3 Sistema informatizado local que recebe dados de pacientes cadastrados no AGHU – Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários adotado como padrão para HU's da rede Ebserh. No sistema HU, é possível verificar/imprimir onde o paciente está internado, leito e outros dados, bem como é utilizado para registrar os atendimentos sociais realizados, encaminhamentos, avaliação social, cópia de documento de pacientes, sendo possível gerar informações de produtividade do setor e perfil dos atendimentos realizados.

clínica obstétrica, foram solicitados ao Serviço Social um total de 124 pedidos formais de avaliação social pela equipe assistencial (Enfermagem ou Medicina).

Dos 124 pedidos de avaliações sociais, 56 foram por motivo da não realização de pré-natal ou pré-natal irregular; 45 referem-se ao uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas; 28 avaliações reportam-se a adolescentes; 14 por situação de vulnerabilidade social; oito por motivo de transtorno psiquiátrico; quatro para orientações sociais e um por evasão.

Contudo, observou-se, no período do levantamento supracitado, que foi identificada uma relação das gestantes e puérperas que não realizaram o pré-natal com desfechos que envolvem o sistema e órgãos de proteção à criança. Pode-se afirmar que, em alguns dos casos avaliados pelo Serviço Social em 2022, a não realização do pré-natal estava associada à adoção irregular, abuso sexual infantil/intrafamiliar, uso de substâncias psicoativas, violência doméstica, violência sexual, entre outras situações.

Tal situação exige de assistentes sociais aprofundamentos nas diversas políticas públicas que se atravessam no exercício da maternidade (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, política de saúde mental, entre outras). Tal fato também requer de assistentes sociais uma leitura crítica, sendo o acompanhamento do pré-natal entendido aqui como um indicador de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, problematiza-se o exercício profissional e questiona-se a linha tênue do “combate e a redução da morbimortalidade materna, neonatal e infantil por causas evitáveis” dessas políticas.

Os riscos e as vulnerabilidades são acumulativos em relação aos ciclos de vida. [...] Em outras palavras, são ineficazes os programas ou as políticas com o objetivo de reduzir a Razão da morte materna- RMM, que sejam

focados, exclusivamente, na oferta de ações para o período gestacional, parto e pós-parto. A condição pregressa da saúde da mulher grávida, a violência doméstica, a saúde mental, assim como o planejamento familiar, também estão associados às mortes materna (Costa, 2012, p. 995).

Esses manuais apresentam que desfechos desfavoráveis também estão associados à qualidade do pré-natal prestado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), contudo, a partir de uma projeção no exercício da maternidade validada, as mulheres que não atendem a essa expectativa e não realizam o pré-natal idealizado são responsabilizadas por tais desfechos. Essa situação reduz essas mulheres à qualidade de pessoas negligentes com sua saúde e com os/as recém-nascidos/as.

Percebe-se que as orientações da Organização Mundial da Saúde e Panamericana para melhor qualidade de atendimento a fim de evitar a mortalidade materna, infantil e neonatal tornou-se baliza para a existência de condutas reducionistas, punitivistas, de criminalização. Evidencia-se que a mulher em situação de vulnerabilidade social é a mais acometida por essa visão.

Concordamos com Mirla Cisne e Silvana Santos (2018), quando referem que “não são as normas que constroem as desigualdades, embora ajudem na sua naturalização e reprodução”. Assim, questiona-se: Quando o ideal se tornou parâmetro para determinar negligência no exercício da maternidade? O que os/as assistentes sociais precisam questionar, refletir, problematizar na atuação com essas mulheres, seja na saúde seja na assistência? O que precisamos saber para atuar de forma crítica e com potencial transformador que evite o julgamento a partir da visão de uma maternidade ocidental e idealizada?

Aponta-se, assim, a importância de os assistentes sociais apropriarem-se desse espaço sócio-ocupacional. Dessa forma, entende-se que a gestação não é responsabilidade única e exclusiva da mulher, logo

é necessário inserir nesse cenário o debate sobre o papel do homem, da paternidade e do cuidado.

É nítido que as políticas, manuais, ações e estratégias do SUS, no quesito gestação, parto e puerpério são centradas quase que exclusivamente na mulher e no binômio mãe-bebê. Não são exclusivas, pois, desde 2018, o SUS, dentro da Política de Atenção à Saúde do Homem, introduziu o Guia do Pré-Natal do Homem para profissionais de saúde como componente estratégico para envolvimento mais consciente e ativo dos homens no cenário de cuidado com a saúde. Contudo, ainda são incipientes as políticas públicas e legislações trabalhistas que colocam o homem tão responsável quanto a mulher pelo cuidado com a criança e com o ambiente doméstico.

Os papéis femininos e masculinos, portanto, não são meras “questões de gênero”, mas se inserem numa lógica estruturante das relações sociais de sexo ou, se preferir, das relações patriarcais de sexo que são permeadas por explorações e se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico-raciais (Cisne; Santos, 2018, p. 62).

Assim, retomam-se os questionamentos: Como o/a assistente social vem conduzindo esse processo no cotidiano do seu trabalho, seja na atenção básica seja nas maternidades? Que conceito de família os assistentes sociais utilizam nas “avaliações sociais”? O que entendemos por vulnerabilidades e negligências? As famílias ou mulheres que atendemos são contempladas pelas políticas públicas em suas necessidades? Apontamos os determinantes sociais de saúde? Qual o entendimento que essa mulher/homem tem sobre o pré-natal? Qual a relação que está se construindo das políticas de saúde com essas mulheres e com seus diversos arranjos familiares? Enfim, estamos acolhendo ou excluindo? Parte dos estudos de Berberian (2015) direciona como dimensionar algumas dessas questões:

O entendimento de que se trata de um fenômeno complexo assim como a indicação de que a negligência não pode ser entendida apenas no contexto restrito das práticas internas das famílias, pois estas sofrem o impacto de fatores sociais, políticos, econômicos e jurídicos que criam dificuldades para prover os cuidados necessários aos filhos também se apresentou nos estudos investigados (Berberian, 2015, p. 52).

Dessa forma, compreender o território e as dificuldades para acessar a UBS é minimamente fundamental para a análise social. Nesse sentido, cabe apontarmos, em nossa prática, quais são as características da mulher que consegue acessar a Unidade Básica de Saúde para realizar um pré-natal em horário matutino e vespertino? O atendimento tem dia específico ou é diário? Essa mulher trabalha? Trata-se de crianças, ou de adolescentes? Foi uma gestação planejada ou desejada? Foi de uma relação consentida? E o contexto familiar, conjugal, paterno? Há situação de violência doméstica ou de abandono paterno? Há situação de uso de drogas lícitas ou ilícitas? Há rede de apoio familiar ou afetivo?

Enfim, quais são os determinantes e condicionantes sociais e culturais para o exercício da maternidade baseada na realidade dessas mulheres e suas famílias e as necessidades do/a recém nascido/a? E, principalmente, como o Estado, a partir das políticas públicas, busca atender às necessidades baseadas nessa realidade?

Santiago Castro-Gómez, filósofo e sociólogo colombiano que se concentra na “colonialidade do saber”, explora como o conhecimento eurocêntrico foi imposto como o padrão dominante, marginalizando outras formas de conhecimento e de saberes locais. Essa perspectiva crítica a suposta neutralidade do conhecimento e questiona como o saber eurocêntrico tem sido usado para justificar o controle colonial (Castro-Gómez, 2005).

A partir da referida colaboração, cabe questionar os saberes validados, produzidos dentro do espaço científico o qual não é amplamente acessado. Porém ele é massivamente implementado como normativa, indicando diretrizes e parâmetros de elementos que circundam a vida cotidiana de todos, inclusive das mulheres.

Não se pretende aqui trazer uma crítica ao conhecimento científico, mas propiciar a reflexão sobre a forma como ele traduz a noção de humanidade e se coloca como conceito, por meio de leis e políticas públicas que, em alguns casos, são contraditórias, já que existem muitos grupos sociais, de forma especial das mulheres, que são cobradas quanto à noção de maternagem e de cuidado da infância ideal.

Nesse mesmo sentido, Nelson Maldonado-Torres, filósofo porto-riquenho desenvolveu a noção de “colonialidade do ser” e contribuiu para esse debate ao referir que as referências subjetivas e as identidades não só são moldadas por relações de poder coloniais mas também influenciam o modo como as pessoas se percebem e percebem os outros. Isso envolve a interiorização de estruturas coloniais que afetam a construção das subjetividades e das identidades culturais, ou seja, ao refletirmos sobre os atendimentos dispensados na maternidade, urge considerarmos como cada mulher se constrói como sujeito, bem como todas as violências que sofreu e sofre nesse caminho (Torres, 2008).

Não é lógico que uma mulher negligenciada, tanto pela sua família quanto pelo Estado, estabeleça relações diferentes das quais apreendeu na sua formação como pessoa, como mulher, como cidadã. Sendo assim, deve-se pensar a organização do serviço, o espaço sócio-ocupacional, a estrutura física das maternidades e a dinâmica do assistente social como apoio matricial às equipes de referências. Existem desafios ao exercício profissional a partir dessas reflexões.

Assim, o primeiro desafio compete à estrutura das respostas fornecidas a partir da solicitação e “pedidos formais de avaliação social” por parte da equipe de referência: apontamos, em nossos relatórios e avaliações, a compreensão sobre a expressão da questão social apreendida pela mulher? Ou sobre a oferta de pré-natal ou outras políticas públicas referentes às suas necessidades e formas de acesso e a realidade da mulher avaliada?

Descrevemos qual a política pública que existe em nível nacional e que poderia dar suporte à necessidade da mulher e da criança, mas que o município não implementou e que poderia impactar em desfechos que atendem às necessidades dos diversos arranjos familiares? Possibilitamos uma reflexão crítica e possibilidades de organização a essa mulher?

Diante as indagações, cabe problematizarmos a função da própria avaliação social, considerando que é acessada a fim de avaliar a expressão social de determinada paciente/usuária e as possibilidades de resposta que ela possui diante das exigências para transpor aos apontamentos realizados pela equipe de assistência, sobre suas questões. Sendo assim, o parecer profissional precisa considerar o processo sócio-histórico que construiu essa mulher como sujeito, a fim de pensar uma intervenção que não reproduza (re) violência estrutural.

Thais Peinado Berberian, ao refletir sobre o Serviço Social no campo da infância e da juventude, problematiza o uso do conceito de negligência pelo Serviço Social, bem como sua reflexão e forma de uso, apontando a importância de essa ação ser debatida no âmbito da ética profissional e do preconceito que pode estar inscrito no exercício profissional. Essa reflexão também nos impulsiona ao dever de compreender o entendimento desse conceito para as diversas categorias profissionais que compõem a equipe e que solicitam o atendimento do serviço social.

Utilizada em diversas áreas da divisão sociotécnica do trabalho, como Direito, Medicina, Psicologia e no Serviço Social (dentre outras), seu conceito carrega determinada definição e sentido social, mostrando-se funcional para embasar condutas ético-morais, justificar intervenções práticas e compor o repertório legal. Ao se revelar com circulação vasta por diversas áreas do conhecimento, sendo utilizado de forma corriqueira por diferentes profissões, o conceito negligência demonstra sua multiplicidade de sentidos e a necessária apropriação de seus significados em cada contexto (Berberian, 2015, p. 54).

Assim, a suspeita da negligência na maternidade idealizada que motiva os pedidos de avaliação social transcende a expressão da questão social na sua manifestação singular para um trabalho com as equipes e de dimensão coletiva. A convivência e o vínculo com profissionais de determinado espaço sócio-ocupacional permite-nos identificar os conceitos, as linhas teóricas ou compreensões idealizadas de maternidade que permeiam suas ações e assim propor como rotina a promoção de ações de educação em saúde para as mulheres, bem como para os profissionais que integram a equipe.

Tencionamos a estrutura física, para incluir e abarcar a presença do genitor/pai/parceiro para os cuidados ao recém-nascido, ou as enfermarias/leitos são pensados apenas no binômio mãe/bebê?. O homem é considerado “visita”, “acompanhante” ou seu acesso às maternidades é irrestrito? A atuação profissional se encerra em atendimentos individuais, ou existem ações programáticas e coletivas nas maternidades sejam com profissionais, seja com pais/acompanhantes/gestantes/puérperas?

Pode haver, por exemplo, uma roda de conversa com a equipe de enfermagem (enfermeiras e técnicas), com pediatras e obstetras, com o objetivo de refletir sobre as expressões da questão social a partir de uma situação já atendida. Nesse sentido, pode-se citar como exemplo o caso de mulheres que fazem uso de substâncias psicoativas e que

engravidam, de forma a sensibilizar esses profissionais sobre esse contexto e sobre a necessidade de políticas públicas.

Outras questões que poderiam ser abordadas seriam as seguintes: a maternidade como uma construção social e histórica; o direito a não maternar e a entrega responsável; a necessidade de dialogar sobre práticas, sem preconceito e com mais escuta. Enfim, esse espaço deve ser de aprendizado e de troca, mas as equipes também devem poder colocar suas percepções de forma a promover uma assistência mais integral.

Diante do exposto, configura-se um desafio construir espaços e trocas coletivas, mesmo em âmbito hospitalar, sobre os direitos de saúde, trabalho, orientações sexuais, processos reprodutivos e sociais referentes a gestantes, puérperas e neonatos/as. Além disso, é necessário promover o debate do pré-natal do homem e as questões de paternidade, a fim de tirar única e exclusivamente as responsabilidades parentais da mulher. Isso também seria uma oportunidade de transpor os limites apontados no decorrer dessas linhas.

É fato que a dinâmica social favorece poucos em detrimento de muitos, e essa disparidade é ainda mais evidente quando se levam em conta as diferentes experiências e realidades das pessoas, inclusive dentro de um mesmo coletivo. Portanto, é essencial entender a multiplicidade de experiências que podem existir, considerando fatores como raça, etnia, classe social, orientação sexual, entre outros. Essas dimensões da diversidade podem influenciar significativamente suas condições de vida, acesso a recursos, oportunidades e enfrentamento de desafios específicos.

Os processos políticos de poder podem minimizar ou ignorar essas diferenças, perpetuando desigualdades e invisibilizando as necessidades e contribuições de grupos marginalizados. Portanto, é

fundamental que as políticas públicas, programas e ações sejam sensíveis às diversas realidades e que incluam as vozes de mulheres em diferentes posições sociais e identidades, para que suas perspectivas e necessidades sejam contempladas adequadamente. A transformação efetiva da dinâmica social em prol da justiça e da equidade requer um olhar sensível para as diferenças que compõem a sociedade. Sendo assim, os desafios estipulados pelas perspectivas estruturais societárias, em nível material e subjetivo, não podem mais ser negados, pois esse fato não impede a vivência de avanços na superação das faces da opressão contra a mulher.

No fazer profissional, nem sempre as políticas públicas nos oferecerão elementos e instrumentais para avançarmos nos desafios indicados acima, contudo, pela característica propositiva da profissão, o assistente social deve, a cada situação, a partir da análise crítica, problematizar se o já conquistado (legislações, políticas de Estado, Estatutos) é suficiente para o acesso ao direito, bem como garantir a humanidade dentro do princípio da pluralidade.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. n. 11, pp. 89-117. ISSN 0103- 3352.
- BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 11, p. 89–117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPhwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- BERBERIAN, Thais Peinado. 2015. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n. 121: p. 48-65, jan/mar. DOI: <https://doi.org/10.12947/rvss.v121n1.p48-65>

org/10.1590/0101-6628.013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002715133>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. 2004. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. 2018. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. 2012. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 32).

BRASIL. 2014. Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. SBIBAE. 2019. Nota técnica para organização da rede de atenção à saúde com foco na Atenção Primária à saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde.

BRASIL. IPEA. 2019. Índice de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2377-indice-de-violencia-domestica-e-maior-para-mulheres-economicamente-ativas?highlight=-WyJtdWxoZXIiLCInbXVsaGVyIiwibXVsaGVyJywiXQ==>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CFESS. 2009. Conselho Federal do Serviço Social. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília.

CISNE, Mirna; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. 2018. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8. São Paulo: Cortez.

COSTA, Ana Maria. 2012. Política de Saúde Integral da Mulher e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: Giovanella, Lúcia (Org): Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2. ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

GOMEZ, Santiago Castro. 2005. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14085>. Acesso em: 05 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 2007. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 12. Ed. – São Paulo: Cortez.

LUGONES. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas. Florianópolis. Set./Dez. 2008.

SHIVA, Vandana. 2008. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia.

TORRES, Nelson Maldonado. 2008. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais. N.º Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar.

XIMENES, Neto FRG, *et al.* 2008. Qualidade da atenção ao pré-natal na Qualidade da atenção ao pré-natal na Estratégia Saúde da Família em Sobral, Ceará. Revista Brasileira de Enfermagem - Reben. Brasília.

Autoras/Autor e Currículos

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim: assistente social graduada pela Universidade Católica de Pelotas (2008). Mestre (2010) e doutora (2017) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (2022). Servidora pública do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e integrante da equipe multiprofissional do Juizado Regional da Infância e Juventude de Pelotas. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2785-3121>

acjardim@tjrs.jus.br

Angelita Soares Ribeiro: assistente social e uma das coordenadoras do “Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura” (Nepec) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense (IFSul), Campus Pelotas Visconde da Graça (CaVG). Pós-doutoranda em Educação na linha “Epistemologias descoloniais, educação transgressora e práticas de transformação” no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel). Doutora em Educação pelo PPGE/UFPel, com estágio sanduíche no Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal) e formação complementar na área de Sociologia da Infância junto ao Departamento de Ciências Sociais da Educação, do Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFPel. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4175-3645>

angelitaribeiro@ifsul.edu.br

Aline de Mesquita Duarte: graduanda de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica BIC/UCPel na pesquisa intitulada “O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: o planejamento urbanístico em questão”, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental / Observatório de Conflitos da Cidade /UCPel.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8866-9296>

alinemesqd@hotmail.com

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo: assistente social formada pela Universidade Católica de Pelotas. Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas, doutora em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade.

grazirba@gmail.com

Cristine Jaques Ribeiro: doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas. Atualmente coordena o grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos Conflitos da Cidade vinculados ao Curso de Serviço Social e Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Integrante da Coordenação do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas. Integrante da Coordenação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas. Integrante do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social/ UCPel.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1660-8200>

cristinejrib@gmail.com

Gabriela de Araújo Spotorno: assistente social formada pela Universidade Católica de Pelotas, mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas, especialista em “Administração e Planejamento de Projetos Sociais” pela Universidade Veiga de Almeida, especialista em Onco-hematologia pela Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9480-0763>

gabrielaspotorno@hotmail.com

Gabriela Pereira Di Muro: assistente social graduada pela Universidade Católica de Pelotas, especialista em Segurança Pública e especialista em Gestão Pública. Servidora pública da Superintendência dos Serviços Penitenciários. Atualmente coordena o eixo de educação no Presídio Regional de Pelotas.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0085-886X>

gabriela-muro@susepe.rs.gov.br

Jéssica Silva de Ávila: graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas; assistente social da Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL); especialista em Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal Rio Grande Sul e mestra em Sociologia pela UFPeL.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0085-886X>

avilajessica2010@gmail.com

Marlon Antônio Macedo Meireles: graduando em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica BIC/CNPQ na pesquisa com o título O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: *o Planejamento Urbanístico em questão*, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental /Observatório de Conflitos da Cidade /UCPeL, homem preto e cisgênero.

marlonmmm12@gmail.com

O Serviço Social vem buscando defender seu projeto ético-político profissional, que tem sua gênese na segunda metade da década de 70. Tal projeto se relaciona com os projetos societários e com os projetos políticos, reafirmando que a sociedade é dividida em classes e que essa divisão determina a reprodução violenta da pobreza, resultante das diversas desigualdades por que passam milhares de pessoas, coletivos e famílias. Essas desigualdades são sociais, econômicas, políticas, territoriais, raciais, de gênero e de sexualidade.

O projeto ético-político brasileiro é um projeto que busca defender a transformação da sociedade, pois se recusa a ser neutro, explicitando a dimensão política da intervenção profissional no contato com os diferentes modos de vida. Portanto, tem uma direção social orientada pelo objeto profissional, objeto esse que é a Questão Social, reconhecida em suas diversas manifestações que escancararam não só a contradição entre capital x trabalho, mas o racismo estrutural e o machismo, resultante do sistema patriarcal que se impõe de forma dominante sobre os corpos heterogêneos que habitam a cidade e que ocupam os espaços institucionalizados.

Cristine Jaques Ribeiro